

Revista **unimar**

ORGÃO OFICIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Volume 2 N.º 1 - setembro 1991

ECONOMIA

DIREITO

EDUCAÇÃO

BIOLOGIA

EDUCAÇÃO FÍSICA

LETRAS

Revista
unimar

FUNDADOR
REITOR JOSÉ CARLOS CAL GARCIA

GESTÃO
REITOR NEUMAR ADÉLIO GODOY

SUPERVISÃO
DIRETORIA DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO CULTURAL

CONSELHO DE REDAÇÃO
PROF. AGOSTINHO BALDIN
PROF. EDNEI FRANCISCO FERREIRA
PROF. ELPÍDIO SERRA
PROF.^a JUÍDA DE DEUS PALMA
PROF. LUIZ CARLOS A. NEVES

SUPERVISÃO EDITORIAL
PROF. ARY PEREIRA BRAGA

COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO
IMPrensa UNIVERSITÁRIA — MARINGÁ, PR.

SUMÁRIO

BIOLOGIA

- "ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO CAPÍTULO DA *Senecio brasiliensis* (Sprengel) Lessing, NA INTERAÇÃO COM SEUS INSETOS VISITANTES (ANGIOSPERMAE: COMPOSITAE)". — Jadir Soares 9-14

DIREITO

- "SOBRE A LÓGICA DO RAZOÁVEL" — Luiz Régis Prado 15-19

ECONOMIA

- "ENSAIO SOBRE A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA EM MARX" — Idaletto Malvezzi Aued 21-24
- "OBJETIVOS E VIABILIDADE POSTA EM QUESTÃO: EQUÍVOCOS DAS INTERPRETAÇÕES HUMANISTAS NA ECONOMIA — Idaletto Malvezzi Aued 25-36

EDUCAÇÃO

- "AS FORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS COMO FUNDAMENTO DO DESENVOLVIMENTO MATERIAL E DA PRODUÇÃO INTELECTUAL — Luiz Carlos Assumpção Neves 37-44

EDUCAÇÃO FÍSICA

- "FUTEBOL PARA O POVO" — Celso Souza 45-51
- "A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA INTRODUÇÃO DO FUTEBOL NA ESCOLA DE 1º E 2º GRAU — Jair Henrique Alves 53-62
- "SOMATOTIPO DE JUDOCAS PARANAENSES DA CATEGORIA JÚNIOR" — Valter Bracht — Nilson Moreira — Osvaldo Y. Umeda 63-67

LETRAS

- "LET'S BRING CRIME FICTION INTO THE CLASSROOM By"— Giovanni Bonardelli 69-73
- "CULTURAL IDENTITY AN FOREIGN LANGUAGE TEACHING: ATTITUDES TOWARDS ENGLISH-SPEAKING PEOPLE AND THEIR CULTURE"— Maria Ignez do Carmo Tilio 75-81
- "PARALELO DE OBRAS DE EÇA DE QUEIROZ E JOAQUIM PAÇO D'ARCOS — Norma Cavalheiro de Oliveira Artigas 83-85
- "5ª PARTE DO CÓDICE 200 DOS CÓDICES ALCOBACENSES" — Agostinho Baldin 87-137

R. UNIMAR	MARINGÁ	V.3	N.1	P.1-137	SET-1981
-----------	---------	-----	-----	---------	----------

*A Revista UNIMAR, criada com o objetivo de
difusão do conhecimento científico, ao longo destes 7 (sete) anos de seu primeiro número,
tornou-se um documento tradicional de nossa Instituição. Visando a oportunizar
àqueles que se dedicam à ciência, em seus
vários campos, um meio de expressar à comunidade científica seus pensamentos e idéias,
firmou-se entre as publicações do mundo universitário.
Assim é que ao apresentar mais este número a esta comunidade expressamos o
agradecimento da UEM àqueles que a têm prestigiado,
não só com sua leitura, mas principalmente com sua colaboração.*

Neumar Adélio Godoy
REITOR

Revista **unimar**
ÓRGÃO OFICIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

BIOLOGIA

**"ASPECTOS MORFOLÓGICOS DO
CAPÍTULO DA *Senecio brasiliensis*
(Sprengel)**

**Lessing, NA INTERAÇÃO COM SEUS INSETOS
VISITANTES (ANGIOSPERMAE: COMPOSITAE)".**

JADIR SOARES

*Depto. de Biologia da Universidade Estadual de Maringá
Caixa Postal 331 - Maringá, PR - Brasil*

RESUMO

*O conhecimento da interação de nossa flora e insetos antófilos é muito carente, principalmente no Brasil. Neste trabalho proponho um estudo morfológico dos capítulos da *Senecio brasiliensis* (Sprengel) Lessing sob o ponto de vista seletivo dos insetos polinizadores.*

ABSTRACT

The knowledge of the interaction of the flora and anthophilous insects is very lacking, mainly in Brazil.

*In this paper I suggest a morphological study of the flowers of *Senecio brasiliensis* (Sprengel) Lessing according to selective point of view of the pollinators insects.*

INTRODUÇÃO

As Angiospermae, ao longo do tempo, arranjaram estrutural e fisiologicamente seus elementos florais com o "objetivo" de dificultar a autofecundação e favorecer a polinização e a fecundação cruzada (Betts, 1926; Grant, 1949).

Assim a seleção natural favoreceu aquelas que apresentavam estames, carpelos e periantos bem dispostos e coloridos, e aroma, forma e alimentos que estimulavam os insetos polinizadores a visitá-las.

Os periantos foram arranjados de tal maneira que, além de protegerem os estames e carpelos e dificultarem a autofecundação, propiciassem às abelhas um reconhecimento da flor através de sua forma. Esta imagem permanece em sua memória por longo tempo (Frisch 1914, in Grant, 1950).

Estudos desta natureza vêm oferecendo crescente interesse aos pesquisadores que trabalham no campo da polinização entomófila, procurando determinar os principais fatores para o aprimoramento da utilização dos insetos, com especial referência às abelhas, na polinização de plantas de interesse econômico.

O estudo morfológico dos capítulos da *Senecio brasiliensis* (Sprengel) Lessing foi motivado pelas inúmeras citações bibliográficas, bem como pelo grande interesse dos apicultores por ela, como ótima fonte de néctar e pólen. O fato de esta planta ser de interesse médico-veterinário, pela sua toxidez, de se apresentar largamente distribuída no Estado do Paraná e Estados vizinhos, e de não constar na literatura qualquer trabalho desta natureza, aumentou ainda mais a motivação para a escolha deste tema.

MATERIAIS E MÉTODOS

I - Senecio brasiliensis

Segundo estudos de Cabrera (1957), há no Brasil cerca de 128 espécies de Senecio estudadas, a maioria distribuída na região centro-sul do país, sendo a Senecio brasiliensis a espécie mais freqüente (Motidome & Ferreira, 1966).

Popularmente é conhecida como flor-das-almas, flor-de-finados, catião, cardo-morto, erva-lanceta, erva-do-campo, cravo-do-campo, tasneirinha e, mais comumente, maria-mole.

a) classificação taxonômica

Segundo Wagenitz (1964), a Senecio brasiliensis (Sprengel) Lessing assim se classifica:

XV – Divisão: Angiospermas

Classe: Dicotyledoneae

Ordem: Campanulales

Família: Compositae

Subfamília: Asteroideae (Corduoideae, Tubuliflorae).

Tribo: Senecioneae

Gênero: Senecio

Espécie: Senecio brasiliensis

Esta espécie apresenta três variedades (Cabrera, 1957):

Senecio brasiliensis var. brasiliensis (Sprengel) Lessing

Senecio brasiliensis var. tripartitus (D.C), Baker

Senecio brasiliensis var. incanus Baker

A segunda foi inicialmente denominada Senecio tripartitus D.C., 1837; depois foi chamada Senecio megapotamicus Bueke, 1840 a seguir, Senecio cannabinifolius Hook, 1841; finalmente, foi reconhecida como uma variedade da primeira.

b) Descrição botânica e distribuição geográfica

Cabrera (1957) fez a descrição destas três variedades como segue:

"Senecio brasiliensis (Spreng.) Less. var. brasiliensis: erva perene, com talos eretos e glabros, estriados, ramosos na parte superior densamente folhosas, de 1-2m de altura. Folhas alternas sésseis, profundamente pinatisssectas, glabras na

superfície superior e canotomentosas na inferior; ráquis de 8-14cm de comprimento; 2-4 jogos de segmentos linear-lanceolados, inteiros de 3-6cm de comprimento por 1,5-5mm de largura. Capítulos muito numerosos, radiados, dispostos em corimbos definidos muito densos. Invólucro campanulado, calculado, de 6-7mm de altura 5-6mm de diâmetro. Brácteas involucrais 16-20, linear-oblongas, glabras. Flores amarelas dimorfas: as marginais femininas, liguladas: as do disco hermafroditas, tubulosas.

Aquênios densamente pubescentes. Pappus branco.

Senecio brasiliensis (Spreng.) Less. var. tripartitus: diferencia-se da variedade brasiliensis pelos segmentos das folhas serrilhadas, freqüentemente mais largos (até 8mm) e em menor número (às vezes formas juvenis com folhas lanceoladas serrilhadas), glabros em superfície ou levemente tomentosos na inferior.

Senecio brasiliensis (Spreng.) Less. var. incanus: difere das demais pelos talos mais ou menos albo-tomentosos e pelas folhas levemente tomentosas em ambas as faces, com segmentos serrilhados".

Espécies do gênero Senecio encontram-se difundidas por todo o globo. A S. brasiliensis está distribuída apenas na região sudeste da América do Sul.

As variedades brasiliensis e tripartitus são higrófilas, desenvolvendo-se freqüentemente em campos úmidos próximos a arroios e lagunas, do Sul do Brasil, do Paraguai e do nordeste da Argentina. A tripartitus foi também localizada no Uruguai. A variedade incanus parece ser endêmica das regiões rochosas do Uruguai (Cabrera, 1957).

As variedades utilizadas para esse trabalho foram a brasiliensis e tripartitus, muito disseminadas no município de Curitiba.

A S. brasiliensis inicia sua florada em outubro, quando se reveste de inúmeros capítulos, que desabrocham totalmente nos meses de novembro e dezembro. Em seguida, a planta frutifica, encerrando seu ciclo, e fenece, então, rapidamente (Motidome & Ferreira, 1966).

Juliano (1970, 1972) observou que a *S. brasiliensis* floresce no período de setembro a novembro no Rio Grande do Sul.

2 - Metodologia utilizada

Ao proceder às coletas para estudos morfológicos e anatômicos dos capítulos e flósculos da *Senecio brasiliensis*, teve-se o cuidado de verificar se eles estavam sendo visitados pelas abelhas. As coletas foram efetuadas nos arredores da cidade de Curitiba próximos às pequenas áreas em que restavam matas ou em campos mais afastados da presença do homem.

As observações e estudo morfológico foram efetuados em microscópio estereoscópio "Wild M5. Para efetuar os desenhos acoplou-se a ele uma câmara clara; para efetuar as mensurações, acoplou-se uma ocular micrométrica.

RESULTADOS

De acordo com as variedades colhidas no município de Curitiba, e examinadas para este trabalho, a *S. brasiliensis* var. *brasiliensis* é um suabusto com caule ereto, glabro, estriado, ramificado desde a base, sendo mais ramoso na parte superior. É densamente folhoso, e sua altura, quando madura, varia de pouco menos de 0,50m aproximadamente 2,50m. As folhas são alternas sésseis profundamente pinatissectas, glabras na face superior e cano-tomentosas na inferior; apresentam ráquis de 8 a 16 cm de comprimento, com 7 a 10 folíolos inteiros, imparipenados, linear lanceolados, de 3 a 6 cm de comprimento por 1,5 a 6mm de largura.

Seus capítulos são muito numerosos, radiados dispostos em panículas corimbiformes, cujo número varia de 30 a 128 (Fig. 1)

O número de flósculos por capítulo oscila entre 36 a 61.

O involúcro é campanulado, caliculado, de 5 a 7mm de altura por 4 a 6mm de diâmetro (Fig. 2) e tem de 16 a 21 brácteas involúcrais, lineares, oblongas de coloração verde-clara. Sobre a epiderme destas, na região apical notamos numerosos pelos glandulares (Fig. 3). Os flósculos são amarelos e dimorfos (Fig. 4); os marginais

(femininos ou ligulados) e os do disco (hermafroditas ou tubulosos) estão dispostos sobre um eixo comum, ligeiramente côncavo, denominado pedúnculo de inflorescência (Fig. 5).

Os flósculos ligulados, cuja média é de 1 $\frac{1}{2}$ por capítulo (mínimo encontrado: 8; máximo: 13), apresentam um ovário monômero unilocular de 0,55 a 0,95mm de diâmetro externo por 1,15 a 2,11mm de comprimento, com placentação parietal.

O tubo da corola mede externamente de 0,34 a 0,45mm de diâmetro por 5,6 a 7,17mm de comprimento. A lígula é amarela e oval, tendo de 2,35 a 3mm na região mais larga e de 6,67 a 7,71mm de comprimento.

As cerdas do *pappus* são numerosas, pouco maiores que o tubo da corola, e estão inseridas na base deste. O estigma é filiforme, bifido, ultrapassando a corola em 0,95 a 1,43mm. Estes flósculos não possuem anteras (Fig. 6).

Os flósculos hermafroditas, cujo número varia de 28 a 48, apresentam um ovário com as mesmas variações estruturais e dimensionais dos ligulados. O tubo da corola dos flósculos maduros, com um diâmetro externo de 0,35 a 0,47mm, e comprimento de 5 a 6,42mm dilata-se a seguir, conicamente, para formar a corola. Esta com um comprimento de 2,85 a 3,56mm, termina com uma abertura de 1,03 a 1,43mm de diâmetro. Ela é amarelo-cromo e seu tubo apresenta uma coloração verde-clara. Os lacínios, que são 5 e que orlam a abertura da corola, medem 0,95 a 1,33mm de comprimento (Fig. 7).

O nectário é um disco carnoso, situado na base do tubo da corola e do estilete, e no ápice do ovário (Fig. 8).

O tubo da corola não só protege o nectário como também serve de depósito do néctar, que nele se acumula.

Somente as flores hermafroditas possuem nectário. O androceu é composto de 5 estames epicorolinos, com as anteras soldadas, formando um tubo que envolve o estilete e o estigma, quando este não está maduro (Figs. 9, 10, 11 e 12).

As anteras soldadas medem de 2,03 a 2,54mm de comprimento. Os filetes livres estão fixados internamente na base da parede da corola, próximos ao ápice do tubo da corola (Fig. 11).

As anteras quando maduras ultrapassam a corola em 1,13 a 1,98mm (Figs. 9 e 10).

O estigma maduro é filiforme, bifido, com os dois ramos convexos na superfície externa e único e plano na interna.

Na parte terminal é revestido por pelos rígidos, coletores de pólen (Figs. 7 e 12). Antes do amadurecimento das anteras ele é bem mais curto que elas. O estigma e o estilete, em seu desenvolvimento máximo, medem conjuntamente, de 9,52 a 12,98mm de comprimento, ultrapassando então em até 0,92mm as anteras que os circundam.

Os pappus são numerosos, pouco maiores que o tubo da corola, atingindo a porção mediana da corola. Estão inseridos na base do tubo da corola e no ápice do ovário (Figs. 7 e 9).

O ovário, infero-unilocular, encerra um óvulo átropo, que preenche a cavidade ovariana. (Fig. 8).

A Senecio brasiliensis var: tripartitus diferencia-se da variedade brasiliensis por apresentar folhas glabras em ambas as faces ou levemente tomentosas na face inferior, ráquis de 10 a 19cm de comprimento, 6 a 8 folíolos imparipenados, serrilhados linear-lanceolados, de 3,5 a 8cm de comprimento por 3 a 10mm de largura. Às vezes pode se apresentar folhas constituídas de um único segmento.

O número de flósculo por capítulo oscila entre 42 a 66. Os capítulos são constituídos por 8 a 13 flósculos ligulados e por 34 a 53 flósculos tubulosos, todos com as mesmas mensurações da variedade brasiliensis. Os insetos visitam os capítulos da S. brasiliensis à procura de pólen e/ou néctar.

As abelhas, ao visitarem os capítulos da S. brasiliensis, introduzem sua probóscide somente nos flósculos tubulosos, pois os ligulados não produzem néctar e nem pólen.

DISCUSSÃO E CONCLUSÕES

O elevado número de capítulos agrupados em panículas corimbiformes é um fator que exerce grande atratividade nas abelhas e outros insetos antófilos, possibilitando-lhes visitarem um elevado número deles em pouco tempo.

O diâmetro relativamente reduzido do capítulo, de 1,75 a 2,03cm, incluindo as lígulas, permite que somente um inseto de cada vez possa obter alimento nele. Mas pode-se observar mais de um indivíduo por capítulo, quando em cópula.

O elevado número de flósculos e sua disposição nos capítulos proporcionam aos insetos antófilos uma ótima fonte de pólen e néctar, que podem ser obtidos, sem que, para isso, tenham que voar de flor em flor.

A disposição dos flósculos nos capítulos permite uma reprodução altamente eficiente, pois uma abelha carregada de pólen pode em segundos polinizar muitíssimos deles.

Os grãos de pólen são bastante acessíveis aos insetos polenófagos, uma vez que as anteras ultrapassam a corola em 1,13 a 1,98mm.

Os filetes das anteras epicorolínicas presas internamente na base da parede da corola, próximos ao ápice do tubo da corola, reduzem a abertura do tubo desta. Este é um caráter seletivo, que permite a coleta de néctar somente pelos insetos que possuem aparelho bucal afilado e relativamente longo.

A forma cônica da corola com um diâmetro de abertura terminal de 1,03 a 1,43mm, permite que todos os insetos visitantes dos capítulos de S. brasiliensis introduzam a região clipeo-labral (e os menores, inclusive, toda a região cefálica) dentro da corola, facilitando a coleta de néctar.

O diâmetro interno do tubo da corola, estreitado ainda mais pelo estilete, ocasiona uma coluna de néctar mais alta, tornando-o mais acessível a um grande número de visitantes (Fig. 8)

Os lacínios (Fig. 7) servem de plataforma para apoio e para locomoção dos insetos sobre o capítulo.

BIBLIOGRAFIA

- BETTS, A.D. The honey bee and flower evolution. Bee World, London (8):50-2, 1926.
- CABRERA, A.I. El Genero Senecio (Compositae) em Brasil, Paraguay y Uruguay, Arq. Jardim Bot., Rio de Janeiro, 15 (163):227-30, 1957.
- GRANT, V. Pollination systems as isolating mechanisms in angiosperms. Evolution, Lawrence, Ks, 3:82-97, 1949.
- GRANT, V. The Flower constancy of bee. Bot. Rev., Stanford, CA,8 (16): 378-98,1950.
- JULIANO, J.C. Contribuição ao reconhecimento da flora apícola do Rio Grande do Sul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA I, Florianópolis, CS, 1970, p.73-9.
- JULIANO, J.C. Identificação de espécie de interesse apícola da flora do Rio Grande do Sul. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE APICULTURA, 2, Sete Lagoas, MG, 1972.p.85-118.
- MOTIDOME, M. & FERREIRA, P.C. Alcaloides do Senecio brasiliensis Less R. Fac. Farm. Bioquim. São Paulo, 4 (I):13-44, 1966.
- WAGENITZ, G. Compositae. In: ENGLER, A. Syllabus der Pflanzenfamilien. Berlin, Gebruder Borntraeger, 1964. II Band, p. 484-96.



Fig. 1 - *S. brasiliensis*: aspectos da inflorescência

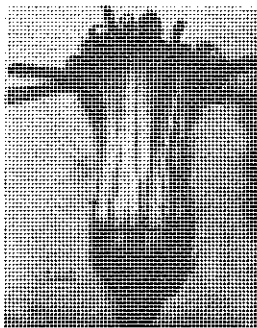


Fig. 5 - *S. brasiliensis*: corte longitudinal do capítulo, mostrando a inserção dos filósculos no pedúnculo da inflorescência.

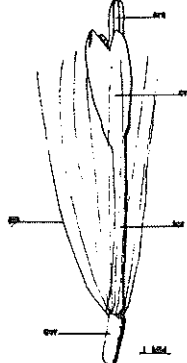


Fig. 9 - *S. brasiliensis*: filósculo tubuloso ou hermafrodita recém-aberto, com as anteras maduras e o estigma imaturo (ant: anteras; ar: corola; ovr: ovário; tor: tubo da corola; pp: pappus).

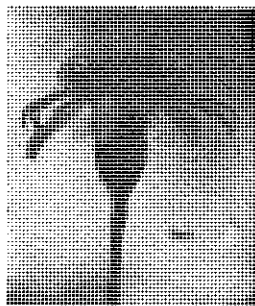


Fig. 2 - *S. brasiliensis*: capítulo mostrando o involucreo campanulado.

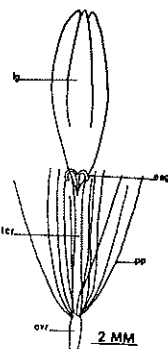


Fig. 6 - *S. brasiliensis*: filósculo ligulado ou feminino (esp: estigma; lg: lígula; ovr: ovário; pp: pappus; tor: tubo da corola).

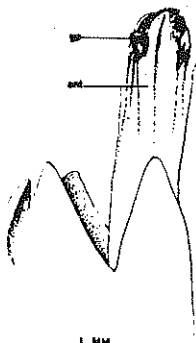


Fig. 10 - *S. brasiliensis*: aspectos da delicência das anteras (ant: anteras; pp: grãos de pólen).

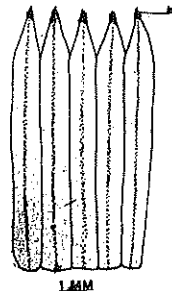


Fig. 3 - *S. brasiliensis*: brácteas involucreais dos capítulos (pg: pêlos glandulares).

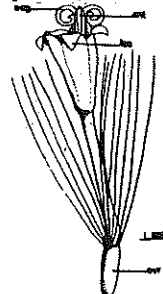


Fig. 7 - *S. brasiliensis*: filósculo tubuloso ou hermafrodita mostrando o estigma em seu desenvolvimento máximo (ant: anteras; esp: estigma; lac: lacínio; ovr: ovário).

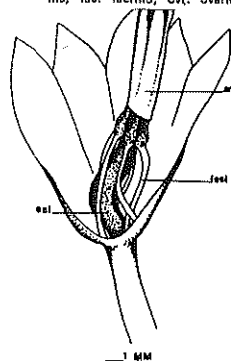


Fig. 11 - *S. brasiliensis*: filósculo tubuloso com a corola seccionada longitudinalmente, em que se observam os estames epicorolinos com as anteras soldadas envolvendo o estilete (ant: anteras; fest: filete do estame; esi: estilete).

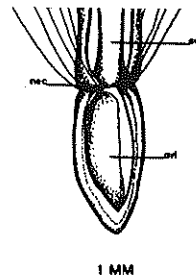


Fig. 8 - *S. brasiliensis*: ovário unilocular seccionado longitudinalmente, onde se observa o seu único óvulo. Nota-se o nectário em posição apical no ovário (est: estilete; nec: nectário; ovl: óvulo).

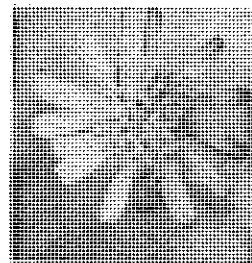


Fig. 4 - *S. brasiliensis*: capítulo mostrando filósculos femininos ou ligulados e hermafroditas ou tubulosos em diferentes estágios de antese.

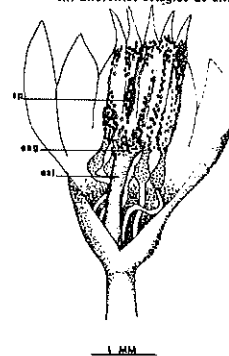


Fig. 12 - *S. brasiliensis*: detalhes das anteras seccionadas longitudinalmente, em que se observam os sacos polínicos e o estigma em desenvolvimento (sp: sacos polínicos; esp: estigma; esi: estilete).

Revista
unimar
ÓRGÃO OFICIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

DIREITO

SOBRE A LÓGICA DO RAZOÁVEL

LUIZ RÉGIS PRADO

Dep.^{to} de Direito Público da Universidade Estadual de Maringá - C. Postal 331.
Maringá, PR - Brasil

RESUMO

O presente artigo consubstancia uma exposição sintética da chamada lógica do razoável desenvolvida pelo jusfilósofo Luis Recasens Siches.

ABSTRACT

The present article portrays a sintetic exposition of the so called reasonable logic, developed by the philosopher of Law Luis Recasens Siches.

1 – INTRODUÇÃO

"D'idées vraies en idées vraies, et de clartés en clartés, le raisonnement peut n'arriver qu'à l'erreur" (Rivarol).

"Les lois sont faites pour les hommes et non les hommes pour les lois" (Portalis).

A afirmação de que o homem é um ser que pensa é exata, mas não é suficiente para conter a verdadeira dimensão do humano: o homem é um ser que pensa, sente e age. A valoração está contida na condição humana, com todos os seus matizes e implicações.

Na captação da realidade, dentre os vários caminhos do conhecimento, destaca-se o fascinante mundo da intuição cognitiva, para muitos, o método por excelência, aberto à criatividade do ser humano, não somente voltado para os dados, mas centrado sobre o objetivado¹.

Dentre as denominadas modalidades extra-lógicas do conhecimento jurídico ressalta a lógica do razoável, concebida pelo eminente jusfilósofo espanhol Luis Recasens Siches². O desenvolvimento da crítica do autor a respeito da insuficiência da lógica formal para abranger o fenômeno jurídico constitui premissa indispensável para o entendimento

da própria lógica do razoável, voltada especialmente para os assuntos humanos, entre os quais se encontra o Direito. É de se observar, entretanto, que a lógica do razoável só é um processo extra-lógico na medida em que considere a lógica tradicional (lógica matemática), pois, a razoabilidade é simplesmente um setor da lógica aplicada aos problemas humanos e "tão lógica quanto a lógica racional".

As regras jurídicas (positivas ou ideais) não podem ser vistas sob o prisma do binômio verdade/falsidade. "As regras do Direito são instrumentos práticos, elaborados e construídos pelos homens, para que, mediante seu manejo, produzam na realidade social uns certos efeitos, precisamente o cumprimento dos propósitos concebidos"³. Os enunciados das normas jurídicas não trazem em si validade intrínseca como acontece com as proposições matemáticas. O Direito, como realidade, é uma arte prática, uma técnica, uma forma de controle social. Por não ser um ensaio de conhecimentos, vulgares ou científicos, é que não se lhe pode atribuir a qualidade de falso ou verdadeiro.

O presente estudo visa tão somente expor de modo breve e objetivo as idéias fundamentais da chamada lógica do razoável de Luis Recasens Siches, tendo como ponto de partida a crítica por ele formulada sobre a lógica tradicional.

2 – A LÓGICA TRADICIONAL E O FENÔMENO JURÍDICO

Para Luis Recasens Siches, os problemas humanos práticos, como por exemplo, os políticos e os jurídicos, não podem ser solucionados através da lógica formal. Isto porque a lógica pura, aplicável por excelência às matemáticas, não traz em si mesma a possibilidade de valoração, sendo incompatível com os critérios axiológicos que estão presentes na tarefa do jurista. É evidente que o Direito não pode ser identificado unicamente às normas postas, a partir das quais se pudesse deduzir a regra aplicável ao caso concreto. Nessa mesma trilha, doutrina Marcel Audibert: "Um problema de álgebra ou de geometria se desenvolve completamente à margem da vida. Mas a ciência jurídica banha-se no humano. Seu objeto é o próprio humano, com suas necessidades, suas fraquezas, suas incertezas. A impiedosa lógica matemática não pode convir à arte jurídica que é temperada pelo conhecimento e o amor da vida. A aplicação de uma lei social e o cálculo da resistência dos metais não pertencem ao mesmo domínio"⁴.

O Direito, muito embora não prescindir de normas gerais norteadas de critérios a serem utilizados "in concreto", é muito mais que isso, já que não se pode excluir de seu campo de abrangência as normas individuais, resultantes não só da aplicação daquelas normas gerais, mas especialmente jungidas a um juízo de valor. Como assevera M. Reale, "não se pode deixar de levar em conta as exigências axiológicas e as estruturas fáticas da realidade jurídica, isto é, da natureza dialética e problemática da experiência jurídica"⁵. A par da tarefa criadora do Direito, a cargo do poder legiferante, está a função de aplicação do Direito. O processo de elaboração do Direito só se perfaz com a atividade jurisdicional, que vai dar solução ao caso concreto (norma individualizada)⁶. Afasta-se de modo peremptório, a possibilidade de que a argumentação silogística (método dedutivo) seja plenamente eficaz na solução das controvérsias jurídicas. A partir desta colocação, o Direito

surge como uma técnica, uma arte de controle social inspirada por valores de justiça. Nesses termos, diz o ilustre professor da Universidade Autônoma do México que a lógica formal desde os primórdios até os nossos dias não exaure a totalidade do "logos", da razão, mas constitui apenas uma parcela do "logos"⁷.

Essa espécie de lógica visa o estudo da estrutura de inferência correta das leis que regem o pensamento. Contrário "sensu", as normas jurídicas têm uma dimensão imperativo-valorativa, totalmente desconhecidas das leis de inferência, que são neutras.

Na aplicação da lei o julgador se encontra em frente da necessidade de escolher, dentre as regras legisladas, a que se considere adequada para resolver de modo justo o caso em foco. Tal escolha, evidentemente, só pode se fundar num juízo de valor, incompatível com o plano da lógica pura. É absolutamente impossível construir o Direito sobre um sistema lógico puro. O magistrado, ao dar a prestação jurisdicional, cria ou descobre normas pertinentes a cada caso, suprimindo as eventuais lacunas ou vazios existentes na legislação. Tais considerações, no sentido de demonstrar a inaplicabilidade da lógica matemática ao fenômeno jurídico, têm por fundamento o peculiar objeto da ciência do Direito, como instrumento de controle social mediante condicionamento de condutas⁸.

Recasens Siches não nega validade às formulações da lógica tradicional no que tange ao rigor com que a disciplina o pensamento. A lógica pura - sobretudo a partir do séc. XX - "constitui um instrumento indispensável para conhecer e compreender a essência do Direito, para apreender e entender o "a priori" formal do Direito ou seja as formas universais e necessárias do jurídico"⁹. Os artigos da lei não são expressão pura de valores ideais (verdades matemáticas ou de teoria geral do Direito, do "a priori" jurídico), mas "constituem uma obra do homem, em determinado momento da história, numa certa circunstância social, obra com a qual se pretende produzir praticamente na existência coletiva uns certos efeitos"¹⁰. Assim, o al-

cance de um artigo de lei deve ser mensurado "única e exclusivamente em função dos efeitos que produz na vida real".

um artigo de lei deve ser mensurado "única e exclusivamente em função dos efeitos que produz na vida real".

Por outro lado, os conteúdos jurídicos (normas que ordenem, proíbem ou permitem) "não pertencem ao pensamento regido pela lógica do tipo matemático, do racional, senão a um outro campo de pensamento que está regido por outro tipo de lógica, pela lógica do razoável, do humano ou da razão vital e história"¹¹.

Coerentemente, rejeita-se a idéia de aplicação do método sistemático¹² para a solução dos problemas jurídicos, emergindo daí a fórmula do pensamento sobre os problemas, suscitado por uma questão prática de conduta humana. E aqui aparece a disciplina lógica da razão humana que vai reger o pensamento sobre os conteúdos do Direito¹³.

3 – ANÁLISE DA LÓGICA DO RAZOÁVEL

A vida humana não pode ser conhecida e compreendida ou analisada mediante o uso de métodos ou conjunto de categorias empregados para a concepção dos fenômenos da natureza e nem mediante enfoques e procedimentos adequados a idéias puras como da lógica formal. Os atos humanos apesar de produzirem efeitos, trazem em si uma dimensão desconhecida da natureza - possuem sentido e significação e se relacionam com valoração. Nesse sentido, a produção dos conteúdos jurídicos, tanto das normas gerais como das individuais, deve reger-se pela lógica humana ou lógica do razoável, assim denominada a disciplina do pensamento dirigida à ação humana, à solução da problemática referente à atividade humana.

De acordo com nosso autor, já Aristóteles mencionara um tipo especial de razão, voltada para os assuntos humanos.

Em sentido filosófico, deve ser destacado que mesmo estando a lógica do humano, dentro da razão e, portanto, da lógica "latu sensu", não se confunde o razoável com o racional. A razão

não se esgota no racional, pois há outras espécies de razão, entre as quais a aplicável à atividade do ser humano, ou "logos" do homem.

O que realmente caracteriza a lógica do razoável em oposição à lógica tradicional é o fato de que enquanto esta última - meramente enunciativa - trata somente do ser e não ser, aquela está impregnada de critérios axiológicos (valoração dos fins) e intimamente vinculada ao sentido contedutístico, à materialidade dos fenômenos humanos que lhe servem de objeto. No fenômeno jurídico ressalta sempre a idéia de fim, dado o caráter eminentemente teleológico do Direito, voltado ao atendimento de certos valores (v.g., liberdade) inerentes à própria pessoa humana¹⁴. No dizer de R. Von Ihering, "o fim é o criador de todo Direito, não havendo norma que não deva sua origem a um fim, a um propósito, isto é, a um motivo prático"¹⁵. As formulações de propósitos e estabelecimentos de fins resultam da combinação do conhecimento sobre a realidade particular com as valorações concebidas como pertinentes a essa realidade - há razões que presidem a realização dos fins, em consonância com os meios empregados.

Conseqüentemente, a lógica do razoável está regida por razões de congruência e de adequação: a) entre a realidade social e os valores; b) entre os valores e os fins; c) entre os fins e os meios (considerando-se a eficácia e a correção ética destes últimos)¹⁶.

A produção do Direito - regras gerais e decisões judiciais - deve estar inspirada na lógica do razoável. Para a solução do fenômeno jurídico há necessidade de compreender toda sua extensão e significado, e não simplesmente conhecê-lo. A função valoradora não está reservada exclusivamente ao legislador.

O magistrado deve guiar-se, prevalentemente, pelos critérios de valor que inspiraram o legislador, ou seja, pelos objetivos propostos ao veicular a norma. A lógica da inferência se aplica somente ao estudo das formas "a priori" e não ao conteúdo das disposições jurídicas. "A produção dos conteúdos de Direito, tanto das regras gerais como das normas individualizadas, deve reger-se pela lógica do huma-

no ou do razoável”¹⁷.

O ilustre mestre exemplifica a matéria com uma situação ocorrida na Polônia, no início do século, em que, numa estação ferroviária havia um letreiro que transcrevia disposição normativa impedindo o ingresso de pessoa acompanhada de cães na plataforma de embarque¹⁸. Diante de uma situação real, em que um viajante se apresentava acompanhado de um urso, viu-se impedido, pela autoridade competente, de entrar na citada plataforma. Protestou ele dizendo que aquele artigo do regulamento proibia somente a entrada de cães, mas não de outra espécie de animais, surgindo, desse modo, um conflito jurídico. É incontestado que não há como incluir no conceito de cães, os ursos e, se feita uma interpretação literal da norma, não se poderia concluir conforme a autoridade. Entretanto, tal interpretação, pareceria não só ao jurista, como a qualquer leigo, totalmente descabida, contrária mesmo ao senso comum. À luz da lógica tradicional a conclusão será absurda, qual seja, proibitiva para a entrada de cães e permissiva para a entrada de ursos. A razoabilidade da solução encontrada funda-se em razões diferentes do puro racional, ou seja, do “logos” do humano. “Portanto, estamos dentro de um campo lógico, só que não da lógica do racional, senão da lógica do humano, do razoável”¹⁹. Evidencia-se, assim, o caráter teleológico da norma proibitiva, guiada por razões de adequação e eficácia entre os meios e o fim visado. O instrumento realmente verdadeiro e eficaz na interpretação do Direito é o “logos” do razoável. “Esse critério é, em suma, o método correto de interpretação jurídica e, portanto, o método correto para a função jurisdicional”²⁰.

Nas palavras de Paulo D. de Gusmão, Recasens Siches “orteguianamente situou o direito fora não só do reino da ‘natureza física’ como também da ‘natureza psicológica’ e do ‘reino dos valores’, para colocá-lo no da ‘vida humana’, como objetivação histórica e inacabada dessa vida sob a forma de norma, construída segundo valores sob a pressão de fatos sociais”²¹.

A lógica do razoável - integrante do “logos” do humano - está na razão vital e histórica

(Ortega y Gasset) e na lógica experimental (John Dewey)²². Ela busca compreender a exata significação do ordenamento jurídico, seja quanto ao escopo pretendido pelo legislador, seja quanto a adequação entre os fins colimados e os meios empregados para a solução dos conflitos²³.

NOTAS

- (1) Ver sobre o processo intuitivo, M. Reale, *Filosofia do Direito*, v. 1, p. 119 et. seq.
- (2) Luis Recasens Siches, jurista espanhol nascido em 1903, foi discípulo de, entre outros, Jose Ortega y Gasset, Giorgio Del Vecchio, Rudolf Stammler, Hermann Heller e Hans Kelsen. Professor de Filosofia do Direito em inúmeras universidades espanholas e norte-americanas radicou-se, definitivamente, no México, onde é Professor Catedrático de Filosofia do Direito da Universidade Nacional Autónoma do México. Do contato com o pensamento jurídico anglo-saxão, desenvolveu algumas idéias sobre a interpretação do Direito, a dupla dimensão circunstancial do Direito positivo, sobre a lógica do razoável e o caráter criador da função judicial.
- (3) Luis Recasens Siches, *Nueva Filosofia de la Interpretacion del Derecho*, p. 277.
- (4) Marcel Audibert, *Essai sur le Juriste*, p. 67.
- (5) Miguel Reale, *O Direito como Experiência*, p. 70.
- (6) Cf. Luis Recasens Siches, *Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX*, p. 537 “A valoración judicial ‘permeabiliza o empapa’ todo o edificio do Direito positivo, na aplicação deste na prática” (Luis Recasens Siches, *Nueva Filosofia de la Interpretacion del Derecho*, p. 252).
- (7) Luis Recasens Siches, *Tratado General de*

- Filosofia del Derecho, p. 642.
- (8) Ver sobre a filosofia integrativa, J. Hall, Razón y Realidad en el Derecho, B. Aires, Depalma, 1959.
- (9) Luis Recasens Siches, Tratado General de Filosofia del Derecho, p. 663 - 64.
- (10) Luis Recasens Siches, idem, p. 643.
- (11) Luis Recasens Siches, idem, p. 663.
- (12) Esse método toma como ponto de partida uma verdade primeira (axioma) que não pode ser aniquilado pela dúvida e procede por meio de rigorosas deduções (Cf. Luis Recasens Siches, Nueva Filosofia de la Interpretacion del Derecho, p. 288 et seq.).
- (13) Luis Recasens Siches, Nueva Filosofia de la Interpretacion del Derecho, p. 289-91.
- (14) "O Direito não nasceu na vida humana em virtude do desejo de render culto ou homenagem à idéia de justiça, mas para satisfazer a uma exigência ineludível de seguridade e de certeza na vida social" (Miguel Reale, Filosofia do Direito, p. 522).
- (15) Cf. Luis Recasens Siches, Tratado General de Filosofia del Derecho, p. 633.
- (16) Caracteres da Lógica do Razoável, ver Luis Recasens Siches, Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX, p. 544 et seq.
- (17) Luis Recasens Siches, Nueva Filosofia de la Interpretacion del Derecho, p. 288.
- (18) Outros exemplos (caso Wesley Moore), ver Luis Recasens Siches, Tratado General de Filosofia del Derecho, p. 647 et seq., Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX, p. 539 et seq. De maneira similar - Marcel Audibert, Essai sur le Juriste, p. 60.
- (19) Luis Recasens Siches, Tratado General de Filosofia del Derecho, p. 647.
- (20) Luis Recasens Siches, Nueva Filosofia de la Interpretacion del Derecho, p. 186. A

filosofia da lógica do razoável para a interpretação do Direito sustenta ser o "logos" ou a lógica do razoável "o único método de interpretação jurídica, porque a mesma índole deste supera necessariamente toda a embrulhada multiplicidade tradicional de maus e confusos procedimentos hermenêuticos" - (Luis Recasens Siches, Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX, tomo I, p. 539).

- (21) Paulo Dourado de Gusmão, Introdução à Ciência do Direito, p. 468.
- (22) Cf. Luis Recasens Siches, Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX, p. 241.
- (23) "A lógica do razoável está orientada pelos ensinamentos extraídos da experiência histórica, isto é, da experiência individual e da experiência social - atual e passada -, e se desenvolve instruída por esta experiência" - (Luis Recasens Siches, Nueva Interpretacion de la Filosofia del Derecho, p. 288).

BIBLIOGRAFIA

- AUDIBERT, Marcel. Essai sur le Juriste, Paris, 'Librairies Techniques, 1960.
- GUSMÃO, Paulo Dourado de. Introdução à Ciência do Direito, Rio, Forense, 1976.
- HALL, J. Razón y Realidad en el Derecho, Buenos Aires, Ed. Depalma, 1959.
- REALE, Miguel. O Direito como Experiência, São Paulo, Saraiva, 1968.
- Filosofia do Direito, São Paulo, Saraiva, 1975.
- RECASENS SICHES, Luis. Tratado General de Filosofia del Derecho, México, Editorial Porrúa, 1978.
- Panorama del Pensamiento Jurídico en el Siglo XX, México, Editorial Porrúa, 1963.
- Nueva Filosofia de la Interpretacion del del Derecho, México, Editorial Porrúa, 1973.
- Experiencia Juridica, Naturaleza de la cosa y Logica razonable, México, Ed. Fondo de Cultura Economica, 1971.

Revista **unimar**
ÓRGÃO OFICIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

ECONOMIA

ENSAIO SOBRE A LEI GERAL DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA EM MARX

IDALETO MALVEZZI AUED

*Depto. de Economia da Universidade Estadual de Maringá
C. Postal 331 - Maringá, PR - Brasil*

RESUMO

Sintetizo a busca inicial que empreendi para compreender as categorias da Lei Geral da Acumulação Capitalista que Karl Marx desenvolveu em "O Capital".

ABSTRACT

To understand the categories of General Law of Capitalist Accumulation that Karl Marx developed in "The Capital", I synthetize the initial search in which I have been involved.

Muitas questões se nos apresentaram no decorrer da elaboração deste ensaio. As mais marcantes disseram respeito às crises engendradas no desenvolvimento econômico do capitalismo. Como se dá o processo de acumulação do capital? O movimento econômico do capitalismo leva à sua auto destruição? Difícil respondê-las. Sabemos da dificuldade de se produzir uma análise que pudesse nos satisfazer, principalmente quando se trata de temas complexos e que ainda não foram de todo estudados.

Inicialmente necessitamos estudar a teoria de um dos cientistas que mais produziu elementos à elucidação das leis que regem o modo capitalista de produção.

Ao adentrar nesta busca, compreendemos que na lógica deste modo de ser social, as ações dos agentes, conscientes e/ou inconscientes, são, em última instância, manifestações subjetivas de leis que independem da vontade ou desejo humano.

Desta forma percebemos que as leis econômicas do capitalismo impõem ao capital individual comportamento incessante (constante) de apropriar-se da maior parte do valor excedente gerado na sociedade. Esta apropriação, na forma-dinheiro, só se torna possível depois que as mercadorias são

realizadas, isto é, quando o valor capital abandona a forma mercadoria e adquire a forma do equivalente universal: o dinheiro. Tal transmutação adquire, no modo capitalista de produção, proporções jamais alcançadas em outras épocas, cujo espaço econômico é conhecido como mercado. Espaço onde os capitalistas, ou seus agentes, humanizam as transações de troca, constituindo-se em membros e cabeça do valor a ser realizado.

A condição de percorrer o ciclo completo do capital é fundamental para a reprodução dos capitais individuais e, por conseguinte, do capital social. Transformar capital-dinheiro em elementos naturais de produção - meios de produção e força de trabalho, ou seja, capital produtivo; capital produtivo em capital-mercadoria e este em dinheiro, é o círculo que o valor originariamente adiantado tem de percorrer, a fim de se constituir em novo capital¹.

Entretanto, este movimento circular do capital não é harmonioso. A passagem de uma forma do capital para a outra não se dá automaticamente nem mecanicamente; condições estruturais e conjunturais provocam interrupções na transmutação do valor. Este círculo tem de ser percorrido inevitavelmente, pois só através dele é

que os capitalistas se enriquecem, que o valor se valoriza. É importante ressaltar que as mercadorias são produzidas não para atender às necessidades dos Homens, mas sim por se constituírem em veículo do valor. Assim, o seu consumo, produtivo ou individual, atende às necessidades de realização das mercadorias preñhes de valor excedente, de mais-valia.

Através da utilização de parte da mais-valia é que os capitalistas poderão acumular e reproduzir seus capitais numa escala ampliada. Assim, eles procurarão, de todas as formas possíveis, realizar suas mercadorias, isto é, transformá-las em dinheiro. Esta busca os colocará frente a frente como litigantes, pois, se um deles necessita transformar o valor-excedente em capital, o outro também necessita percorrer o mesmo caminho, transformando-os em oponentes na esfera do mercado.

A necessidade de transformar o capital-mercadoria em dinheiro e a concorrência que enfrenta com seu oponente, impõem-lhe a exigência de reduzir o valor de sua mercadoria, isto é, reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada unidade produzida. Esta mágica é obtida, primeiro, pelo aumento da jornada de trabalho, o que, pela capacidade física do trabalhador, é limitada; segundo, pela redução do valor da força de trabalho, cuja condição é também limitada pelas condições históricas das forças-produtivas voltadas à produção de mercadorias necessárias à subsistência do trabalhador; terceiro, pelo aumento da produtividade do trabalho, cujas condições históricas são ilimitadas; esta se obtém pela introdução no processo produtivo de novos meios de produção: máquinas mais modernas, tecnologia aperfeiçoada, etc. Desta forma, o capitalista que conseguir reduzir o valor de sua mercadoria será aquele que mais facilmente transmutará o capital-mercadoria em dinheiro.

Este movimento leva a que o capitalista passe a transformar valor-excedente em capitais constantes, via novas máquinas e tecnologias mais modernas. Assim, para obter maior produtividade, aumentará relativamente seu capital constante e conseqüentemente reduzirá a parte do capital

variável que corresponde à parte da força-de-trabalho, do trabalho vivo. Do trabalho que cria valor. Esta exigência do desenvolvimento capitalista leva a que a produção principal passe a ser a de mercadorias que serão consumidas produtivamente; mercadorias que se constituirão em meios de produção².

Entretanto, como a única fonte do valor é o trabalho humano e sendo este reduzido, historicamente, em cada unidade de mercadoria produzida; como o valor dos meios-de-produção é transferido ao valor das novas mercadorias sem nada criar; como cada vez mais se utiliza, relativamente, trabalho morto (capital constante) no processo produtivo: conclui-se que, no valor da nova mercadoria, a parte relativa ao capital constante será significativamente maior (e cada vez mais).

Voltando ao nosso capitalista, dizíamos que ele necessita ofertar sua mercadoria a um preço cada vez menor. Mas, como vimos, a parte do valor novo gerado diminuirá historicamente em cada unidade produzida. Por conseguinte, diminuirá também aquela parte que lhe proporcionará lucro, o valor-excedente.

Mas sendo o objetivo último do capitalista o lucro cada vez maior, a fim de obter novos lucros, necessita acumular e reproduzir seu capital em escala ampliada. Não poderá produzir na mesma escala em que vinha fazendo anteriormente. Se a escala anterior for mantida, seu lucro será inferior, face à redução do valor de sua mercadoria. Se deseja continuar como capitalista, se deseja não sucumbir na sua trajetória de acumulação e obter lucros cada vez maiores, terá, constantemente, de aumentar a escala de sua produção. Só desta forma levará ao mercado mercadorias com preços reduzidos e em volume suficiente para fazer crescer seu lucro. Assim, poderá completar a última parte do ciclo do capital: a transformação do capital-mercadoria em dinheiro. Completando o ciclo, poderá também obter novamente seu capital-dinheiro, primitivamente adiantado, acrescido de um valor pelo qual nada pagou e cuja magnitude é suficiente para ser

reproduzido ao nível da exigência histórica.

Se o capitalista individual tem este procedimento, ou, noutras palavras, se a lógica do sistema capitalista lhe impõe este proceder, também o imporá ao seu concorrente (oponente). Daí que o mercado é uma verdadeira competição entre mercadorias. Mercado este, brutal e violento, pois, se um capitalista não se adapta à sua lógica, será destruído sem nenhuma compaixão. E sempre há muitos que sucumbem.

Pelo exposto acima podemos compreender que a dinâmica do sistema capitalista de produção exige que o capital seja reproduzido sempre numa escala ampliada, sendo sua parte maior corporificada em capital constante. Se de um lado a afirmação é verdadeira, de outro este processo se defronta com uma barreira periódica. Na medida em que se amplia a produção de mercadorias, amplia-se mais que proporcional àquelas que irão se constituir em meios-de-produção. Ora, mas nem todos os meios de produção encontram sua rotação num período de tempo relativamente curto e, conseqüentemente, sua substituição pode se tornar demorada. Assim, a realização rápida destas mercadorias só será possível com a implantação de novas unidades produtivas, ou substituindo os velhos métodos de produção pelos novos. Em suma, necessita-se reproduzir ampliadamente o capital social, a fim de manter a dinâmica econômica dentro dos padrões vigentes de cada época.

Mas a produção capitalista é contraditória. E, como *"o volume das massas de mercadorias produzidas pela produção capitalista é estabelecida pela escala dessa produção e pelo imperativo de expansão dela"*²³, chega-se a um dado momento em que a sociedade fica abarrotada de mercadorias sem possibilidade de serem realizadas. O valor-capital interrompe temporariamente seu processo de se valorizar. Chega-se à crise; crise de superprodução.

Se a lógica do desenvolvimento capitalista nos remete para a marcante ampliação do capital constante, também explicita seu oposto, isto é, a redução relativa de capital variável e a conseqüente

liberação de força-de-trabalho que irá constituir-se no Exército-industrial de reserva. Assim, a lei geral de acumulação capitalista é caracterizada por dois polos diametralmente opostos: de um lado, o aumento extraordinário da riqueza, e de outro, a profunda miséria dos trabalhadores.

Crises de superprodução e miséria dos trabalhadores são, portanto, frutos e pressupostos do desenvolvimento capitalista, pois a superação temporária destes fenômenos só será possível com a criação e reprodução do capital numa escala que corresponde ao nível de exigência do desenvolvimento das forças produtivas historicamente determinadas, cuja magnitude sempre é superior à fase anterior.

NOTAS

- (1) MARX, Karl. O Capital. Civilização, Livro 2, V. 3, p. 53-4, Rio, 1970. *"Capital-dinheiro, capital-mercadoria, capital-produtivo designam aqui, não espécies autônomas de capital, cujas funções estejam ligadas ao conteúdo de ramos de atividades igualmente autônomas e separados uns dos outros. Aqui designam apenas formas específicas de funcionamento do capital industrial, que as assume sucessivamente."*

O ciclo do capital só decorre normalmente, quando suas diferentes fases se sucedem de maneira contínua. Se o capital não se move na primeira fase D-M, o capital-dinheiro se congelará em tesouro, se isto ocorre na fase de produção, os meios de produção não serão empregados e a força de trabalho ficará desocupada; se, na fase final M'-D', as mercadorias invendáveis acumuladas obstruirão o fluxo da circulação."

- (2) LENIN, V. I. El Desarrollo del capitalismo em Rusia, Editorial Progreso, p. 40. Moscú, 1979. *"Este mayor empleo de capital constante no es otra cosa"*

que una mayor altura del desarrollo de las fuerzas productivas expresada en término del valor de cambio, pues la parte principal de los "medios de producción", que se desarrollan rápidamente, está formada por materiales, máquinas, instrumentos, edificios e instalaciones de toda clase para la gran industria y, especialmente, para la industria maquinizada. Por ello es de todo lógico que, al desarrollar las fuerzas productivas de la sociedad, al crear una gran producción y una industria maquinizada, la producción capitalista se distinga también por una ampliación particular del sector de la riqueza social que forman los medios de producción. . .".

(3) MARX, op. cit. p. 76.

BIBLIOGRAFIA

LENIN, V. I. El Desarrollo del Capitalismo en Rusia. Moscú, Progreso, 1979.

MARX, Karl. O Capital. Rio de Janeiro, Civilização, 1970.

OBJETIVOS E VIABILIDADE POSTA EM QUESTÃO: EQUÍVOCOS DAS INTERPRETAÇÕES HUMANISTAS NA ECONOMIA

IDALETO MALVEZZI AUED

Depto. de Economia da Fundação Universidade Estadual de Maringá
C. Postal 331 - Maringá, PR - Brasil

RESUMO

Pretende-se com este trabalho contestar as críticas que normalmente se fazem aos Projetos Irrigados no Nordeste do Brasil, por considerar que elas (as críticas) não se fundamentam nas Leis Gerais do Modo Capitalista de Produção e conseqüentemente chegam a falsas conclusões.

ABSTRACT

This essay has the purpose to criticise the analyses that are normally presented with respect to the Irrigated Projects in the Northeast of Brazil, for considering that these ideas are not based on the General Law of the Capitalistic Mode of Production and consequently point to false conclusions.

INTRODUÇÃO

As avaliações de planos econômicos governamentais, em geral, fundamentam-se em comparações entre os objetivos propostos e os resultados finais alcançados, sejam elas elaboradas por representantes de instituições oficiais, do mundo acadêmico e até mesmo da chamada "esquerda" brasileira.

Muito embora as comparações possibilitem mensurar hiatos entre as intenções dos planejadores e resultados obtidos, elas não conseguem explicitar e desvendar as forças determinantes do fenômeno considerado.

Em muitos casos o proceder comparativo tem induzido a que "cientistas" obtenham conclusões falsas, pois suas análises sobre políticas econômicas são calcadas em julgamentos éticos e morais.

Neste trabalho procuramos mostrar que os objetivos propostos em projetos governamentais nem sempre são possíveis de serem alcançados, isto

porque a tendência do desenvolvimento econômico atende às exigências das Leis do Modo de Produção e não dos desejos humanos.

A comprovação desta perspectiva teórica se verificou quando analisamos as metas e resultados alcançados nos Projetos de Irrigação no Nordeste do Brasil controlados pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS).

Viabilidade à Reprodução Ampliada do Capital

Quando o Programa Plurianual de Irrigação (PPI)¹ foi elaborado, dois objetivos se buscavam com os Projetos Irrigados no Nordeste: a elevação dos níveis de renda e de emprego na região.

Os projetos, avaliados e aprovados para a região nordestina, levaram a que se estimasse até 1980:

"... em 115.000 os empregos diretos criados pelos projetos de irrigação, que beneficiaram uma população de 350.000 pessoas. Admitindo, por outro lado, como usualmente ocorre nos

países em desenvolvimento, que, para cada emprego direto na agricultura irrigada cria-se um novo emprego no setor serviços, os empregos diretos e indiretos gerados por estes projetos ocupariam cerca de 230.000 ativos, beneficiando uma população de mais de 700.000 pessoas"².

Este é um ponto a que muitos estudiosos dirigem suas críticas, pois afirmam que, no decorrer dos anos de implantação dos Projetos Irrigados, o número de empregos previstos não foi alcançado.

Gomes, calcula "em 16.548 o número total de empregos criados pela política de irrigação do Nordeste até dezembro de 1976", utilizando os mesmos critérios do GEIDA. Em suas conclusões, é enfático ao afirmar que os objetivos pretendidos não foram alcançados e termina por assinalar que "o êxito do programa (irrigação) tem sido extremamente reduzido"³.

Outro estudioso do assunto, citado em quase todas as obras acadêmicas mais recentes, Anthony Hall, não deixa por menos em suas críticas:

*"... a conclusão inevitável tirada é a de que métodos atuais de irrigação fazem muito pouco para criar empregos permanentes para a população rural empobrecida do sertão"*⁴.

Como se observa, os empregos não foram criados nas proporções desejadas pelo PPI. Esta evidência é bastante indicativa do fenômeno. Ainda mais, não só não criaram mais empregos como, o que nem sempre é lembrado pelos órgãos oficiais, liberou-se mão-de-obra, isto é, a implantação dos Projetos Irrigados destruiu os empregos que existiam antes da Irrigação.

Hall, analisando o projeto de Morada Nova - CE., constatou que 18.000 pessoas, antigas moradoras da área, deram lugar a 3.000. Em São Gonçalo-Pb, cuja população original era de 7.000 pessoas, deu lugar a 1.100 em fins de 1975, embora estivesse previsto para serem alocadas 3.000. O mesmo fenômeno foi observado em

Sumé-Pb, "onde 76 famílias foram removidas da terra para acomodar 26 colonos e suas famílias"⁵.

Indicativos são os resultados da política de emprego:

- a) que o número de empregos gerados é aquém do previsto; e
- b) que se expulsou mais mão-de-obra do que se absorveu.

Bem, se objetivamos compreender a viabilidade dos Projetos Irrigados no Nordeste, poderíamos concluir que eles são inviáveis para solucionar o problema da mão-de-obra.

Para nós, tal conclusão se apresenta como verdadeira e ao mesmo tempo falsa. Verdadeira, porque não consegue criar mais empregos. Falsa, porque analisar um fenômeno social/econômico é buscar compreendê-lo e apresentá-lo nas relações que o constituem. É compreendê-lo dentro do modo de produção em que está inserido, identificando quais as leis que regem seu desenvolvimento e, a partir daí, verificar que características o fenômeno apresentará no desenrolar da história. É detectar o caráter das contradições que constituem o fenômeno, destacando seus aspectos principais e secundários. Hall e Gomes, não compreendendo este processo do conhecimento, limitaram-se a comparar o objetivo proposto e os resultados obtidos, impossibilitando a justa compreensão do fenômeno.

No modo capitalista de produção há necessidade de se reduzir historicamente o valor das mercadorias; o capital constante aumenta e o variável reduz-se. Em outras palavras, isto quer dizer que o desenvolvimento capitalista se faz às custas de liberação da força-de-trabalho.

Isto posto, podemos dizer que, no caso dos Projetos Irrigados, tem-se uma profunda transformação das forças produtivas, adoção de tecnologia nova e moderna, onde prevalece a maior parcela de capital constante. Em assim sendo, a não absorção de força-de-trabalho é uma consequência inerente ao processo modernizador das forças produtivas no capitalismo.

Equivocam-se todos quantos analisam os

Projetos Irrigados no Nordeste e criticam-nos por não absorverem mão-de-obra propalada pelo PPI. Esquecem que o sistema capitalista de produção é aquele que privilegia o capital; é a lógica do capital que amolda a geração/extinção do nível de emprego⁶.

Assim, de uma forma geral, podemos dizer que os Projetos Irrigados no Nordeste, no que diz respeito à geração/extinção de emprego, é perfeitamente viável, hoje, para o capitalismo.

Gomes, ratifica nossa análise quando afirma que: *"O impacto do programa de irrigação sobre o emprego é, assim, bastante diminuto, devendo-se reconhecer que desde o início da década, antes de implementada a política, já se sabia que seria assim. Não há, portanto, que se julgar negativamente tal política apenas por este prisma"*⁷.

Um segundo aspecto que se critica na política de Irrigação para o Nordeste diz respeito aos elevados custos, seja na geração de cada unidade de emprego, seja no custo total dos projetos.

Para Hall, os gastos com irrigação são elevados em relação à geração de empregos permanentes. Embora utilize as cifras apresentadas pelo GEIDA, procura mostrar que eles serão maiores face aos retardamentos na implantação dos projetos. E deixa bem claro sua posição ao afirmar que:

"Apesar do pequeno número de empregos permanentes criados pelos planos de irrigação do DNOCS, o valor do capital investido é altíssimo. Para o período 1975/1980, o DNOCS pretende gastar três milhões de cruzeiros ou 375 milhões de dólares. O investimento na irrigação, segundo os objetivos do GEIDA, é calculado em 550 milhões de dólares para 1971/1980 no valor do dólar de 1971. Essa quantia representa quase a metade da formação do capital em todos os

*setores da região em um ano, embora o gasto com a irrigação deva acabar a década. Considerando-se os retardamentos, inevitáveis na implantação de projetos, os custos de capital tenderão a subir ainda mais, ao passo que o número de empregos a ser criado se manterá constante"*⁸.

Gomes, analisando *"cinco projetos"*, os mais desenvolvidos sob o ângulo da comparação entre realização e metas", estima os custos para a geração de um emprego em Cr\$ 170.070,00 a preços de dezembro de 1976, ou de US\$ 14.000, cuja conversão foi feita à taxa cambial oficial no mesmo mês.

Apesar do custo da geração de um emprego nos projetos analisados ser inferior à média dos setores no Nordeste (estimado em US\$ 27.800), é superior àqueles calculados pelo GEIDA (entre US\$ 4.500 e US\$ 7.000).

O mesmo resultado foi observado no custo de implantação de um hectare irrigado, pois necessitou-se de Cr\$ 117.467,00 (a preços de dezembro de 1976), equivalentes a US\$ 9.669, enquanto o GEIDA havia estipulado em US\$ 3.500, no máximo. Estes valores, segundo Gomes, são mais drásticos (grifo nosso) ao serem comparados com os padrões internacionais, cujo valor por hectare irrigado foi calculado em US\$ 500.

Em assim sendo, não poderia ser outra sua conclusão, ao dizer: *"... o pequeno impacto do Programa de Irrigação para o Nordeste vem sendo conseguido às custas de uma considerável aplicação de capital"*¹⁰.

O problema do custo elevado não foi verificado somente no decorrer do funcionamento dos Projetos Irrigados. No início da década de 1970, a imprensa nacional já apontava para esta característica. O jornal O Estado de São Paulo, em 1972/73, não se cansou de questionar o tipo de irrigação utilizada no Nordeste, pois os custos eram elevados. Em editorial de 23 de junho de 1972, afirmava: *"Importante seria saber se não haveria forma mais econômica, menos dispendiosa, de tornar verdes alguns*

hectares de caatinga sertaneja. Se, por exemplo, o Nordeste não lucraria mais com a aplicação dos dois mil dólares por hectare em outras áreas onde nada se faz; como a Zona da Mata ou nas terras do Maranhão"¹¹.

Ou mesmo em editorial de 21 de fevereiro de 1973: "*As afirmações do general Evandro de Souza Lima (Superintendente da Sudene) merecem algumas observações. Inicialmente, cabe assinalar que essa autoridade aludiu a preços elevados sem, todavia, especificar o custo do hectare irrigado, que é da ordem de 2.000 dólares. A irrigação de 40 mil hectares no Vale do São Francisco exigirá, pois, no mínimo, investimento de 80 milhões de dólares, 480 milhões de cruzeiros, que deverão ser gastos somente no preparo inicial da terra. Além da água, as terras necessitarão de fertilização e outros tratos que tornarão sua exploração consideravelmente onerosa*"¹².

Aqui, também, os dados nos remetem à dedução de que os investimentos feitos nos projetos irrigados no Nordeste são elevados e os resultados financeiros obtidos aparentemente não são compensadores, em relação ao volume de recursos aplicados na irrigação.

Isto indica-nos que os Projetos Irrigados no Nordeste devem ser compreendidos como especificidades do processo de reprodução ampliada do capital, cuja participação do Estado é de suma importância, pois atua, através do DNOCS, como repassador de recursos oriundos de tributos pagos pela população, para os capitalistas individuais. Assim, os elevados investimentos feitos na irrigação atendem aos interesses econômicos de grupos que controlam politicamente o Governo.

No III Seminário Nacional de Irrigação e Drenagem, a posição de vincular os Projetos Irrigados à ampliação de capital social foi profundamente defendida pelos participantes do evento.

Silva foi bastante explícito na defesa desta posição ao apresentar seu trabalho, onde afirma: "*A integração dos perímetros irrigados às indústrias rurais, no intercâmbio de matéria-prima e produtos industrializados é, em condição 'coeteris paribus', a solução viável para que os projetos de irrigação continuem sua franca expansão, encontrando mercado forte, capaz de absorver toda a produção agropecuária*"¹³.

Este é um aspecto importante para se compreender os altos investimentos, feitos nos Projetos Irrigados no Nordeste. A implantação deles está diretamente correlacionada à expansão do setor "industrial".

As novas indústrias no Nordeste e os Projetos Irrigados são duas faces do processo de reprodução ampliada do capital. São manifestações da ampliação do capital produtivo. A interconexão e inter-relação entre ambos é que possibilita um desenvolvimento seguro para os capitais aí reproduzidos e criados.

Desta forma, não podemos analisar os Projetos Irrigados isoladamente do contexto histórico no qual se insere. Os custos, aparentemente elevados, nada mais são do que subsídios governamentais para o capital se reproduzir.

Em Sumé, só para ficarmos num exemplo da Paraíba (e que poderia se estender a muitos projetos), a comercialização do tomate industrial é feita por contrato entre os Irrigantes (via Cooperativa controlada, dirigida e condicionada pelo DNOCS) e a indústria Peixe, onde fica estipulado, antes da colheita, o preço a ser pago pela mercadoria. Estes preços são inferiores aos vigentes no mercado. Segundo os técnicos do DNOCS, este contrato é benéfico por que define a priori, as condições da comercialização e garante compradores para os produtos dos Projetos. Assim, as duas partes ganham. As Indústrias, porque têm a garantia de receberem mercadorias de boa qualidade, a baixo custo; os irrigantes, por não ficarem à mercê das perturbações do mercado.

Analisando as particularidades do relacionamento entre o Estado, Projeto Irrigado e Indústria, percebe-se que, para os Irrigantes, o preço de venda de sua mercadoria é compensador, pois nele não está computado o custo de implantação do projeto (parte da infraestrutura), uma vez que o Estado arca com ele. Para a Indústria, é altamente compensador porque lhe permite produzir mercadorias a custos menores que seus concorrentes, possibilitando-lhe, através da equalização da taxa de lucro, apropriar-se de maior parcela do valor excedente produzido no setor, ou seja, obter maiores lucros.

Assim, podemos dizer sem restrições que os altos custos dos Projetos Irrigados não se constituem em entrave ao seu desenvolvimento. Ao contrário, é condição fundamental para se obter taxas elevadas de produtividade e conseqüente redução dos valores das mercadorias adquiridas pelas Indústrias; é condição fundamental para a ampliação da produção da mais-valia no presente momento histórico brasileiro e, em especial, no Nordeste.

A viabilidade dos Projetos Irrigados é também questionada em virtude do processo de irrigação utilizada. Dizem que ele altera as condições naturais do solo, provocando contínua queda de produtividade.

O fenômeno que mais se destaca é o da salinização e solos sódicos. Segundo estudo da Sudene, 20% das áreas irrigadas em projetos do DNOCS enfrentam este problema.¹⁴

Hall, atribui à salinização grande responsabilidade pela baixa renda obtida por colonos, pois aqueles contemplados com solos salinizados obterão inexpressiva produtividade. Dá grande ênfase ao afirmar que: *"Os solos aluvionais dos vales dos rios, nos quais projetos de irrigação são localizados, são notoriamente diferentes quanto à composição, tanto horizontal quanto verticalmente. Isso cria carências que têm sérias repercussões na produção da colheita controlada da cultura irrigada. Diz-se que a salinização afeta 30% da terra nos*

*vales de rios no sertão, e é um sério obstáculo à melhoria da produtividade. Grandes áreas de terras têm sido retiradas da produção nos projetos visitados. Como resultado, os colonos incorrem em perdas pesadas com a falência de suas colheitas, causada pela salinização. Um estudo realizado sobre o caso conclui que as condições precárias dos terrenos explicam em grande parte a situação do grupo dos agricultores mais pobres"*¹⁵.

Como se depreende do acima exposto, a salinização é um fenômeno que se manifesta nos Projetos Irrigados de forma marcante. A questão que se apresenta é saber se ela é um entrave à expansão da irrigação.

Alguns estudos vêm indicando que a salinização pode ser tecnicamente controlada, pois é conseqüência da má utilização da água para a irrigação, em solos de determinada característica.

Soluções já são apontadas, como a substituição do sódio por cálcio através de aplicações de gesso e lavagem no caso de solos sódicos.¹⁶

A necessidade de controlar a qualidade do solo não é um problema somente dos solos salinizados ou sódicos dos Projetos Irrigados. Em áreas onde se desenvolve agricultura moderna, utilização de corretivos, adubos etc, é uma prática comum e normal, pois, por este intermédio evita-se a diminuição da fertilidade natural da terra e conseqüentemente a produtividade do trabalho.

É evidente que o capital aplicado neste processo (dessalinização) aumenta a magnitude de sua parte constante, determinando redução na taxa de lucro. Entretanto, dois aspectos teremos de considerar para melhor compreender o fenômeno. O primeiro diz respeito à elevação dos custos. Como frisamos anteriormente, o custo não é a variável mais significativa, pois grande parte do capital investido nesta ação é recurso oriundo do Estado, nada custando ao Irrigante.

O segundo refere-se à possibilidade de serem criados e reproduzidos novos capitais, os quais estarão voltados para solucionar o problema de salinização. Para o capitalismo em geral, quanto mais fontes geradoras de novos capitais, melhores são as possibilidades de se reproduzir ampliamente, isto é, mais campo o valor terá para se valorizar.

Em assim sendo, contraditoriamente, o que se apresenta como entrave natural ao bom êxito da produção agrícola nos Projetos Irrigados é um campo fértil para o capital se reproduzir ampliadamente.

Outro aspecto muito debatido, que os críticos não se cansam de apontar, é a renda obtida pelos colonos Irrigados.

No PPI definiu-se que mais significativo:

*"... é o nível de renda da população diretamente beneficiada, estimado Cr\$ 2.100 anuais per capita (valor expresso em cruzeiro estimado para o início de 1972), ou seja, o equivalente a US\$ 360, isto é, 3,6 vezes a atual média rural per capita, estimada em US\$ 100"*¹⁷

As estimativas feitas deveriam ser alcançadas em 1980. Muitos outros estudos do governo, também, fizeram previsões similares.

Depois da elaboração de seu estudo, Hall¹⁸ conclui que, de forma geral: *"Apenas uma pequena*

minoria de 5% ganha os lucros substanciais previstos por estudos de factibilidade. Dos grupos dos outros que lucram coisa ainda, a maioria recebe menos do que o salário mínimo oficial, enquanto a maioria dos colonos está em débito".

O Quadro I, elaborado por Gomes, mostra quanto foi a renda líquida por família em 1975.

QUADRO I
RESUMO DAS ESTIMATIVAS DE RECEITA E
CUSTOS PARA OS PROJETOS DE
IRRIGAÇÃO DO DNOCS - 1975

(Cr\$ de 1975)	
ITENS	VALOR
1. Receita Total	
Valor Bruto da Produção	20.955.481
2. Custos Correntes	
Serviços Prestados pelo DNOCS	4.212.820
Defensivos e Fertilizantes	5.649.486
Mão-de-Obra não Familiar	5.843.229
Juros e Despesas Bancárias (6% das Despesas Correntes)	16.647.867
3. Receita Líquida Total: (1) - (2)	4.307.614
4. Receita Líquida por Família: (3) ÷ 1.262,5	3.412

Fonte: GOMES, op. cit. p. 442

Donde conclui que: *"A receita por família, assim calculada em Cr\$ 3.412 por ano, em cruzeiros de 1975, se compara muito desfavoravelmente com o salário mínimo vigente em Recife no mesmo ano. De fato, enquanto em junho de 1975 o salário mínimo nesta cidade era de Cr\$ 417,60 por mês, a conversão dos Cr\$ 3.412 a uma base mensal gera um valor de apenas Cr\$ 284,33, ou seja, menos de 70% do salário mínimo como renda média das famílias dos irrigantes"*¹⁹.

Órgãos de circulação nacional, também, ressaltaram os aspectos negativos dos Projetos Irrigados no que diz respeito à renda obtida pelos colonos. A revista Veja, de 09 de agosto de 1978, em caderno especial sobre irrigação, apresenta que *"... para muitos dos colonos selecionados (3.482 dos 31.179 previstos), a renda teima em continuar no passivo", ou que "a distribuição da renda é cada vez mais desigual entre os colonos"*.

Em se tomando como exemplo o Perímetro Irrigado de São Gonçalo-Pb, verifica-se que 68,25% (média) dos colonos no período de 1974 a 1977

são devedores da Cooperativa, conforme demonstra o Quadro II.

QUADRO II
COOPERATIVA DOS IRRIGANTES DA
PARAÍBA LTDA.
3ª DIRETORIA REGIONAL DO
DNOCS – PERÍMETRO IRRIGADO DE SÃO GONÇALO
SOUZA – PARAÍBA
MOVIMENTO FINANCEIRO

	1974		1975		1976		1977	
	N.o	%	N.o	%	N.o	%	N.o	%
Credores	17	15	99	48	108	38	75	26
Devedores	97	85	106	52	179	62	209	74
TOTAL	114	100	205	100	287	100	284	100

FONTE: (20, p. 93)

Percebe-se, ainda, que os colonos credores passam de 48% em 75 para 26% em 77, diminuindo sua participação relativa.

Entretanto, este aspecto não é verificado em Sumé-Pb, onde a renda obtida pelo Irrigante é elevada²⁰.

Por ocasião de nossa visita ao Perímetro Irrigado de Sumé, constatamos que a grande maioria dos colonos eram proprietários de automóveis. Com largo sorriso de satisfação, o chefe do Perímetro informou que um deles já havia comprado até um Opala, do último ano.

Observando, também, o mesmo resultado, Buraztyn e Betanzos assim se expressaram: *“Como exemplo, temos que um deles adquiriu um Opala por 70 mil cruzeiros, além de 13 bezerras e uma vaca por 16 mil. Outro, comprou um Corcel por 36 mil cruzeiros, um cavalo por 26 mil e 13 bezerras e um cavalo, por 23 mil. O resto dos colonos, em termos gerais, investiu seus recursos na aquisição de casas e compra ou*

troca de automóveis. Dois deles, os mais iluminados, construíram até 10 casas no centro da localidade. Atualmente, dentre 46 famílias de colonos, mais de 30 possuem automóveis”²¹.

No perímetro de Condado, pudemos constatar ótimos resultados obtidos por Irrigantes. Muitos deles haviam adquirido propriedades urbanas, principalmente na cidade de Patos-Pb.

A evolução do nível geral da Renda dos Irrigantes nos Perímetros controlados pelo DNOCS é um indicador que evidencia tendências dos resultados econômicos/financeiros, para os colonos.

QUADRO III
EVOLUÇÃO DAS RENDAS NOS
PERÍMETROS IRRIGADOS DNOCS

	Renda Líquida Média/Irrigante (Cr\$ 1,00)			
	1974	1975	1976	1977
Lagoas do Piauí	—	—	—	27.346
Morada Nova	5.590	16.004	29.173	20.111
Lima Campos	1.587	8.918	8.733	14.991
Quixabinha	27.812	25.510	100.839	66.507
Várzea do Boi	—	956	8.028	7.153
Curu Paraipaba	—	—	—	12.475
São Gonçalo	8.825	5.560	8.850	20.017
Sumé	29.389	45.690	94.640	103.889
Eng.º Arcoverde	14.386	25.574	52.077	50.149
Cachoeira II	14.062	19.601	34.430	55.230
Boa Vista	5.035	23.686	40.302	57.838
Custódia	—	—	12.213	64.857
Cruzeta	—	—	—	49.415
Jacurici	65	(-)865	9.781	65.088

Perímetro Sumé: É preciso salientar que essa renda é líquida média por família, registrada após o pagamento de todos os insumos e financiamentos bancários, inclusive descontado o sustento da família. Isto significa uma poupança que a família recebe no final do ano, em decorrência da produção e comercialização de sua produção.

Fonte: PONTES, José Osvaldo. O Trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação no Nordeste Semi-Árido - Minter. 1978. p. 21.

Apesar de o Quadro III apresentar numericamente resultados positivos, de uma forma global, escamoteia o verdadeiro resultado da geração e distribuição da renda gerada nos Perímetros Irrigados.

No decorrer da explanação, pudemos constatar que um grupo de colonos obteve resultados satisfatórios (altas rendas), e outros não conseguiram alcançar as cifras previstas e esperadas. Ainda mais, há uma divisão entre projetos que apresentaram resultados satisfatórios e projetos que deixaram muito a desejar.

Partindo desta constatação, perguntamo-nos se estes resultados são indicadores para inviabilizar os Projetos Irrigados no Nordeste, nos moldes em que estão sendo estruturados e dirigidos.

Para podermos melhor analisar, temos de nos remeter aos objetivos propostos pelos órgãos oficiais²² bem como aos resultados do movimento real do capitalismo.

Um indicador nacional que serve para evidenciar tendência do capitalismo é o índice real dos salários. Através dele podemos detectar se a remuneração da força-de-trabalho tende a diminuir ou se elevar.

QUADRO IV — ÍNDICE DO SALÁRIO — MÍNIMO REAL

ANO	SALÁRIO — MÍNIMO
1954	98,98
1955	111,04
1956	117,46
1957	122,65
1958	106,70
1959	119,45
1960	100,30
1961	111,52
1962	101,82
1963	89,62
1964	92,49
1965	88,82
1966	76,03
1967	72,05
1968	70,39
1969	67,74
1970	68,93

1971	65,70
1972	64,79
1973	59,37
1974	54,48
1975	56,93
1976	56,54
1977	58,92
1978 (março)	48,53

FONTE: MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Acumulação Monopolista e Crise no Brasil. Paz e Terra. Rio. 1980. p. 75.

Como se verifica no Quadro IV, o salário mínimo real decresce em 50,45% no período de 1954 a 1978, passando do Índice de 98,98, para 48,53 respectivamente.

Note-se que a respeito do crescimento econômico brasileiro das últimas décadas, a renda dos trabalhadores, cujo parâmetro é o salário mínimo, decresceu vertiginosamente. Desta maneira, podemos afirmar que o objetivo do capitalismo não é "*solucionar definitivamente o problema do baixo nível e das disparidades intra e inter regionais de renda*". Assim, os Projetos Irrigados do Nordeste não estão voltados para a elevação da renda dos colonos irrigantes. Se alguns colonos obtêm altas rendas é porque, temporariamente, conseguem altas taxas de produtividade e não sofrem problemas de realizações das mercadorias. Esta não é particularidade dos Projetos Irrigados, mas de toda unidade produtiva do sistema capitalista.

Querer analisar e criticar o Plano de Irrigação para o Nordeste, porque este não conseguiu atingir os objetivos propostos no PPI, é ignorar que estes Projetos se apresentam como uma particularidade do capitalismo no Nordeste, ou que são formas de produzir riquezas, de um lado, e miséria dos trabalhadores, de outro.

NOTAS

- (1) O Grupo Executivo de Irrigação e Desenvolvimento Agrícola (GEIDA), no período de julho de 1969 a março de 1970, apresentou o Diagnóstico Preliminar como resultado de seus primeiros estudos.

Entre março de 1970 e setembro de 1971 elaborou um estudo mais detalhado e se constituiu no Programa Plurianual de Irrigação-PPI. Além do Governo Federal, participou de sua elaboração uma firma nacional: Sondotécnica Engenharia de Solos S/A, consorciada a uma estrangeira, a firma israelense Tahal Consulting Engineers Ltd.

- (2) GEIDA. Programa Plurianual de Irrigação, Minter/Dnocs, 1977. P. 15. Vol. I.
- (3) GOMES, Gustavo Maia. A política de irrigação no Nordeste: intenções e resultados. Pesquisa e Planejamento Econômico, R.J. 9 (2): agosto de 1979 - P. 432.
- (4) HALL, Anthony. A Irrigação para vencer a Seca - o caso do Nordeste do Brasil. in: Dimensões do Desenvolvimento brasileiro. Campus, Rio. 1978. P. 270.
- (5) HALL. op. cit. P. 271.
- (6) (MARX, Karl. O Capital. Civilização, livro 2. V.3, Rio, 1970. P. 747/48) *"Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências das riquezas, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do supício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros de classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista. . . Patenteia-se a insanidade da sabedoria do economista que prega aos trabalhadores adaptarem seu número às necessidades de expansão do capital. O mecanismo da produção capita-*

lista e da acumulação adapta continuamente esse número a essas necessidades. O começo desse ajustamento é a criação de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva, e o fim a miséria de camadas cada vez maiores do exército ativo e o peso-morto do pauperismo".

- (7) GOMES, op. cit. P. 432.
- (8) HALL, op. cit. P. 270.
- (9) Os cinco projetos irrigados são: Várzea dos Bois; Cruzeta; Engenheiro Arcoverde; Sumé e Ceraíma.
- (10) GOMES, op. cit. P. 436.
- (11) O Estado de São Paulo, A Irrigação no Nordeste, 23 de junho de 1972.
- (12) O Estado de São Paulo, Irrigado, investimento melindroso, 21 de fevereiro de 1973.
- (13) SILVA, Dilmo de Freitas. A Irrigação e o Desenvolvimento Rural Integrado, III Seminário Nacional de Irrigação e Drenagem, Anuais, Volume II, Minter/DNOCS-ABID, P. 106/107.
- (14) *"Nas principais áreas a situação é a seguinte: perímetro Coraíma (BA), 293,19 ha salinizados e com problemas de drenagem, num total irrigado de 619 ha; Morada Nova, (CE), 285 ha salinizados, num total de 1350; São Gonçalo, (PB), 920 ha num total de 1.294; Vaza Barris (BA); 60 ha em 830; Custódia, (PE), 42 em 112; Engenheiro Arcoverde (PB), 72 em 222. Também têm problemas de salinidade os projetos de Condado e Ibiuirim". (O Estado de São Paulo, 2 de julho de 1978 - A Irrigação e o Projeto Integrado).*
- (15) HALL, op. cit. P. 275.
- (16) *"Para evitar isso, o CPATSA vem pesquisando as formas mais adequadas para a drenagem dos solos no Nordeste e os melhores métodos para o controle da salinidade uma das maneiras já orientadas é a lavagem com irrigação. Período em que poderia ser plantado arroz, que é um produto mais*

resistente. Um outro problema, de solos sódicos, e que também existe nas áreas salinizadas, é mais difícil de controlar, ainda estão sendo pesquisados os melhores métodos, mas de início orienta-se a substituição do sódio por cálcio, com aplicação de gesso e lavagem. Devido à seriedade do problema dos solos salinos e sódicos, a Embrapa, juntamente com o DNOCS, universidades, Sudene e Codevasf, implantará um projeto integrado com a finalidade de observar a sua evolução e tomar medidas preventivas no tempo certo". (O Estado de São Paulo, 02 de julho de 1978 - A irrigação e o Projeto Integrado).

(17) GEIDA, op. cit. P. 15.

(18) "Em São Gonçalo, durante 1974, de 66 fazendeiros que tinham estado no projeto por mais de um ano, 75% tinham débitos variando de Cr\$ 700 a Cr\$ 14.000. Entre os que apresentaram algum lucro, a distribuição de renda durante o ano foi desigual, com um saldo variando entre Cr\$ 600 a Cr\$ 24.000. Cinco colonos ganharam 85% da renda total do projeto, e havia 123 colonos no plano. Dos 17 que apresentaram lucro, a renda média foi de Cr\$ 9.000 e a mediana da renda de Cr\$ 6.000. A diferença entre o maior rendimento e dívida mais pesada foi de Cr\$ 38.000.

No plano de Morada Nova a situação foi semelhante. De 224 colonos que haviam participado do projeto por mais de um ano, somente 35% apresentaram lucro no fim de 1974. O restante tinha débitos com a cooperativa, de Cr\$ 60 a Cr\$ 8.000. Esses agricultores com saldo positivo obtiveram lucro de Cr\$ 60 a Cr\$ 9.000. Quatro colonos somaram 27% desse lucro. A amplitude de diferença da renda foi proporcionalmente menor do que no caso de São Gonçalo, com Cr\$ 10.000 separando o maior lucro do maior débito. Para os agricultores que obtiveram lucro, tanto o lucro médio como a mediana do lucro, e foram consideravelmen-

te menores que em São Gonçalo, de Cr\$. 1.260 e Cr\$ 810 respectivamente. A renda no 3º projeto, em Sumé, não seguiu tão de perto as tendências verificadas nos dois maiores planos de irrigação. Financeiramente, esse é o plano do DNOCS de maior sucesso, que, embora visto como "modelo" pelo órgão, não se apresenta como típico. Nos fins de 74, 21 dos 26 colonos estavam se beneficiando de um lucro líquido. Ao contrário, de qualquer outro projeto do DNOCS, Sumé encaminhou a mercado uma cultura refinada, a de tomate, que propicia ao esquema sua maior capacidade de renda. A renda média dos agricultores que obtiveram lucros em Sumé em 1974 foi de Cr\$ 10.230 e a mediana da renda foi de Cr\$ 8.100. A distribuição da renda, contudo, variou de Cr\$ 1.100 a Cr\$ 19.300, e o débito de Cr\$ 200 a Cr\$ 9.000. Os 23% dos fazendeiros mais ricos levaram para casa 44% da renda total enquanto os 23% dos mais pobres receberam apenas 7%". (HALL, op. cit. P. 274).

(19) GOMES, op. cit. P. 442.

(20) AUED, Idaletto M. - Nas Pegadas do Valor: Projetos Irrigados do Nordeste no Movimento Geral da Acumulação Capitalista no Brasil: Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Economia - UFPB - 1980.

(21) BURAZTYN, Marcel e Betanzos, Oscar - Mimeo, 1979. P. 11.

(22) GEIDA, op. cit. P. 10. ". . . solucionar definitivamente o problema do baixo nível e das disparidades intra e inter-regionais de renda . . .".

BIBLIOGRAFIA

Agricultura Irrigada traz Indústria para o Sertão.
In: Revista do Ministério do Interior. Jan/Fev.
1980.

ARAÚJO, Genésio Martins de. DNOCS - Um

- Órgão a Serviço do Nordeste. DNOCS, 1974.
- A irrigação é a esperança de "seu" Raimundo. In: Revista Interior, Brasília, set./out. 1978.
- Água existe. A questão é saber usá-la. Revista Interior, Brasília, nov./dez. 1979.
- Água do São Francisco faz o sertão produzir. Revista Interior, Brasília, nov./dez. 1979.
- Anais do III Seminário Nacional de Irrigação e Drenagem. Vol. II, 1975.
- BAER, Werner e outros. Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro. Campus, Rio de Janeiro, 1978.
- BERNARDO, Maristela Bezerra. Capitalismo e Relações de Produção no Campo. Universidade de Brasília, 1978, mimeografado (tese de mestrado).
- BIRD Crítica Sistema Fundiário no Nordeste. In: O Estado de São Paulo de 02 de outubro de 1977.
- Boletim Técnico. Vol. 35, N.º 01. DNOCS, jan./jun. 1977.
- BURSZTYN, Marcel e BETANZOS, Oscar. Que Culpa Tiene el Tomate Que Está Tranquilo En la Mata. Universidade Federal de Paraíba, Mimeografado, 1979.
- Confiança na Irrigação. In: Revista Interior, nov./dez. 1978.
- Congresso de Irrigação em São Paulo. In: Revista Interior, Brasília, nov./dez. 1979.
- DNOCS em Números. Vol. 2, N.º 2. DNOCS, jul./dez. 1977.
- É preciso que o Nordeste tenha condições de conviver com a seca. In: Revista Interior, nov./dez. 1979.
- ESPÍNOLA, Rodolfo. Morada Nova, o Caminho que se Abre no Sertão Cearense. In: Agricultura de hoje, Rio de Janeiro, maio de 1978.
- Estudo das Repercussões Sócio-Econômicas do Projeto Morada Nova. Esplar, Fortaleza, 1977.
- GEIDA, Programa Plurianual de Irrigação, MIN-TER/DNOCS, 1971.
- Governo estimula projetos de Irrigação, diz Rangel. In: o Estado de São Paulo de 10 de novembro de 1977.
- Informativo Estatístico, exercício 1978. DNOCS.
- Irrigação, a técnica agrícola mais sofisticada, mas a única que garante realmente a produção. In: Revista Agropecuária. São Paulo, abril/1980.
- Irrigação custa caro, mas torna verde a Caatinga. In: O Estado de São Paulo de 18 de junho de 1972.
- Irrigação no Nordeste. In: O Estado de São Paulo de 04 de novembro de 1970.
- Irrigação, Uma Esperança Limitada. In: O Estado de São Paulo de 21 de maio de 1972.
- Irrigando Dá! In: Revista Interior. Brasília, set./out. 1978.
- JAÍBA, O grande lance da irrigação. In: Revista Interior, Brasília, outubro de 1975.
- Lei de Irrigação. Projeto apresentado no IV Congresso Nacional de Irrigação de Drenagem. Publicação da Associação Brasileira e Drenagem. Salvador, setembro de 1978.
- LENIN, V. I. El Desarrollo del Capitalismo en Rusia. Progreso, Moscú, 1979.
- MANTEGA, Guido e MORAES, Maria. Acumulação monopolista e crises no Brasil. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- MARINI, Rui Mauro e GUERRA, Rivaldo. Problemas e perspectivas do desenvolvimento brasileiro. Mimeo, 1971.
- MARX, Karl. O Capital. Civilização, Rio de Janeiro, 1968.
- _____. Contribuição para a Crítica da Economia Política. Estampa, 1973, 2ª ed.
- _____. Trabalho assalariado e capital. Escorpião, Porto, 1974.
- Metade do que é meu é dele, mas o dele é dele mesmo. In: Revista Interior. Brasília, set./out. 1978.
- MI'CHIN, S.S. Processo de concentração de ca-

- pital no Brasil. Civilização, Rio de Janeiro, 1973.
- Mocambinho, o maior sistema de irrigação. In: Revista Agricultura de Hoje, Rio de Janeiro, abril de 1977.
- Morada Nova, Ceará, a terra transforma-se, o homem também. In: Revista Interior, Brasília, set./out. 1978.
- MOREIRA, Raimundo. O Nordeste Brasileiro: Uma Política Regional de Industrialização. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- NAKASU, Licurgo. Irrigação e Planejamento: Contribuições para o desenvolvimento de uma metodologia de estudos na fase de reconhecimento preliminar. Documento apresentado no II Congresso Paulista de Agronomia. São Paulo, jul./ago. 1979.
- Necessidades de Insumos nos Perímetros de Irrigação do DNOCS. DNOCS, Fortaleza, 1978.
- No quente serfao Piauiense, um dos maiores projetos do Nordeste. In: Revista Interior, Brasília, set./ou. 1978.
- O Governo responde com 10 mil hectares irrigados. In: O Estado de São Paulo, de 02 de dezembro de 1973.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Economia Brasileira: Crítica à razão dualista. In: Estudos Cebrap, N.º 2. São Paulo, outubro de 1972.
- Plano de Exploração - Perímetro Irrigado de Sumé. DNOCS, 1979.
- Política de Irrigação. In: Diário da Noite de 14 de fevereiro de 1959.
- PONTES, José Osvaldo. O DNOCS e a Irrigação do Nordeste. DNOCS.
- . O Trabalho do DNOCS e o Programa de Irrigação no Nordeste Semi-Árido. DNOCS, novembro de 1975.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira. Brasiliense, São Paulo, 1972, 4ª ed.
- . A Questão Agrária. Brasiliense, São Paulo, 1979.
- PROTERRA, Quatro anos no Nordeste. In: O Estado de São Paulo de 01 de maio de 1975.
- Reclama o Nordeste a Lei de Irrigação. In: O Estado de São Paulo de 15 de junho de 1961.
- Regimento Interno. DNOCS. Fortaleza, 1975.
- Relatório Anual: 1977. DNOCS.
- Senado Aprova o Plano Nacional de Irrigação. In: O Estado de São Paulo, de 07 de junho de 1979.
- SILVA, Dilmo de Freitas. A Irrigação e o Desenvolvimento Rural Integrado. In: Bol. Técnico DNOCS. Fortaleza 33(2) jul./dez. 1975.
- SINGER, Paul. As contradições do Milagre. In: debates econômicos, N.º 16. DAECA, 1973/1974, Porto Alegre.
- SOUZA, João Gonçalves de. O Nordeste Brasileiro: Uma Experiência de Desenvolvimento Regional. FGV, Rio de Janeiro, 1979.
- SUDENE Propõe uma nova Política. In: O Estado de São Paulo de 09 de abril de 1978.
- TAVARES, Maria da Conceição. Além da Estagnação. In: debates econômicos N.º 20. CEEP, março de 1979, Porto Alegre.
- . Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Zahar, Rio de Janeiro, 1972.
- Terra Irrigada é de Quem Trabalhar nela. In: Revista do Ministério do Interior. Brasília, jan./fev. de 1980.
- Um Bilhão só para Irrigar. In: O Estado de São Paulo de 01 de fevereiro de 1973.
- Um Projeto para o Nordeste. In: Revista Visão, N.º 13. De 22 de dezembro de 1975.
- Uma solução (cara) contra as secas. In: O Estado de São Paulo, de 30 de setembro de 1979.
- União desapropriará terra para irrigação. In: O Estado de São Paulo, de 10 de setembro de 1978.
- WANDERLEY, Maria de Margareth. Capital e Propriedade Fundiária. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.
- . e outros. Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1979.

Revista **unimar**
ÓRGÃO OFICIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

EDUCAÇÃO

AS FORMAÇÕES SÓCIO-ECONÔMICAS COMO FUNDAMENTO DO DESENVOLVIMENTO MATERIAL E DA PRODUÇÃO INTELECTUAL

LUIZ CARLOS ASSUMPÇÃO NEVES

Depto. de Educação da Universidade Estadual de Maringá
C. Postal 331 - Maringá, PR - Brasil

RESUMO

Este artigo visa mostrar, dentro de uma análise histórica, como se realizam as transformações da produção intelectual e o progresso material, a partir das formações econômicas.

ABSTRACT

The article proposes to show, based on an historical analysis, how to process transformations of intellectual production and material progress, having as their origin economic formations.

A história da humanidade é feita por uma ininterrupta corrente de formações sócio-econômicas que se sucedem. Uma dando lugar a outras que surgem e se tornam mais importantes. O tema tem sido estudado sob a ótica de vários modelos analíticos, porém é com a dialética que passamos a conhecer as transformações que se deram dentro de uma perspectiva factual e concreta. As interpretações espiritualistas geralmente seguindo o pensamento de Bossuet - 1657⁽¹⁾, não mostram a realidade concreta, mas se baseiam numa cosmovisão idealista e ideária. Assim, não chegam a desvendar as correlações existentes entre os diferentes fatos que paralela ou conseqüentemente se desenrolam.

A partir do Renascimento, vemos um esforço no sentido de interpretar os fatos históricos pelo uso comprobatório da razão. Muitos como os pensadores ingleses do século XVIII, da Ilustração Francesa, no mesmo século como Diderot, Holbach⁽²⁾ e outros, acrescentaram uma nova profundidade nas análises da História apresentando um antropologismo filosófico junto a uma concepção naturalista grandemente alicerçado nos

seus próprios desejos. Tais pensamentos, baseavam-se muito mais na consciência que nos fatos. Como exemplo, temos a tentativa de Montesquieu em explicar a influência da natureza na vida social⁽³⁾ (MONTESQUIEU, red, 1955, p. 395).

Até meados do século XIX os conhecimentos científicos sobre a formação da sociedade, ainda não haviam aparecido. Mas, é perceptível que alguns autores anteriores (século XVIII) alcançaram determinar com certa clareza a importância dos fatos econômicos nas formações sociais. Como exemplo, pode-se tomar o pensamento de Helvétio, citado por Marx (MARX, 1969:314) que mostrava a importância das necessidades materiais na vida do homem. Diderot, por sua vez, achava que era necessário oferecer boas condições materiais ao homem, se se quisesse dignificar seu espírito e moral (DIDEROT, 1764) e JEAN MESLIER já descobrira que o desejo de propriedade era a origem dos grandes males sociais (MESLIER, 1970) Rousseau, como muitos outros, buscou compreender que as raízes dos problemas humanos estavam nos fundamentos econômicos:

"desapareceu a igualdade, apareceu a propriedade... e os amplos bosques deram lugar a amplos campos semeados e junto à colheita veio a escravidão e a miséria". (ROUSSEAU, 1975).

Mas Rousseau não foi além da idéia de sugerir a divisão em partes iguais a propriedade privada.

Antes de Hegel e Marx, salvo para alguns poucos pensadores, o progresso histórico estava relacionado com a condição intelectual de sempre aperfeiçoar-se infinitamente. Era um posicionamento ainda sempre ideário, mas até certo sentido, um pensamento positivo pois já levantava o relacionamento possível entre as etapas inferiores com as superiores.

Alguns pensadores entre o século XVIII e XIX, tentaram elucidar a importância das formações sócio-econômicas, defendendo a idéia de que o moto gerador das modificações sociais estava nos choques entre as classes sociais e pelas contradições destas mesmas classes. Guizot, por exemplo, considerava que a Revolução Francesa (1789-1794) representava a luta das classes constituídas no momento. Porém, ninguém havia alcançado perceber que as determinações históricas estão condicionadas ao modo de produção.

Papel de destaque veio ocupar o pensamento de Adam Smith e David Ricardo que, chamaram a atenção para o valor do trabalho e às relações entre as classes sociais. Mostraram também que a sociedade, sofre a ação de leis econômicas, e que uma etapa econômica exerce substancial influência sobre outra posterior. Tais pensamentos serviram de gênese ao pensamento materialista histórico. Também os socialistas utópicos, como Saint-Simon, reconheciam a importância do papel das lutas de classes no desenvolvimento histórico (HEGEL, 1970). E, porém, em Hegel que vamos encontrar os fundamentos da visão científica da história, mas ainda não de todo livres das tradições espiritualistas e idealistas. Nele, as leis do desen-

volvimento do mundo real, são as leis do desenvolvimento universal (MONDZHIAN, 1980, (10)). Seu pensamento porém, deu origem a uma visão que possibilitaria detectar os verdadeiros fatores determinantes das formações históricas sócio-econômicas do ponto de vista científico (HEGEL, Fil, 1970). Mesmo Hegel, não consegue resolver os problemas de interpretação da história, apenas os levanta. Muito do que expõe é conjuntura, porém de muito valor. Por isso mesmo Hegel *"... estava longe das idéias simplistas retilíneas do progresso"* (MONDZHIAN, 1980, p. 15).

"A história Universal não é um cenário de felicidade. Os períodos de felicidade são falhas em branco, porque são períodos de harmonia, de ausência de contradições" (HEGEL, Fil., 1970).

Para Hegel, o progresso das sociedades resulta de lutas entre os grupos, e contribui assim para uma sólida visão às análises da história. No desejo de achar as etapas do desenvolvimento humano, vários pensadores tentaram estabelecer, quase sempre de forma arbitrária, estas etapas, porém sem muita aceitação⁽⁴⁾. Estas tentativas de ordenar os fatos históricos em etapas, não foram de tudo perdidas, porque sempre trouxeram alguma contribuição positiva, já que de uma forma ou de outra, se baseavam em conhecimento dos fatos históricos. São também compreensíveis os erros cometidos pois as idéias científicas surgem quando o conhecimento científico já se desenvolveu e pode arremessá-las a uma nova etapa. Os erros têm origem no fato de que não havia conhecimento científico rigoroso que pudesse facilitar a análise e a compreensão dos fatos.

É, sem embargo, a partir do emprego do método dialético que são encontradas as forças motrizes e a esfera de relações materiais objetivas capazes de dar a verdadeira compreensão das formações sócio-econômicas. As tentativas de explicar o desenvolvimento das relações sociais por meio de suposições e posicionamentos com bases

não materiais, não resistem a uma análise com base nos acontecimentos históricos. Mas, são estes mesmos acontecimentos que vão nos dar a certeza de que o desenvolvimento das formações humanas surgiram da atividade produtiva do trabalho. Pode-se afirmar que, sem a atividade produtiva não há sociedade humana e todo conhecimento humano se desenvolveu a partir do trabalho humano.

Marx e Hegel reconhecem que em primeiro lugar para o homem está a sua subsistência - o comer, o beber, a moradia, o vestir e tão somente depois o homem estaria voltando-se à política, à ciência, às artes, aos ideais etc. O fundamento capital é a subsistência. À medida que esta passa a ser ameaçada o homem muda, mudando o seu arcabouço espiritual.

1. ATIVIDADE PRODUTIVA E MEIOS DE PRODUÇÃO

O modo de produção que cada sociedade emprega se compõe:

- a) das forças produtivas (incluem os instrumentos de produção e o próprio homem).
- b) das relações de produção (determinadas pelo tipo de propriedade estabelecida sobre os meios de produção).

É o modo de produção que vai determinar as formas de consciência social que vão dominar numa sociedade. A esse respeito diz Marx:

"Na produção social o homem contrai relações independentes de sua vontade, relações de produção, que correspondem uma determinada fase de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. É o conjunto destas relações de produção que forma a estrutura econômica da sociedade, a base que sustenta a superestrutura jurídica e política e que corresponde a determinadas formas de consciência social" (Marx, 1978).

A partir de uma certa etapa de desenvolvimento das relações de produção se faz necessário o apoio da estrutura jurídico-política e também do apoio ideológico. Parte daí a estrutura humana, em virtude do próprio desenvolvimento das forças produtivas. As doutrinas políticas foram surgindo e apoiando a idéia de que a escravidão era um processo natural e permanente. Mas, à medida que as contradições da sociedade escravagista se acentuavam, surgia o pensamento antiescravagista. Contudo, se as idéias anti escravidão eram elevadas, a prática social econômica trilhou outros caminhos, mantendo a exploração do homem pelo homem por outros meios.

Só foi possível o aparecimento da sociedade feudal pelo fato dela ter criado condições mais favoráveis para o desenvolvimento das forças produtivas, com base nas contradições do velho modelo econômico. A figura do escravo é substituída pela do camponês (com alguns direitos). Alguns séculos depois as contradições surgidas dentro do feudalismo se acentuam, criando novamente o clima necessário a mudanças. Surgem então, aos poucos, as bases do capitalismo e finalmente os novos meios de produção se estabelecem e com eles o capitalismo.

A contribuição do capitalismo para o desenvolvimento social e econômico do homem foi notável e de grande valor, mas, como em outras etapas da formação sócio-econômica da história humana, a generalização dos novos meios e modo de produção resultaram no acirramento de contradições próprias do processo de produção e acumulação capitalista. A necessidade de garantir uma acumulação sempre crescente fez com que o capitalismo se reestruturasse periodicamente durante os últimos séculos, e adquirisse um caráter mais agudo com respeito a exploração do trabalho humano. À medida que se intensificam os processos de exploração e se engendram novas fases para aumentar também a acumulação capitalista, surgem e se intensificam por outro lado novas contradições internas. Assim, o que representa uma vitória por um lado, representa ao mesmo tempo uma ameaça por outro. Assim temos que, a concentração de

lucros cria por outro lado a pobreza das massas populares. O financiamento da ciência a fim de conseguir novas técnicas que facilite a maximização da produção, para garantir a maximização dos lucros, resulta no uso cada vez maior das sofisticadas máquinas automáticas que dispensam maior número de trabalhadores, tornando cada vez mais crítico o problema do desemprego. O aumento da massa desocupada e sem meios de subsistência representa outra ameaça ao capitalismo, pois é daí que surgiram as revoluções populares que substituíram o modo de produção capitalista pelo socialista, em diversos países do mundo desde 1917.

A dinâmica das transformações dos agrupamentos humanos está calcada no modo da produção destes mesmos grupos, e não nas formas espirituais e sociais por eles desenvolvidas⁽⁵⁾. Isto se dá porque as forças produtivas existem independentemente e pré-existem às relações espirituais. São na realidade, as formas de produção que vão determinar as condições sob as quais vão ser determinadas as forças espirituais.

A visão ideária da História é levada a apresentar a origem dos avanços sócio-econômicos de forma invertida, isto porque não leva em conta a importância do concreto econômico dos povos, e quando o faz, o coloca sob um prisma imaginário e ideal⁽⁶⁾. Mas a consciência social do homem surgiu a partir das relações da produção e da forma de produção desenvolvidas.

Observa-se que não foi com aparecimento do cristianismo que surge a reação à escravidão. O cristianismo conviveu desde suas origens até o século XVIII em compatibilidade com a escravidão. Sua doutrina pregada por seus mais destacados líderes como Paulo, recomendava que o escravo fosse obediente ao seu senhor e suportasse as condições a que era submetido (N. Testamento, 1979).

No período da expansão colonialista européia, a Igreja mantinha milhares de seres humanos em regime de escravidão nos seus territórios coloniais. Só deixou de tê-los, devido às mudanças ocorridas no capitalismo que exigiram um novo posiciona-

mento da Igreja.

Não só a religião, mas todas as demais formas de manifestação espiritual do homem modificaram-se posteriormente em decorrência das mudanças das relações de produção.

2. A TRANSFORMAÇÃO DO MODO DE PRODUÇÃO E A TRANSFORMAÇÃO DA CIÊNCIA

A ciência, por exemplo, merece uma atenção especial. Husserl, em sua obra "A crise das ciências européias e a fenomenologia transcendental", escrita em 1937 aborda como a ciência se constituiu, tendo como base e raiz as transformações do modo de produção (Husserl, 1962).

Comenta Husserl como o Mundo da Vida (das Lebenswelt) foi transformado no mundo matemático, e assim transformando toda a vida humana. Mas, esta transformação se dá pela transformação do modo de produção. Ele classificou esta transformação como uma crise onde a ciência a partir do surgimento do capitalismo perde a independência, deixa de ser neutra e passa a servir o processo da produção no sentido de dominar a natureza.

O paradigma da ciência passou a ser a matemática⁽⁷⁾. O mundo do "Mais ou Menos", dá lugar ao "Mundo da Precisão" (Koyre, trad. 1978). Na nova ciência, só o que pode ser medido pode ser aceito. As ciências humanas perderam grande parte de seu significado dentro desta ótica, porque a maior parte dos fenômenos que se passam com o homem não são possíveis de mensuração.

Veja-se que a ciência grega limitava-se a descobrir e contemplar a natureza, pois o modo de produção não exigia mais que isso. A ciência moderna, porque convocada a apoiar a maximização da produção, estabelece seu objetivo: controlar a natureza⁽⁸⁾.

Seguindo etapas históricas a ciência vai adquirindo um caráter contraditório. Se por um lado procura o controle da natureza, por outro lado é cada vez mais sujeita ao processo produtivo.

Começando em Galileu, a ciência deixa seu aspecto natural para passar ao artificial, a ciência "feita", a ciência matemática. Em Galileu a geometria deixa de ser conferida na natureza para ser feita nos modelos matemáticos engendrados.

Newton por sua vez estabelece que o espaço da física seria absoluto, um espaço constante numa referência constante. Mas esta noção de espaço e tempo não é da vida natural. A noção de tempo continua a mesma para o homem, a despeito de toda a descoberta científica.

Assim, ao mesmo tempo que a ciência descobre, encobre, pois seu método matemático é de conhecimento e uso de apenas uns poucos. Ela se mostra tanto mais contraditória, quanto mais serve ao modo de produção que a sustenta. Porque transfere para si as contradições daquele.

"Não é a consciência que determina a vida mas a vida que determina a consciência" (Marx, Manuscritos. . . Op. Cit).

Não são os conceitos ou consciência adquirida pelo homem, dos fatos espirituais, que vai determinar a sua vida, mas a vida (modo de produção e de relações sociais) que vai determinar a sua produção espiritual. Tudo encontra-se condicionado a um fenômeno histórico concreto, e este concreto é a luta pela subsistência. Concreto seria chegar ao elemento dominante, determinante de toda a situação. As formas de consciência social são portanto, reflexo das relações econômicas. O pensamento que dominou na Idade Média é fruto das relações econômicas existentes, como também as características próprias do Renascimento resultaram das transformações que haviam começado a se realizar na economia dos países europeus e assinalam o surgimento da burguesia. As obras dos grandes pensadores do Renascimento estão cheias de referências críticas ao modelo de produção feudal e em defesa da forma de produção capitalista. *"As formas de consciência social, o mundo das idéias, seguem de modo passivo o curso do desenvolvimento dos processos materiais"* (MONDZHIÁN 1980, p. 77).

O conhecimento da história universal nos permite reconhecer o quadro do caminho percorrido pela sociedade humana onde as transformações materiais tomam o papel primordial e se tornam fonte para as demais mudanças, e as mudanças começam quando o meio de produção utilizado por uma sociedade começa a sucumbir face suas próprias contradições. As mudanças espirituais apenas são decorrentes das materiais, e são impossíveis de se concretizarem por si só. Estas mudanças, em ambas as esferas, não são obrigatoriamente violentas, mas, nada surge inesperadamente e ao acaso, a não ser dentro de uma formação e acumulação de elementos que vão resultar na nova sociedade. Nada também desaparece súbita e inesperadamente. Por vezes, permanecem por longo tempo os sinais resistentes da velha estrutura. Esta é a razão porque muitas transformações sociais custam a se estabilizar.⁽⁹⁾

Até então vimos que as formações sócio-econômicas são as fontes geradoras das transformações. É necessário que nos detenhamos agora um pouco mais em saber como historicamente estas formações se desenvolveram, e suas relações com progresso humano.

Embora alguns pensadores levanten hoje dúvidas sobre a direção que segue o progresso humano⁽¹⁰⁾ a grande maioria ainda concorda que as mudanças efetuadas não só são uma seqüência mas também um conjunto ascendente. Nota-se que os instrumentos primitivos da produção, deram lugar a outros bastante aperfeiçoados, e que as formas primitivas de vida social se transformaram e foram substituídas por outras mais complexas e racionais.

A idéia de progresso ascendente no ser humano já foi tomada no passado com características ilimitadas. Dizia Condorcet: *"a capacidade do homem em aperfeiçoar-se é realmente ilimitada"* (Condorcet, 1957: 117). Mas os critérios de seu julgamento estavam postos sobre a orientação idealista da história e portanto cria que era a ciência, a moral, a religião, a justiça que condicionam o desenvolvimento dos povos. Mas a idéia de progresso ascendente que apresentamos aqui, é de

que esta ascendência não está livre de saltos revolucionários nem de retrocessos. A concepção de um progresso linear é a que predomina no pensamento de Comte, Spencer e outros que encontram os marcos do desenvolvimento somente no âmbito da formação capitalista. Assim, todo o esforço de fugir da sociedade burguesa é tomado como regressão a formas primitivas e superadas.

Na análise dialética se desvendam as origens do desenvolvimento humano: as substituições do modo de produção e das relações de produção (Marx, op. cit.). Historicamente pode-se verificar que, a aceleração do ritmo de desenvolvimento das forças produtivas determina o ritmo das mudanças nas instituições sociais dos povos. Porém, as mudanças que determinam as modificações e conseqüente aceleração das forças produtivas se dão mediante um amadurecimento prévio e não se realizam como milagres, e em cada sociedade estas mudanças requerem forma e espaço de tempo diferentes. O modelo primitivo de produção durou milênios, o período feudal pouco mais de 900 anos, e a formação capitalista levou menos tempo ainda para se formar⁽¹¹⁾.

Por outro lado, o progresso histórico é inconcebível sem as relações que ligam a nova à melhor forma de vida, entre o presente e o passado, e outra entre o presente e o futuro. Uma geração entrega à outra os elementos fundamentais que permitirão as modificações.

3. AS FORMAÇÕES ESPIRITUAIS E O PROGRESSO

O processo ideológico tem feito crer que é a produção espiritual a causadora ou então a fonte de impulso do progresso das sociedades. A análise mais detalhada porém, nos revela que a produção espiritual é sempre conservadora, mesmo quando apresentada como moderna e transformadora⁽¹²⁾. Com raríssimas exceções, os filósofos, os pensadores religiosos, os mestres, a ciência etc., têm se revelado basicamente os maiores defensores do tradicional. Neste sentido eles se constituíram historicamente a camada reacionária a serviço da

manutenção da ordem econômica, ou social vigente. As transformações que ocasionaram às novas formações sociais não surgiram por força dos pensamentos filosóficos, religiosos, sociológicos, educacionais etc., mas por modificações no processo de produção dos bens materiais.

A mudança da Idade Média para o Renascimento, por exemplo, não se deu por meio ou inspiração da produção espiritual, mas pela ação material da burguesia que provocou a mudança do modo de produção e por ele a mudança do pensamento filosófico, artístico, educacional, religioso. As idéias liberais surgem tanto na arte, na filosofia, na escola como na nova religião (PROTESTANTISMO) porque era necessária à sustentação do novo modo de produção.

As idéias democráticas e liberais encontradas no pensamento filosófico clássico da Grécia antiga foram ressuscitadas, reinterpretadas e colocadas a serviço da burguesia. Era imprescindível para o capitalismo surgente que se dissiminasse a idéia de liberdade. A sociedade feudal, sob o controle do senhor do castelo e da Igreja, não dava espaços para a livre multiplicação do capital. O senhor do castelo dominava todos os negócios em seu território, e a Igreja por sua vez, ainda considerava pecado o acúmulo de riquezas (pecado da usura). O revigoreamento da idéia de democracia, de liberdade para todos, era elemento indispensável para quebrar o controle da sociedade exercido pelo senhor feudal e pela igreja. Mas, esta quebra se realiza pela transformação dos meios materiais. É preciso notar porém, que o pensamento liberal que ressurgia não tinha as mesmas características do pensamento liberal dos filósofos gregos. Lá, a liberdade do homem era, em si mesma um fim, a liberdade pela liberdade. No capitalismo a liberdade passou a ser um meio político pelo qual o burguês poderia obter o livre uso de seu dinheiro e garantir o retorno dos lucros. Desta forma a produção espiritual não fez as mudanças ocorridas no Renascimento, mas refletiu apenas as mudanças ocorridas no mundo econômico. O desenvolvimento histórico das sociedades humanas está pois caracterizado como um desenvolvimento

firmado nas transformações das formações econômicas.

Uma vez não sendo a produção espiritual um elemento dominante e determinante, passa a ser, na história, um elemento determinado e dominado. Por essa razão, a produção espiritual está sempre a mercê da produção material, e sempre a seu serviço. Afirmava Marx:

"Quem detém a produção material detém também a produção espiritual"

(Marx, O Capital op.cit.).

A filosofia, a religião, a escola, a ciência etc. dependem do processo econômico, pois dele recebem seu sustento. As fortes instituições religiosas, políticas, culturais, escolares, filosóficas e científicas etc. dos países hegemônicos, são fortes porque é forte o sistema econômico que as sustenta. Assim as formações sócio-econômicas, historicamente se constituem no fundamento e fonte de origem do desenvolvimento material e de toda a produção espiritual.

NOTAS E REFERÊNCIAS

- (1) JACOBO BENIGNO BOSSUET, 1627 - 1704.
- (2) DIDEROT, DENIS - 1713 - 1787, autor capital do Iluminismo do século XVIII . Filósofo, Matemático, Anatomista autor de "ENCYCLOPÉDIE" e "LETTRE SUR LES AVEUGLES".
- (3) MONTESQUIEU, CHARLES LOUIS SE—CONDAT (1689 - 1755) para ele os meios geográficos determinaram as necessidades do homem e esses os costumes, leis, regimes sociais.
- (4) O próprio Hegel, Vico e outros estabeleceram divisões na história. Os critérios tomados eram variados, mas todos visavam uma melhor compreensão do processo de desenvolvimento do ser humano.
- (5) Entende-se aqui por "FORMAS ESPIRI—TUAIS", toda a produção não material do homem, isto é, sua política, sua religião, sua ética, usa estética, seus ideais, sua ciência, etc.
- (6) Entre tantos que servem de exemplo para ilustrar esta distorção analítica podemos citar: Eusébio de Ceasarea, Toinbee, Carnap, Hume e outros, como também as versões oficiais e didáticas da história de um povo. Estes autores, embora, por vezes, façam abundantes referências ao processo econômico dos povos, não chegam a atingir as raízes dos problemas porque em dado momento da análise se afastam do concreto histórico-econômico.
- (7) É nesta transformação que surge o Método Científico. Mas foi a economia carente de novas fontes de renda, que estabeleceu os parâmetros deste método: a racionalidade e objetividade.
- (8) Bunge diz que: "O objetivo da ciência deve ser controlar e pôr ordem à natureza". (Op. "Teoria e realidade").
- (9) Como exemplo citam-se os movimentos socialistas em Portugal, Inglaterra e Polônia, onde a resistência subterrânea do velho modo de produção não permite ainda as transformações totais para novo modo de produção.
- (10) Alguns cientistas e filósofos, analisando o desenvolvimento da sociedade humana, têm levantado a tese de que este desenvolvimento seria no sentido descendente, e que o que alcançamos hoje com a tecnologia nada mais é do que o acaso do conhecimento e das capacidades humanas.
- (11) Não é difícil observar a decadência do modo de produção capitalista, não só pela aceleração das contradições internas que resultam acirramento dos problemas destas mesmas sociedades, como também o fato de que desde a segunda década do século, grande número de

países passaram ao modo de produção socialista em suas diferentes manifestações.

- (12) Como exemplo cita-se o movimento modernista que se manifestou na educação brasileira cujos verdadeiros fundamentos são conservadores, por esta razão pouco de essencial mudou na educação brasileira, desde a sua primeira estruturação em período colonial.

BIBLIOGRAFIA

- BUNGE, M. Teoria e Realidade. S. Paulo. Perspectiva, 1974.
- CONDORCET, J. A. Boceto del Quadro Histórico del Progreso de la Razon Humana. Madrid. LBB. 1957.
- DIDEROT, Denis. Encyclopédie. Reed. Paris. Loufe, 1972.
- HEGEL, Frederich & Marx, Karls. Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico. Lisboa, 1970.
- HEGEL, Filosofia da História Universal. Lisboa. Estampa, 1971.
- HUSSERL, Edmund. Krisis Der Europaishen Wissenschaftem Und Die Tranzsedentale Phnomenologie. Berlin, Husserliana, M. Nijhoff. 1972.
- KOYRÉ, Alexandre. "Do Mundo de Mais ou Menos ao Universo da Precisão". apostilado. Trad. José H. dos Santos B. Horizonte/UFMG. 1978.
- MARX, Karls. Manuscritos Econômicos. São Paulo. Zahar. 1978.
- _____. Contribuições Econômicas, a la Crítica de la Economía Política. Madrid, 1977.
- _____. O Capital. Rio Zahar. 1978.
- _____. Luta de Classes na França de 1848 a 1850. Obras Completas. Fartus, 1969.
- ME SLIER, Jean. Testamento. Paris. Reed. 1970.
- MONDZHIÁN, J. Etapas de la História. Madrid. Edit. Progreso. 1980.
- MONTESQUIEU, C. Louis. Espírito das Leis. Paris: Reed. Obras Escolhidas, 1955.
- Sociedade Bíblica. Novo Testamento. S. Paulo. 1979
- ROUSSEAU, Jean Jaques. Tratados. Paris. Reed. Cin. Brasileira, 1975.

Revista **unimar**
ÓRGÃO OFICIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

EDUCAÇÃO FÍSICA

FUTEBOL PARA O POVO

CELSO SOUZA

*Depto. de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá
C. Postal 331 - Maringá, PR - Brasil*

RESUMO

O principal objetivo deste trabalho é conscientizar as pessoas da importância do futebol e da imprensa esportiva e de sua influência no comportamento individual do cidadão.

ABSTRACT

The main goal of the present research is to make people aware of the importance of football and sports press and how they influence the individual's behaviour.

INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos este trabalho, nossa intenção foi a de deixar claro que, embora em poucas amostragens de dois periódicos de grande alcance social, suas publicações esportivas foram em grande parte destinadas a um esporte apenas. Grande espaço foi usado com o esporte mais popular no Brasil, atualmente o futebol. Futebol que com o passar dos anos foi se tornando tradição para o povo brasileiro. Futebol que ao mesmo tempo deixa uma multidão empolgada e outra enfurecida, que serve de calmante a uma grande massa e encobre erros e interesses de uma minoria. Coletamos amostragens e montamos os quadros um, dois e três, para darmos uma idéia melhor do futebol e de seu uso como influência. Para tanto, damos um pequeno histórico do futebol no Brasil, bem como, conotação especial que ele não é exclusivamente de brasileiros e muitas vezes encadeia reações negativas ou positivas, e por fim fizemos uma abordagem do tema em questão "Futebol para o Povo". Primeiramente um demonstrativo da amostragem das publicações esportivas dos dois periódicos separadamente, com a intenção de visualizar que a tendência para o futebol, representou em termos numéricos uma grande porcentagem. Os números são claros, representam dezoito periódicos com quatrocentos e

vinte e oito artigos dos mais variados esportes, sendo que destes, duzentos e trinta e nove deram conotação especial ao futebol, ou seja, 55/84%. Se analisarmos clara e friamente estes dados, sentimos que há interesses por trás do futebol. Nossa intenção não é a de criar polêmicas sobre o assunto, mas deixamos uma pergunta no ar para os que com isenção de interesses a queiram responder: "Afinal, para que serve o futebol ?

O FUTEBOL NO BRASIL

Por volta de 1894, regressa da Inglaterra CHARLES MILLER, trazendo de lá grande entusiasmo e duas bolas, do novo esporte que passaria a ser a coqueluche do povo brasileiro. Além das bolas, trouxe outros materiais esportivos e principalmente entusiasmo e senso de organização esportiva, com grande experiência como jogador pois defendia as cores da seleção de Hampshire.

No ano seguinte já realizava os primeiros jogos oficiais entre os associados do São Paulo Athletic Club, formado por ingleses e seus filhos, time que ganhou os primeiros títulos disputados em São Paulo (1902, 1903 e 1904).

Os primeiros clubes de futebol, formados por brasileiros começaram a aparecer por volta de

1898 e foram a Associação Atlética Mackenzie College, no ano seguinte o Sport Club Internacional, o Germânia e em 1900 o Club Atlético Paulistano. Estes clubes formaram a liga Paulista de futebol em 1901.

O primeiro campo surgiu de uma adaptação no velódromo do C. A. Paulistano em São Paulo, dando início a preferência dos jovens pelo futebol ao ciclismo praticado na época. Enquanto no Rio de Janeiro, Oscar Cox recém chegado da Europa, apresenta a seus amigos uma bola de futebol, dando início a prática do mesmo e organizando o primeiro jogo contra os ingleses do Rio Cricket And A. Association, de Niterói, terminando com um empate de 1 x 1.

No mesmo ano é organizado o primeiro jogo entre Paulistas e Cariocas, na cidade de São Paulo, terminando com um gol para cada equipe e no dia seguinte é disputada a segunda partida e o resultado é de 2 x 2.

No Rio Grande do Sul, em 1900, os empregados da Swift e Ingleses da cidade de Rio Grande fundam o Sport Clube Rio Grande, iniciando a prática do futebol e fazendo concorrência à prática da ginástica de solo e aparelhos, muito do gosto da juventude gaúcha.

No Rio de Janeiro, o futebol superava a preferência dos jovens ao remo praticado, até então, juntamente com o Cricket, fazendo com que os clubes destes esportes formassem times de futebol para disputar o campeonato da Liga Metropolitana de Futebol.

Em 1908, são realizadas as primeiras partidas amistosas internacionais, onde somos vencidos por argentinos e uruguaios, e no ano de 1910, o Fluminense do Rio de Janeiro consegue trazer para umas partidas contra equipe do Rio e São Paulo e suas respectivas seleções a famosa e poderosa equipe do Corinthians Team.

Era uma equipe formada por estudantes das Universidades de Oxford e Cambridge, e que nos jogos aqui disputados nos aplicam inúmeras goleadas, dando a possibilidade dos nossos jogadores aprenderem mais da partida de futebol. Três anos

após, regressam ao Brasil e vencem novamente mas, sem as goleadas, tendo passado até uma certa dificuldade para ganhar alguns jogos.

Neste mesmo ano, uma equipe de Santos, o Esporte Clube Americano, consegue derrotar em Buenos Aires a seleção da Argentina por 2 x 0, tornando-se o primeiro clube a vencer no exterior.

No ano de 1914, a equipe profissional inglesa Exeter City vem ao Brasil, para disputar três partidas, saindo vencedora nas duas primeiras contra uma seleção de jogadores ingleses, mas surpreendentemente dominada pela seleção brasileira por 2 x 0.

Esta foi a primeira seleção oficial brasileira formada por paulistas e cariocas, reconhecida pela Confederação Brasileira de Desportos, fundada dois anos depois, e ainda em 1914 a seleção consegue o primeiro triunfo em terras estrangeiras vencendo os argentinos em sua casa por um gol a zero e conquistando a Copa Roca.

Por volta de 1915, começam a ser disputados nos estados do Brasil, os primeiros campeonatos regionais, assim como, as fundações das ligas de futebol, que somente em 1923 iriam iniciar o Campeonato brasileiro de Seleções.

Em 1952, o C. A. Paulistano realiza a primeira excursão de um clube brasileiro à Europa, saindo vitorioso na sua campanha de nove partidas. Vence oito, sendo a Seleção Francesa por 7 x 2 e proclamados os reis do futebol pela imprensa Francesa. Em 1933, entre brigas e divisões entre equipes, é implantado o profissionalismo no futebol, firmando pela disputa do primeiro Rio - São Paulo, sagrando-se vencedor o Palestra Itália, atualmente S. E. Palmeiras.

Em 1930, o Brasil disputa a primeira Copa do Mundo no Uruguai, vence a Bolívia mas é eliminado pela Iugoslávia por 2 x 1, e o campeão é o Uruguai.

Em 1934, o Brasil disputa a segunda Copa do Mundo na Itália, sendo eliminado pela Espanha por 3 x 1, e a Itália a Campeã.

Em 1938, o Brasil consegue a sua primeira

boa colocação dentro de uma copa do mundo. Sai daqui preparado. Confederação Brasileira de Desportos reconhece o profissionalismo, facilitando o preparo da seleção que pode contar com sua forma máxima. Consegue passar pelas quartas de final e vai para a semi final disputar com a Itália a chance de ir para a final, mas é surpreendido por um penal duvidoso assinalado e somos vencidos, mas conseguimos o terceiro lugar e a Itália é novamente a campeã.

Em 1950, o Brasil se prepara para realizar a quarta Copa do Mundo, construindo o Estádio Municipal do Maracanã com 220 mil lugares, o maior do mundo. Consegue preparar uma seleção potente, com grandes possibilidades de se realizar o grande sonho de todos os brasileiros, o de ser campeão mundial de futebol, mas não consegue. Participou de todas as Copas do Mundo, sendo campeão em 1958 na Suécia, 1962 no Chile e 1970 no México.

EXCLUSIVIDADE OU NÃO DE BRASILEIROS

Longe de ser exclusivamente brasileiro, as crianças, adolescentes e pessoas com idade avançada, preferem como esporte o futebol.

A originalidade e a intensidade do prazer, associados ao futebol estão ligados à reação da bola. O futebol é um jogo físico de competição, portanto, dá-lhe a conotação especial de relação interpessoal e multiplica os elementos de agrado. O futebol é uma competição que podemos chamar promocional, mas muitas vezes, pela falta de equilíbrio de dirigentes, torna-se obsoleto e sem motivação. Fora isso, vários elementos concorrem e contribuem para tornar o futebol mais agradável e empolgante.

Como todos os esportes, ele possui um valor positivo, visto que o adversário é ao mesmo tempo um parceiro, em todo caso, não um inimigo, e dado que o jogo, conquanto sob a forma de uma competição, só se torna possível mantendo-se o moral do conjunto pela disciplina e o bom humor.

Há várias razões para que o futebol atraia tantos espectadores. A primeira é que cada parte

da atividade pode facilmente ser realizada, de maneira virtual, por qualquer pessoa. Podemos jogar com os jogadores e ocupar o campo com eles. Em uma partida, quando conhecemos as regras e o jogo, participamos de cada fase da partida, se bem que jamais totalmente. O espectador não arca com nenhuma responsabilidade nem se cansa, mas vive gostosamente o desenrolar da situação total do jogo.

Note-se entretanto, que nem todos chutam a bola que vem rolando em sua direção. Isso se compreende, pois nem todos são acessíveis à ação excitante da bola que se lhe apresenta. Assim, não é atingível a pessoa que anda pela rua, mas imersa em seu mundo particular. O homem muito preocupado, traz consigo seu absorvente mundo mental e a bola não consegue penetrar nele. Se ele, contudo, hesitante e embaraçado, der um pontapé, isso será para ele uma grande sensação, pois abandona seu mundo e arrisca, por um instante que seja, tornar-se outro. Uma criança pelo contrário, está pronta a todo momento para fazê-lo, porque ainda não escolheu uma linha, achando-se aberta a qualquer espécie de encontro.

A massa torcedora envolve algo fraterno. O esporte é um ponto de partida social. No futebol, muitas vezes o que é válido é o fanatismo. O futebol que jogamos aqui, hoje, é de tal modo brasileiro que é uma expressão de temperamento, de caráter, de cultura. Nós nos apossamos do futebol como talvez de nenhuma outra coisa importada. O fato é que criamos outra forma de jogar, e isso demonstra que já perdemos a vergonha de nossa cultura, estamos nos afirmando e criando as nossas próprias formas de cultura.

O espetáculo modifica o espectador. O homem pacífico se transforma num ser agressivo, duro e impiedoso. O encanto do esporte é fruto de amor e ódio. Os meios de comunicação servem para frisar, avivar a paixão do torcedor, como esse, constitui forte motivação para o desempenho de principiantes e uma preocupação constante de veteranos ao ouvirem os aplausos ou muitas vezes a gritaria, não sabendo se é favorável ou contra eles. O simples barulho os incentiva.

Sem ser exatamente um esporte violento, ele é vistoso, movimentado, requer força, agilidade, malícia e, acima de tudo, espírito de solidariedade no esforço conjunto. Nos últimos tempos conquistou grande popularidade, despertando interesse das novas gerações que o vêm adotando com entusiasmo.

O poder aglutinador do futebol, mobilizando multidões de assistentes cada vez maiores em todas as partes do mundo tem produzido resultados benéficos para a comunidade, que até há pouco não poderiam ser imaginados.

Disto dá exemplo visível o Brasil, onde ele provocou o surgimento de toda uma infra-estrutura, de transporte, tele-comunicações, em muitos casos por exigência popular.

Em todas as regiões, surgiram os grandes estádios, que forçaram a ampliação dos sistemas de comunicação, redes hoteleiras e melhoria dos acessos, abastecimento etc. Muitas cifras poderiam ser alinhadas para ressaltar a importância do futebol nas áreas da publicidade, da indústria de equipamentos etc. Mas fatos que não podemos esquecer são os aspectos sociais e políticos. A projeção popular do futebol no mundo e em particular no Brasil, criou para os que dirigem, uma grave responsabilidade. O grande objetivo social da nossa era é a paz. Os dirigentes esportivos e os de imprensa conhecem a forma que puderu dispor através do importante instrumento que manejam e das suas responsabilidades de ser colocado a serviço da construção da paz ou não.

AMOSTRAGEM DE PERIÓDICOS E SUAS PUBLICAÇÕES

Ao fazermos o levantamento dos periódicos por dia, dos assuntos publicados por modalidades, chegamos a alguns dados que passaremos a redigir. Primeiramente coletamos oito amostras do Jornal Folha de São Paulo e dez do Jornal Folha de Londrina, amostras estas das páginas esportivas. Passamos a levantar em suas publicações esportivas, dia a dia, os esportes mais comentados com os respectivos títulos de reportagem. Montamos os

quadros um, dois e três, e ao analisarmos, sentimos que a tendência maior de publicações, ficou por conta do futebol, após, turfe, futebol de salão, automobilismo. Mas, e por que o futebol? Alguma coisa de especial ou particular para que se desse tanta ênfase ao futebol? Por exemplo, no Folhetim da Folha de São Paulo de doze de fevereiro de 1981, N.º 213, o próprio título chamou-nos a atenção "O País do Futebol". Sim, o País do Futebol. E por que não? Quando nossos pais de famílias muitas vezes desempregados ou ganhando mísero salário mínimo, outros passando fome, se desintegrando, vemos atletas que pedem e recebem verdadeiras fortunas por contrato de um ou dois anos. Em outras situações, pessoas devidamente constituídas de poderes, de áreas que nada têm com o futebol, se preocupando por televisionamento de jogos e em especial da seleção nacional. É lamentável que onde condições sociais requeiram urgentes providências para o bem estar de cada cidadão e família brasileira, tenhamos que engolir o futebol dia a dia. Não que sejamos contra, muito pelo contrário, somos adeptos do futebol, mas temos que ouvir futebol ao levantarmos, ao trabalharmos, ao almoçarmos, jantarmos, e ao dormirmos. É por que tanto futebol? Interesses?

O brasileiro é de natureza, pacífico, e com um pouquinho de diversão que o futebol lhe apresenta, mais aleatório fica, não se incomodando com o dia de amanhã. É claro que há os que se preocupam, mas na realidade interesses sobrepujam ideais. E a maioria, na linguagem popular, o povão, que engrossa vertiginosamente as polpudas rendas nos estádios, sem saber o que está acontecendo, são deliberadamente envolvidos e manipulados a bem do futebol e de uma minoria. Ao mesmo tempo em que o torcedor é envolvido e manipulado, em o Folhetim N.º 213, da Folha de São Paulo, observamos a declaração de um presidente de clube "O futebol tradicional não vai morrer. Na crise em que estamos vivendo, o povo precisa de pão e circo. O futebol é um problema social tão grande que o governo vai ter que intervir". Mas indiretamente será que não interviu? Mas será que

o torcedor, o povão, sempre será o último a saber das decisões do clube e às vezes são até enganados, pois só tomam conhecimento dessas decisões depois que elas foram tomadas?

Mas se há interesses ou não, os fatos estão aí. Veja por exemplo, no quadro demonstrativo N.º 1, no dia vinte e sete de maio houve na edição esportiva da Folha de São Paulo, 22 publicações relacionadas com esportes diversos. Dessas vinte e duas publicações, dez, ou seja 41% do total foram sobre futebol. No dia 28.03.81, das 32 publicações, 14, ou seja 43,75% foram também sobre futebol. No dia 07.04.81 de 26 publicações, 14, foram sobre futebol, caracterizando-se 53,84%. Entre as amostras da Folha de São Paulo, em todos os dias coletados, foram observados duzentos e dezoito artigos esportivos durante os quais noventa e nove o foram sobre futebol, totalizando 45,41%. O mesmo fizemos com amostragens da Folha de Londrina, ver quadro 2. Apenas para alertar e visualizar, no dia 24.03.81, dentre 15 publicações esportivas, 10, ou seja, 66,66% foram sobre futebol; no dia 25.03.81, dentre 26 publicações, 19 foram também sobre futebol; no dia 28.03.81, dentre 23 reportagens 14 o foram sobre futebol; no dia 07.04.81, dentre 18 publicações, 18 foram sobre futebol.

Na amostragem da Folha de Londrina, foram duzentos e dez reportagens esportivas, sendo que 140 versaram sobre futebol ou seja 66,66%.

Ao juntarmos os dois periódicos, totalizaram 428 artigos esportivos, sendo que 239 versaram sobre futebol ou seja 55,84%.

Não queremos aqui insinuar nem colocar em dúvida a honestidade dos periódicos. O Fazemos cientes de que há a melhor das boas vontades em suas publicações, como também poderíamos optar por outros. Mas são apenas dados, dados esses de apenas oito ou dez exemplares de periódicos.

Calculemos essas publicações em um mês, 365 dias, 5, 10 anos. Os dados estão aí. Claros e a realçar qualquer quadro estatístico. Perguntamos: Será que está havendo injeção de futebol no povo? Será que há uma preocupação em apenas nos alimentarmos de futebol? E os outros

esportes, como ficam? Será que o melhor a oferecer a esse povo são os meios para a discussão de um determinado assunto ou, dar melhores condições de vida, mais área de lazer, mais condições sociais, mais credibilidade, maior distribuição de renda, maior integração familiar? Não sabemos, mas, claro fica aos interessados, e a nós, que não podemos deixar que se use um esporte, como o futebol para que interesses sobrepujem virtudes que deixam marcas profundas em uma população. E afinal perguntamos:

— Para que serve o futebol?

QUADRO I

Amostragem dos periódicos da FOLHA DE SÃO PAULO, referentes às modalidades esportivas publicadas no período de 27.03.81 à 07.04.81.

MODALIDADES	D I A S								Total de artigos
	27.03.81	28.03.81	29.03.81	31.03.81	01.04.81	02.04.81	04.04.81	07.04.81	
Atletismo	1	1	1				1		4
Automobilismo	6	3	6	1	1	2	1		20
Basquete	1	1		2		1	1	1	7
Beisebol				1	1	1			3
Boxe				1		1			2
Ciclismo	1	1	1	1		1	1		6
Diversos		1		1		2			4
Esgrima		1							1
Futebol	10	14	11	11	12	13	14	14	99
Judô				1					1
Motociclismo						1			1
Natação						1			1
Pólo a Cavalo	1								1
Pólo Aquático		1							1
Remo				1					1
Rugby		1					1		2
Saltos Ornamentais		1							1
Tênis de Campo	1	2	1	3	1	4	1	1	14
Tênis de Mesa								1	1
Turfe	1	4	6	6	5	4	5	4	35
Volei		1		3	3	2	3	1	13
T O T A L									218

QUADRO II

Amostragem dos periódicos da FOLHA DE LONDRINA, referentes às modalidades esportivas publicadas no período de 24.03.81 à 07.04.81.

MODALIDADE	D I A S										Total de artigos
	24.03.81	25.03.81	26.03.81	28.03.81	29.03.81	31.03.81	01.04.81	03.04.81	05.04.81	07.04.81	
Automobilismo	1	1	1	1	2	1			1		8
Basquete	1			1			1	3			6
Beisebol			1	1							2
Esgrima	1										1
Futebol	10	19		14	12	15	21	18	13	18	140
Futsal	1	2	15	1	1		1	1	2		24
Futebol Suíço			1	1	1		1	1	2		7
Ginástica								2			2
Hipismo	1										1
Judô								1			1
Kartismo			1								1
Motociclismo		1									1
Natação			1	2			1	1			5
Tênis de Campo		1		1			2		1		5
Tênis de Mesa			1								1
Vela e Motor		1									1
Volibol		1	1	1			1				4
T O T A L											210

CONCLUSÃO

Concluindo este trabalho, gostaríamos de deixar claro a intenção que o norteou. Nossa principal preocupação foi a de fazer com que as pessoas pudessem tomar ciência de quanto o futebol e a imprensa são importantes, influenciando decisivamente no comportamento de cada cidadão. Escolhemos dois periódicos de centros diferentes com a intenção de sabermos quais as modalidades esportivas mais publicadas. Chegamos aos quadros I, II e III, e sentimos que o futebol ainda continua a ser o mais publicado. Preocupamo-nos em dar uma visão de como surgiu o futebol no Brasil, bem como os benefícios produzidos, a atração do povo por ele. Os dados dos quadros são claros e sentimos que à medida que se injeta futebol no povo, mais aleatório este povo fica.

QUADRO III

Total dos artigos esportivos publicados nos periódicos "Folha de São Paulo e Folha de Londrina" durante o período de 24.03.81 à 07.04.81.

Atletismo	4
Automobilismo	28
Basquete	13
Beisebol	5
Boxe	2
Ciclismo	6
Esgrima	2
Futebol	239
Futsal	24
Futebol Suíço	7
Ginástica	2
Hipismo	1
Judô	2
Kartismo	1
Motociclismo	2
Natação	6
Pólo a Cavalo	1
Pólo Aquático	1
Remo	1
Rugby	2
Saltos Ornamentais	1
Tênis de Campo	19
Tênis de Mesa	2
Turfe	35
Vela e Motor	1
Volei	17
Diversos	04
T O T A L	428

Sua atenção é canalizada para esse esporte, esporte que ajuda encobrir uma série de erros e absurdos do cotidiano.

Nem sempre o interesse da maioria é defendido. Prevalece os mandos e desmandos de uma minoria, quando temos necessidade de não apenas injetar futebol no povo passivamente, mas sim, dar-lhes condições de praticar essa atividade física, recrear-se mais, sadiamente, convictos de que o futebol é realmente para o povo, e não o povo é para o futebol.

BIBLIOGRAFIA

- BARRIO, Jesus. Manual de futebol: técnica y táctica. 2. ed. Barcelona, Hispano Europa, 1977
- BORSARI, José Roberto & Mesquita, Clodoaldo Paulo. Futebol de Campo. Futebol de Salão. São Paulo, EPY; Brasília INL, 1975, (manual de Educação Física), v. 3.
- BUYTENDIJK, F. JJ. Psicologia do Futebol. São Paulo, Herder, 1975.
- CARVALHO, Ronald Simões de. Um desporto com mais de dois milênios. ARTUS. Revista de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1 (4) 1978. Suplemento.
- CERVO, Amado Luiz & Bervian, Pedro Alcino. Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários. 2. ed. São Paulo, Macgrau-Hill no Brasil, 1978.
- CUNHA, Maria Clara Melo da. Maracanã muito mais que gols e paixões um trabalho sério formando futuros atletas. ARTUS. Revista de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1(4): 12-13, 1978. número especial.
- EDITORIAL. ARTUS. Revista de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1 (4): 4-5, 1978. Número especial.
- A GRANDE farsa dos jogos. Esporte e Educação. São Paulo, Ed. Esporte e Educação, 4 (24): 12, out. 1972.
- MARTINS, Luis. O imperativo da lei foi insuficiente: a educação física não atingiu o ensino superior. Esporte e Educação. São Paulo, 6 (35), jul./ago. 1974. il.
- MILHÕES no esporte no Brasil. Rio de Janeiro, Departamento de Educação Física e Desportos. Brasília, MEC, 1974.
- NOEL - BAKER, Philip. Manifesto sobre o desporto. Revista Brasileira de Educação Física. Brasília, MEC, 5 (14): 6-21, mar. abr. 1973. il.
- PINTO, Affonso. Menos Estádios. In: Corrêa, I.A. Esportes Diversos. São Paulo, Cia. Brasil, Ed.
- QUALIDADES essenciais para a prática da profissão de técnico desportivo em futebol de campo. /s.i./ Apostila.
- RIGO, Leonildo. Preparação física da seleção. Esporte e Educação. São Paulo, Ed. Esporte e Educação, 6 (35): 24,27, jul./ago. 1974. il.
- SANTOS, Ernesto dos. Cademo técnico-didático futebol. Brasília, MEC, 1979.
- UNESCO. COMITÊ INTERNACIONAL PARA O FAIR PLAY. Manifesto sobre o fair play.
- ARTUS. Revista de Educação Física e Desportos. Rio de Janeiro, Universidade Gama Filho, 1 (4): 52-57, 1978. Número especial.

A IMPORTÂNCIA E A NECESSIDADE DA INTRODUÇÃO DO FUTEBOL NA ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS

JAIR HENRIQUE ALVES

Depto. de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá
Caixa Postal 331 - Maringá, PR - Brasil

RESUMO

Esse trabalho tem por objetivo conscientizar os professores brasileiros quanto à importância e necessidade do futebol como disciplina teórico-prática na área de ensino e desporto nas escolas de 1º e 2º graus.

ABSTRACT

The goal of the present work is to make Brazilian teachers aware of the importance and necessity to introduce "football" both as a theoretical and practical subject of the sports teaching area in Brazilian High School system.

INTRODUÇÃO

A atenção dada ao futebol hoje nos meios de comunicação é muito grande, ocupando amplos espaços nos noticiários e informes desportivos.

A nossa preocupação com essa importância social é saber se ela reflete um conhecimento mais profundo do que seja esse desporto.

Esse fato nos tem interessado há longo tempo, e aproveitamos este trabalho para levantar diversos tópicos tais como: Quem de nós, foi orientado em termos de conhecimento de futebol? Quais os professores que nos ensinaram a praticar esse desporto? Qual o local mais indicado para aprendermos essa atividade desportiva? Se refletirmos um pouco vamos notar que aprendemos a praticar o futebol nas famosas "peladas" de rua, sem orientação, sem conhecimento, e rudimentarmente.

Por isso, para nós é grande a importância e a necessidade do futebol ser introduzido na escola de 1º e 2º graus, pois, é a única fórmula que temos para que esse desporto seja encarado como uma forma de recreação e lazer, como uma competição desportiva e como uma atividade profissional.

O futebol em seus diferentes ramos de atividades faz com que haja sempre um congratamento muito grande de seus participantes ativos e passivos, sendo que isso é uma forma de fazer com que as crianças desenvolvam suas potencialidades, habilidades, hábitos e conhecimentos na sua prática. Se conseguirmos que ela na escola tenha ainda, além da orientação prática a orientação teórica, faremos com que, no futuro tenhamos cidadãos com conhecimento de futebol nas participações desportivas.

A finalidade deste trabalho é tentar melhorar a participação das crianças no desporto chamado futebol, e conseguir melhor conscientização do povo para esse assunto, pois amanhã a criança será um participante ativo ou passivo desse desporto. Sendo assim, deverá ter uma idéia, um conhecimento ainda não muito profundo, mas pelo menos para que possa participar honestamente de uma atividade desportiva.

Pensando nisso é que queremos que a criança tenha na escola, a opção de realizar a prática de educação física naquela modalidade desportiva que ela já pratica empiricamente, ou de que mais gosta. Deixamos aqui esse trabalho para que seja lido e criticado pelos colegas de profissão.

ORIGEM DO FUTEBOL COMO DESPORTO

Como jogo de bola, é comprovada sua existência desde antes de Cristo, variando a forma e os objetivos com que eram praticados.

O professor BARKANS da Universidade de Munich, afirma que foi praticado com uma bola de granito, conforme pesquisas e documentos desde a pré-história.

No oriente, os chineses, há 20 séculos atrás praticavam jogos de bola com os pés, comprovados em quadros e obras literárias da época. No ocidente os gregos incluíam na educação atlética dos jovens, um jogo de bola chamado "EPY-SKIRO", disputa com os pés uma bexiga de ar, por um grupo de quinze jogadores, divididos em duas equipes.

Os romanos influenciados pelos gregos, assimilam seus jogos e criam o "HARPASTUM", empregado na recreação dos soldados, caracterizando-se pela violência e combatividade, por isso ao agrado deles. Em Roma, ainda, no ano 60 antes de Cristo, era praticado um jogo de bola com as mãos chamado "FOLLIS".

Na França por assimilação do HARSPATUM criou-se o "SOULE ou CHOULE", praticado pela nobreza, uma verdadeira guerra na tentativa de passar a bola entre dois bastões fincados no chão.

Por volta do ano de 827 de nossa era, na Grã-Bretanha, praticava-se um jogo de bola, utilizando uma bexiga animal cheia de ar, numa verdadeira batalha campal, pois podia dar socos, pontapés, pauladas, rasteiras, etc. . . chamando-se este jogo de "HURLING OVER COUNTRY" e era jogado entre os povoados. Devido à rivalidade, acidentes acontecidos, mortes e a difícil forma de organização, os monarcas da época, especialmente Haroldo (Normandia, 1060) e Henrique VII (Inglaterra, 1510) proibiram esse tipo de jogo.

Em 1500, em Florença, iniciou-se um tipo de jogo, com dois grupos de vinte e sete jogadores, com regras definidas, chamado de "CALCIO", nome esse que até hoje os italianos identificam o futebol.

Ainda na Inglaterra, em 1823, reiniciada a prática de jogos com regras, num campo de 100x30, tendo dois postes por onde deveria passar a bola, agora já revestida de couro, denominando-se esse jogo de "HURLING OVER GOALS".

Em 1845, as regras são melhoradas, aparece o drible, o jogo começa a ganhar mais atrativos e menos violência, novos adeptos, jovens na sua minoria, e passa a ser denominada "DRIBLING GAME". Com nova denominação, com mais beleza nos espetáculos, com menos violência, passa a ser praticado nos colégios e clubes.

Com essa evolução formam-se duas correntes, do football, que utiliza os pés no manejo de bola e outra que utiliza as mãos chamado Rugby, e os dois são praticados nos melhores colégios da época.

Na sua origem, com as características atuais, o jogo de futebol só tinha preocupação ofensiva, pois os sistemas de jogo eram da seguinte forma: em 1863 jogava-se futebol com a formação 1 - 1 - 9; em 1865, já se começou a preocupar mais um pouco com a defesa pois o sistema era 1 - 1 - 2 - 7; em 1870 a preocupação com a defesa era maior pois o sistema empregado era o 1 - 2 - 2 - 6 e finalizando em 1883 foi criado um sistema que deu origem aos demais, equilibrando a defesa com o ataque, ficando assim: 1 - 2 - 3 - 5, também chamado de "sistema clássico". Já nessa época, jogava-se num campo oficializado pois já havia algumas regras, que foram previstas no dia 26 de outubro de 1863, na Taberna de Freemason em Londres, quando foi criado o THE FOOTBALL ASSOCIATION.

No Brasil, por volta de 1894, regressa da Inglaterra Charles Miller trazendo duas bolas, grande entusiasmo e demais materiais indispensáveis para a prática desse jogo, iniciando em São Paulo as disputas futebolísticas. No Rio de Janeiro, recém chegado da Europa, OSCAR COX, inicia o futebol para os cariocas e no Rio Grande do Sul, em 1900 os empregados da SWIFT e ingleses da cidade de Rio Grande fundam o Sport Club Rio Grande, iniciando assim a prática do futebol em diversos estados do país.

O DESENVOLVIMENTO DO FUTEBOL ATRAVÉS DA TÉCNICA, TÁTICA E FÍSICA

O que é técnica? A técnica é a execução dos elementos fundamentais do jogo, isto é, de todas as habilidades necessárias para se tornar um jogador de futebol. A técnica consiste, em suma, no trabalho individual do jogador dentro da equipe. É comum dizer que técnica não se ensina. Há uma certa razão nessa afirmativa, isto porque efetivamente, o seu aprendizado depende da habilidade natural, de uma vocação que cada indivíduo é ou não portador.

Todavia, se a técnica não pode ser ensinada aos que não dispõem dessa natural tendência, não quer dizer que não possa ser ensinada aos que possuem vocação. O jogador brasileiro, parece absurdo dizer, é tecnicamente deficiente. Dono de uma fabulosa habilidade inata, apresenta, entretanto, falhas que não se compreendem num jogador tão naturalmente dotado.

É que ele se forma absolutamente entregue à própria intuição, à sua própria e extraordinária facilidade de aprender. É nos terrenos baldios, nas praias, nos campos de peladas que ele desenvolve sua habilidade sem orientação técnica, em seu aprendizado, sem a imprescindível assistência que, em qualquer fase da aquisição de conhecimentos, ensina a pedagogia, é preciso receber dos mestres ou instrutores competentes.

E como não houve escola, como não houve trabalho de orientação, e, sobretudo, o trabalho de correção, resulta que quando nos clubes, os jogadores já apresentam defeitos graves, alguns dos quais não mais se pode corrigir.

Depois dessa explanação sobre técnica, gostaríamos de apresentar sucintamente, algumas das quais poderão ser aprendidas ou aperfeiçoadas.

Domínio de bola - Travar a bola (pisando em cima da mesma);

- com o lado interno do pé;
- com o lado externo do pé;
- com o peito do pé;
- com a coxa;

- com o peito;
- com a cabeça;
- com o abdômen; (em bolas que batem no chão antes de chegar ao corpo);

Aqui ficam citadas algumas técnicas mais conhecidas de domínio de bola. Alguns jogadores não as executam assim, mas como parte desse trabalho ficam as mais usuais.

Em seguida vêm os tipos de chutes, que podem ser da seguinte forma:

- com o peito do pé;
- com o lado interno do pé;
- com o lado externo anterior do pé;
- com o lado interno posterior do pé;
- com a ponta do pé; (bico)
- com o calcanhar;
- com o joelho.

Conforme os tipos de chutes, ainda com o peito do pé, podemos chutar de voleio, bate pronto, meia bicicleta, bicicleta, puxada. E poderíamos citar como chute, a cabeçada violenta, pois existem muitos cabeceadores, com potência e precisão. Sabemos da pouca diferença que existe entre o passe e o chute, mas gostaríamos de deixar registrado que o chute deve ser forte e o passe deve ser preciso, havendo jogadores que o executam com perfeição, tanto o passe como o chute. Os tipos de passes são os seguintes: passes longos, curtos e altos. Os passes longos são geralmente feitos com o peito do pé, também podem ser feitos com a parte interna do pé. Os passes curtos são feitos mais com a parte interna do pé pois existe mais precisão, mas nada impede que se passe de peito e parte externa do pé. E os passes altos, os quais podem ser feitos com a parte interna, externa e peito do pé.

Dos passes passamos para o cabeceio que é aplicado basicamente em bolas altas com mais frequência, meia altura, não muitas vezes e baixas, dificilmente usadas. Podemos cabecear com a testa, de frente, do lado direito e esquerdo, fazendo um giro de cabeça e cabeceio para trás, batendo na bola com a parte alta da cabeça.

Outra técnica ou fundamento que podemos

aprender é a condução da bola ou drible, que é a técnica de iludir o adversário com a finalidade de ultrapassá-lo, sem perder a bola. A condução da bola pode ser feita com a parte interna, externa ou peito do pé, usando-se o pé direito, esquerdo ou os dois pés em movimentos contínuos.

Na sequência da técnica do drible vem a junção com o trabalho de finta, que é a forma de enganar o adversário sem tocar na bola ou também enganar o adversário mesmo estando com a bola, fazer o movimento de finta com os olhos, com os pés, com o corpo. O movimento do jogador que está sem bola é tão importante como aquele que a tem. Por mais incrível que possa parecer, jogar sem bola é uma arte.

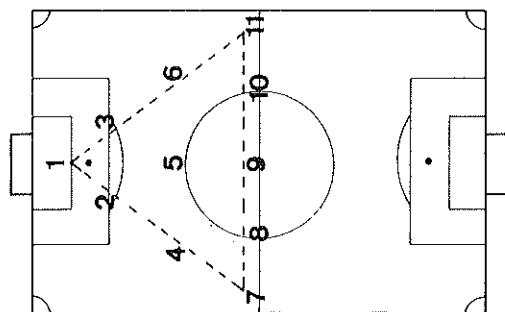
Outro fundamento importante é o amortecimento que é a habilidade de receber e dominar a bola. Tipos de amortecimentos: parte interna do pé.

- parte externa do pé;
- peito do pé;
- coxa;
- peito;
- ombro;
- cabeça;
- calcanhar e tornozelo. (parte de fora do pé).

Dentre todos os amortecimentos, existe o do peito do pé que é um verdadeiro bailado, pois é, o mais bonito, requer que seja preciso, rápido e haja noção exata do tempo.

Essas são as técnicas mais usadas em jogo de futebol. Quando se tem atletas em condições de realizar os fundamentos com perfeição, a adoção dos sistemas táticos de futebol são muito mais assimilados. Nos sistemas táticos existe a necessidade de grande conhecimento do responsável técnico da equipe. Houve no surgimento do futebol o primeiro sistema empregado como a forma mais viável de se jogar - o sistema clássico ou 1 - 2 - 3 - 5. Para se chegar a esse sistema levamos vinte anos da forma mais rudimentar. Criado pelos ingleses, por causa da lei do impedimento que antigamente era quando o atacante

tivesse entre ele e a linha de fundo três defensores que ele estaria legalmente em jogo.

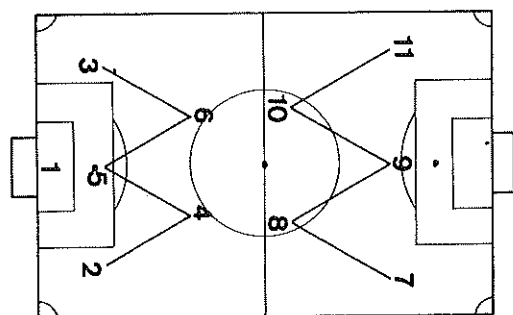


SISTEMA CLÁSSICO
OU
PIRAMIDAL

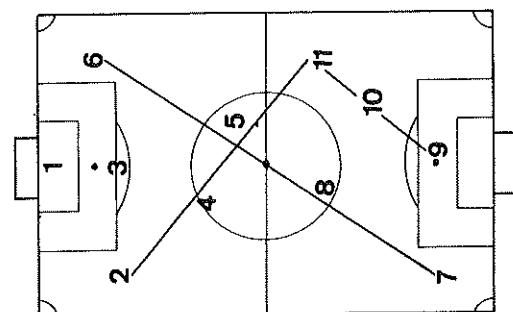
Quando da modificação da lei do impedimento em 1925, o atacante passou a ter somente dois adversários entre ele e a linha de fundo, o sistema clássico ou piramidal caiu por terra, sendo substituído pelo WM de Herbert Chapman, que conseguiu implantá-lo depois de muitas tentativas a partir de 1932, graças aos extraordinários feitos do Arsenal F.C. de Londres, firmando em definitivo a nova tática de jogo, com um velho dogma: "um novo sistema defensivo é sempre uma resposta a um novo sistema ofensivo". As características do WM, o qual era adotado na Grã-Bretanha e no Continente Europeu, quer seja usado esse nome ou qualquer dos dois em voga nos países britânicos era o seguinte: — três zagueiros;

- dois inédios;
- marcação de homem a homem, dentro da zona;
- ataque fundamentalmente em W.

No Brasil houve um sistema chamado "diagonal" que foi uma variação do WM criado por Chapman, que os técnicos Flávio Costa e Ondino Vieira introduziram no Brasil com suas variações.



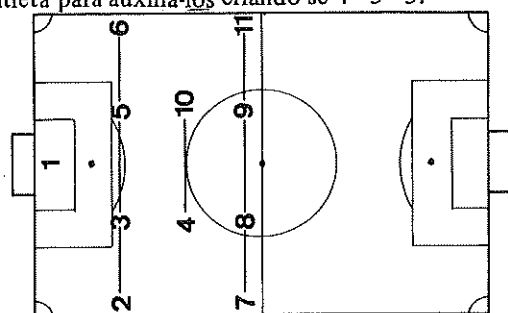
SISTEMA W M



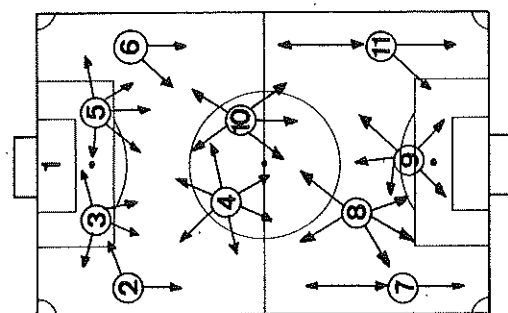
SISTEMA DIAGONAL

No processo do futebol, havia uma necessidade muito grande de evolução e foi assim que surgiu o 4 - 2 - 4, originando-se do WM. O 4 - 2 - 4, surgiu precisamente como solução para os espaços vazios na zona de perigo. É difícil dizer exatamente quem o criou. Muitos dizem que foi Martin Francisco Ribeiro de Andrade, como técnico do América de Belo Horizonte. A primeira medida foi o recuo de um homem da frente da zaga, afastando um pouco o zagueiro central para o lado direito e criando-se a posição de 4º zagueiro. No meio do campo havia três homens, empurrou-se um homem para frente como meia, passando a desempenhar a parte mais ofensiva. Eis aí configurado o 4 - 2 - 4, com uma linha de quatro zagueiros, dois homens de meio de campo e quatro atacantes. Um sistema em que o Santos F.C. foi bi campeão inter clubes.

Ainda na evolução do futebol, havia uma carga muito grande para os dois jogadores do meio do campo sendo então necessária a ajuda de outro atleta para auxiliá-los criando-se 4 - 3 - 3.



SISTEMA 4-2-4 ESTÁTICO

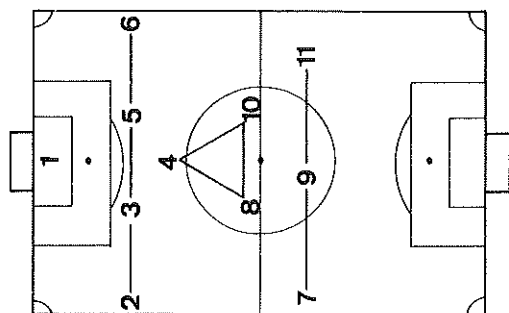


SISTEMA 4-2-4 DINÂMICO

O sistema 4 - 3 - 3 proporciona maior mobilidade e resistência, além de se adaptar à criatividade do jogador brasileiro. Sua estrutura mantém a linha de quatro zagueiros, a qual tem mais facilidade para agüentar os ataques adversários, porque recebe maior ajuda do meio de campo (reforçado pelo recuo de um atacante). Os três atacantes devem ser habilidosos e fortes para poder romper a defesa oponente, tirando partido dos espaços vazios.

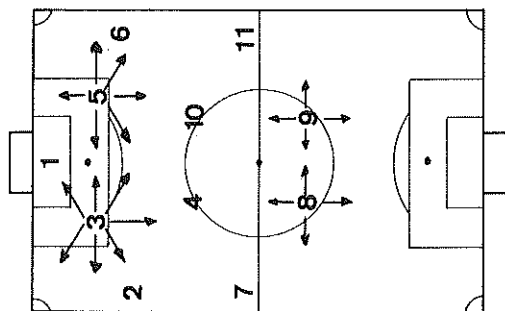
Destaca-se neste movimento de conjunto seja na defesa, seja no meio do campo, a preocupação de uma perfeita mobilidade e bom desempenho e entendimento de como e quando permutar em

determinadas zonas, através de deslocamentos e do preenchimento de espaços.



SISTEMA 4-3-3

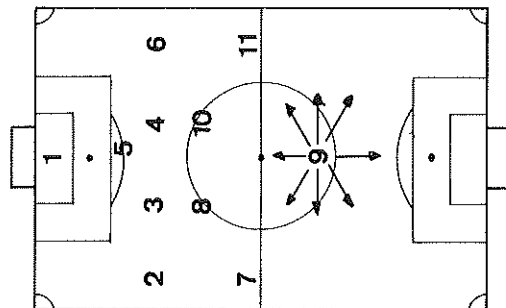
Após o sistema 4 - 3 - 3, veio um chamado de 4 - 4 - 2 que é o sistema de retranca, com característica altamente defensiva, com bloqueio e ocupação do meio de campo, limitando-se a contar com apenas dois elementos destacados como atacantes. Esta distribuição prevê uma boa ocupação do campo defensivo, não deixando muito espaço para o adversário jogar, mas necessita que a equipe tenha jogadores com condições físicas, técnicas e táticas ofensivas conscientizada, para quando de posse da bola pode ir para o ataque em condições de conseguir o gol. É uma forma de não ficar limitado somente na defesa, mas às vezes jogando de igual para igual.



SISTEMA 4-4-2

Este sistema é uma variação do sistema ferrolho que se aplica de vez em quando. Já muito antigo com características totalmente defensivas, o sistema ferrolho é usado e se firmou nas equipes de pouca categoria, mas com elementos adequados no ataque, cuja função específica é a de se utilizar dos contra ataques para surpreender o adversário. Seu criador foi o austríaco Karl Rappan que batizou o sistema com o nome de "Riegel", que quer dizer ferrolho.

Esse sistema caracteriza-se pela utilização de um zagueiro fixo à frente da área (líbero), com função de proteger a linha de quatro zagueiros sem ter que marcar o meio de campo com quatro elementos e um jogador destacado na frente, como atacante. No movimento ofensivo se desgarram dois elementos do meio do campo para ajudá-lo. Apresenta como deficiência o excesso de jogadores na defesa e a possibilidade do centroavante adversário encostar no líbero prejudicando sensivelmente o trabalho da defesa.



SISTEMA FERROLHO

Esses são os sistemas mais usados em futebol, os quais são empregados graças às características dos jogadores e sobre isso vem mais a preparação física do atleta.

A perfeição do gesto desportivo do futebolista, ou defensor ou até goleiro, está na dependência de sua condição física. Hoje, depois de Claudio Coutinho, Admildo Chirol, Carlos Alberto Parreiras, Raul Carlesso e Aguirre e outros que

preparam a seleção nacional para a Copa do México, a preparação física conquistou alguns degraus dentro da escala de valores que compõem o intrincado propósito de colocar uma equipe em campo.

A preparação física ainda não ocupa o seu verdadeiro lugar, porque muitos são os atletas que são submetidos ao sacrifício de entrarem em campo sem condições, a título de melhor experiência, conhecimento tático etc. . . que do seu eventual substituto. Quem poderia render mais para uma equipe? Aquele que é considerado craque, ou o outro que técnica e taticamente é inferior, mas que está bem preparado fisicamente? Aí poderão ser citadas diversas opiniões que não entraremos na análise das mesmas. Nós afirmamos que é o segundo, com base no seguinte argumento: O segundo não "conhece" futebol como o primeiro, mas tem condições físicas superiores pois sua moral estará elevada; suas condições psicológicas superiores, seu tempo de reação mais rápido e sem medo do "corpo a corpo", impõe-se no campo de luta e é respeitado pelo seu adversário.

Existem diversos métodos de treinamento para se dar bom preparo físico ao atleta, mas devemos nos embasar com muita profundidade em sistemas desportivos para saber a sua aplicação, sua dosagem, sua intensidade, sua aplicabilidade prática, etc. A profundidade deve ser também teórico-prática para melhorar nosso conhecimento sobre esse assunto de grande valia para o nosso desporto em geral.

Os mais usados dentro do futebol são os seguintes: Teste de Cooper (adaptação para atletas profissionais) Fartlek, Cross Promenade, Circuit Training, Interval Training, Power Training, Cerutti, Marathon Training, Altitude Training, etc. . .

A COLOCAÇÃO DO FUTEBOL NA

ESCOLA DE 1º E 2º GRAUS

Neste início da colocação do futebol nas escolas gostaríamos de deixar nestas páginas o depoimento do professor Sebastião Araújo (1976, p. 17 - 8).

"Depois de julho de 1970, quando o Brasil ganhou em definitivo a Taça Jules Rimet, os alemães maravilhados com os jogadores brasileiros, e já visando a preparação da próxima copa em 1974, que seria em seu país, começaram a observar os clubes que tivessem jogadores campeões do mundo: Santos, Fluminense, Botafogo, Corinthians, Cruzeiro, Grêmio. E ao longo dos trabalhos, destacaram o do Fluminense, que dera oito jogadores para a seleção amadora e tinha campeões do mundo.

Apresentou-se em nosso clube, no dia 8 de outubro de 1970, o Senhor Hans Steiner, jornalista alemão, com ofício da C.B.D. assinado pelo presidente João Havelange, que nos solicitava todas as facilidades necessárias ao perfeito desempenho da missão.

Steiner nos declarou então, que seu objetivo principal era mostrar ao público europeu como nasce, cresce e se desenvolve um futebolista no Brasil, qual a finalidade de treinamento imposta às várias categorias e divisões dos clubes. Disse ainda que queria mostrar ao mundo que o Brasil realiza em seus clubes um trabalho esquematizado, moderno e objetivo. Aceitamos a responsabilidade de desenvolver por escrito, um plano de treinamento técnico, para ser realizado um filme, basicamente para fins educacionais a ser projetado nas escolas européias".

Após a citação desse exemplo, para nós brasileiros, sabemos que muitos professores de Educação Física são contra a introdução do futebol na escola por atrapalhar as outras modalidades desportivas tais como: vôleibol, basquetebol, atletismo, etc. . . mas o que os professores não dizem é que poucas crianças ou até adultos, não conhecem nada de futebol a não ser o "gol". Por que acontece isto? Simplesmente, porque nós não tivemos nenhuma orientação desta modalidade desportiva a não ser nas famosas "peladas".

A necessidade da introdução do futebol na escola de 1º e 2º graus é para podermos no futuro ter pessoas com conhecimento de regras de futebol, fundamentos de futebol, conhecimento tático de futebol, conhecimento superficial da preparação

técnica-física de futebol, pessoas capazes para dirigir o nosso desporto que está definhando por falta de homens conhecedores do assunto.

Nós sabemos que os grandes clubes do Brasil adotam as medidas de criação de "escolinhas", mas com a grande finalidade de conseguir futuros craques, pois existem inúmeras variáveis que afastam a criança do futebol, tais como: peneirada, olheiros, proteção, politicagem, etc. . . ficando às vezes, a criança indo ao clube treinar durante um mês e não conseguindo jogar nem vinte minutos, durante este tempo.

As nossas crianças gostam de futebol e é muito mais fácil ensinar aquilo que o aluno gosta do que aquilo que ele não gosta. Sabemos que a educação física é obrigatória em todos os ramos de escolarização, muitos alunos não gostam de educação física justamente porque aquilo que não sabem, nunca fizeram e o fazem por obrigação, ao passo que, quando se tem possibilidade de fazer aquilo que se gosta a participação é ativa, sua frequência é assídua, o interesse é diferente, ele passa a encarar a sua educação física com prazer e demonstrando uma alegria contagiante por realizar aquilo que quer.

Enquanto outros países do mundo colocam futebol no seu currículo normal de escolas de 1º e 2º graus, tais como Alemanha, Japão, etc. . . nós, no Brasil, ainda não temos ensinamentos de futebol a não ser "peladas", havendo uma aprendizagem empírica na escola da vida. Sabemos que todo trabalho bem elaborado, desenvolvido e amparado na sua base estrutural, dará no futuro um respaldo muito bom para quem compete, e automaticamente haverá uma melhor participação desses componentes.

O futebol brasileiro é considerado um dos melhores do mundo, mas não se prepara para o futuro pois, os nossos locais de experimentação, os "campos de peladas", já estão sumindo como também estão sumindo os grandes craques da atualidade.

Devemos começar a defender a necessidade de se implantar o futebol nos currículos escolares,

para no futuro permanecermos entre os melhores do mundo, e nossas crianças pratiquem o futebol com conhecimento de regras. Este conhecimento deve ser dado na escola, como é dado para basquetebol, vôleibol, andebol, etc... para orientação como deve ser o seu comportamento como participante ativo ou passivo do jogo.

O desenvolvimento da técnica do futebol, poderá ser dado num campo de futebol, gramado com medidas oficiais, numa quadra polivalente, num espaço aberto ou numa quadra de andebol, pois sabemos que se dá atletismo em qualquer local do colégio, e não há necessidade de uma pista oficial. O Brasil é um país que tenta medalhas olímpicas mas na sua base, não existe dentro dos colégios espaços, às vezes, nem para o pátio de recreio.

Um dos motivos que o futebol não é dado nas escolas, é também por culpa dos professores de educação física. Antes, quando o futebol tinha outro tratamento, apenas iam para a escola, soltavam uma bola e deixavam as crianças por conta de um aluno que escalavam para arbitrar a "pelada". Esse comportamento do professor de educação física fez com que eles fossem tratados como incapazes, não cumpridores de suas obrigações, e como não capacitados para exercer essa profissão.

Atualmente com a evolução da educação física, nota-se que existe uma nova mentalidade, mais sadia nesse ponto, e que os professores têm capacidade de dar futebol como se dá basquetebol, vôleibol, andebol, atletismo, ginástica, etc. . . no mesmo nível de conhecimento, atitudes e habilidades.

Os professores de futebol, utilizando-se do domínio de bola, chutes, passes, condução da bola (drible), drible e finta, cabeceio, amortecimento, poderão aplicar estes fundamentos aos alunos de 1º e 2º graus, de acordo com o nível de dificuldade de cada um.

CONCLUSÃO

Após a concretização deste trabalho teórico sobre a "Importância e a Necessidade do futebol

na escola de 1º e 2º Graus", sentimos que ainda existe alguma coisa dentro do futebol que poderá ser esclarecida, para se ter um bom conhecimento desse desporto.

Constatamos através da história do futebol muitos acontecimentos alheios ao desporto em si mas que serviriam de base para o seu desenvolvimento atual. Apesar dele ter sido muitas vezes crucificado como elemento educador; sua evolução através dos tempos decorreu da necessidade de organizar-se e expandir no campo prático.

É válido dizer que após o desenvolvimento de diversos assuntos dentro do futebol, notamos que por ser um desporto introduzido empiricamente em nosso país, não existe uma base muito sólida sobre o assunto, para se pesquisar. Todos os livros e revistas por nós pesquisados, foram na maioria livros estrangeiros ou em língua nacional, traduzidos. Concordamos que existe ainda no Brasil, uma dificuldade muito grande para que nossas editoras coloquem na praça trabalhos realizados por autores nacionais. Mas em contrapartida, comparativamente aos outros assuntos abordados pela educação física, o futebol apesar de muito divulgado, deixa muito a desejar em termos de infra-estrutura.

É pensamento nosso que o futebol, se introduzido nas escolas de 1º e 2º graus, passará da sua forma empírica para uma forma mais educativa, formativa e científica, ministrado por professores de educação física, serão evitadas as formas erradas de aprendizagem. Naturalmente o Brasil é o único país do mundo que conseguiu ganhar uma Copa em definitivo, a nível de desporto profissional, mas apesar disso, ainda vivemos momentos de selvageria dentro desse mesmo futebol. Isto se constata através de contusões seríssimas, brigas entre equipes e torcidas, suborno branco, doping, etc. . . Será que, se esses profissionais atuais tivessem sido orientados nos bancos escolares, fariam isso?

Se houvesse orientação, será que teríamos homens (cartolas) dirigindo tão mal o nosso desporto-rei? Provavelmente isso não aconteceria; pois estariam eles mais adaptados ao futebol pelo

conhecimento teórico.

Para concretizarmos nosso pensamento final, gostaríamos de deixar aqui anotada, a grande necessidade da introdução do futebol nos currículos escolares para mais tarde, na nossa decrepitude não termos sobre nós a pecha de omissos só por não concordarmos em alguns pontos de vista, sobre a importância e a necessidade do futebol para as crianças. O velho chavão dito por diversos professores de educação física que, "*a criança joga futebol o dia inteiro, e precisa aprender outras modalidades desportivas*", já não serve para a realidade atual.

O futebol tem que ser dado e trabalhado por pessoas de formação universitária, principalmente professores de educação física, para que a criança saiba usar o "fair play", (jogo limpo).

Encerrando este trabalho, deixamos aqui uma sugestão, em forma de pergunta: "Será que nós já conhecemos tudo sobre o futebol ou ainda estamos engatinhando nesse desporto?"

BIBLIOGRAFIA

1. ALVES, Lorenzo Ferreira. Futebol técnica moderna. Barcelona, Editorial Sintet. 1970
2. ARAÚJO, Sebastião. O futebol e seu fundamento. O futebol força a serviço da arte. Rio de Janeiro, Imago Editorial, 1976.
3. ASIM, Geraldo. Futebol infantil. Barcelona, Editorial Sintet. 1968.
4. BORSARI, José Roberto. Futebol de campo. Futebol de Salão. Brasília, co-Editado pelo Instituto Nacional de Livros. MEC. vol. 3. 1975.
5. BUSCH, Wilhelm. Futebol en la escuela. Buenos Aires, Editorial Kapelusz. 1971.
6. ———. Futebol escolar y juvenil. Barcelona, Editorial Hispano Européa. 1971.
7. CSANÁDI, Árpád. El futebol. Barcelona, Editorial Planeta. 1969.
8. GONÇALVES, José Antonio Pires. Condição física. Brasília, Editora de Brasília, 1970.

9. HEGEDUS, Jorge. Entrenamiento de sobre-carga aplicado al deporte. Buenos Aires, Serviço Educativo Argentino. 1969.
10. KISTENMACHER, Enrique A. Ya. . . en el futebol. Buenos Aires, Editora Vertical, XX - Serviço Educativo Argentino, 1966.
11. LODZIAK, Conrad. Táticas de futebol. Barcelona, Editorial Hispano Européa. 1972.
12. LOPEZ, Vicente Agraz. Futebol, sistema aposicional V.E.T. (Vision-Espacio-Tempo). Barcelona, Editorial Hispano Européa. 1972.
13. MACDONALD, Roger y Batty, Eric. Futebol Científico. Barcelona, Editorial Hispano Européa. 1971.
14. MOORE, Babby. Futbol moderno. Barcelona, Editorial Hispano Europea, 1969.
15. NASCIMENTO, Edson Arantes. Jogando com Pelé. São Paulo, José Olympio, 1974.
16. RIGO, Leonildo. Preparação física, futebol e ciência. Rio de Janeiro, Global. 1972.
17. — Futebol em 5 dimensões. São Paulo, Editora Esporte e Educação. 1974.
18. SANTOS, Ernesto. Caderno técnico didático futebol. Brasília, MEC — SEFD. 1979.
19. SANTOS, Luiz Melquizedec. Futebol técnico e tática. Rio de Janeiro, Forum Editora. 1976.
20. WHEELER, Kenneth. El futebol, técnica y estratégia. Barcelona, Editorial Hispano Européa. 1967.

SOMATOTIPO DE JUDOCAS PARANAENSES DA CATEGORIA JÚNIOR

VALTER BRACHT

*Depto. de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá
Maringá, PR - Caixa Postal 331*

NILSON MOREIRA

*Depto. de Educação Física da Universidade Estadual de Maringá
Maringá, PR - Caixa Postal 331*

OSVALDO Y. UMEDA

*Responsável técnico pelo selecionado maringaense de judô
Maringá, PR*

RESUMO

O objetivo do presente trabalho foi determinar o somatotipo dos judocas paranaenses da categoria júnior, pelo método antropométrico de Heath-Carter. Os resultados dos judocas paranaenses, são comparados com os de atletas brasileiros de alto nível. Foram encontradas diferenças significativas, SDD 6,81 e 2,82, nas categorias peso-pesado e meio-médio respectivamente, e somatotipo semelhante para a categoria pluma.

ABSTRACT

The purpose of this work was to determine the somatotype of junior category judokas from Paraná, using the Heath-Carter anthropometric method. The results obtained in this study were compared with the somatotype data obtained with brazilians elite judokas. Significant differences were found the weighty and half-medium categories and no differences for the plume category.

INTRODUÇÃO

No desporto competitivo de alto nível observa-se uma tendência, no sentido da homogeneização dos grupos de atletas, no tocante ao somatotipo, em torno daquele que se preceitua como o adequado ou o ideal para determinado desporto ou prova.

Este fato, deve-se à relação existente entre a forma corporal e a obtenção de altos níveis de rendimento. (9).

Foi a partir das modificações feitas por Heath-Carter (7) no modelo de somatotipo de Sheldon, que ocorreu um maior desenvolvimento

dos estudos de somatotipo (1) (3) (6) (8) (10).

O somatotipo que é definido por CARTER (4) como a "descrição da conformação morfológica presente", é expresso em uma série de 3 numerais dispostos sempre na mesma ordem, onde o 1º componente refere-se a endomorfia, o 2º componente à mesomorfia e o 3º à ectomorfia.

A endomorfia ou a gordura relativa, é calculada através da soma das três dobras cutâneas (tríceps, subscapular, suprailíaca) corrigida pela altura.

A mesomorfia ou o desenvolvimento muscular e esquelético, é encontrada através das medidas

dos diâmetros ósseos (úmero e fêmur) e a circunferência dos membros (braço e perna), corrigida pela gordura, (dobra cutânea de tríceps e perna) em relação à altura.

A ectomorfia ou a linearidade relativa é baseada no cálculo da relação entre a medida da altura, e a raiz cúbica do peso.

ARAÚJO et alii (¹), realizaram estudo para determinação do somatotipo antropométrico de Heath-Carter dos judocas brasileiros de alto nível. Nesse trabalho, os autores ressaltam a ausência de dados na bibliografia sobre somatotipo de lutadores de judô. Sugerem também, ser o somatotipo fator importante no desempenho dos atletas desta modalidade.

O presente trabalho teve o propósito de determinar o somatotipo dos judocas paranaenses da categoria júnior, comparando-o com o somatotipo dos judocas brasileiros de alto nível.

MATERIAL E MÉTODOS

Foram avaliados somatotipologicamente 20 (vinte) atletas, todos participantes do campeonato paranaense de judô da categoria júnior, realizado em abril de 1981, na cidade de Cambé, Estado do Paraná. A amostra foi dividida em 3 (três) grupos, de acordo com as categorias de peso: 8 (oito) atletas da categoria pluma; 7 (sete) atletas da categoria meio-médio e 5 (cinco) atletas da categoria peso-pesado.

Para as mensurações, foi obedecida a metodologia descrita por GOMES & ARAÚJO (5).

Utilizou-se, para as medidas de dobras cutâneas um compasso Harpenden, paquímetro e fita metálica flexível da maleta antropométrica TTK para diâmetros ósseos e circunferências, balança Filizola para peso e para a altura, utilizou-se uma fita metálica marca Stanley, fixada numa parede lisa e um esquadro de madeira.

Todas as medidas foram tomadas com precisão de uma casa decimal da unidade referente.

Foram mensuradas, além das necessárias para o cálculo do somatotipo, mais três dobras cutâneas: bíceps, axilar média e abdome, e calculado o

percentual de gordura pela equação de FAUL-KNER.

O somatotipo foi determinado pelo método antropométrico de Heath-Carter descrito por GOMES & ARAÚJO (5), calculando-se também o SDI (índice de dispersão do somatotipo) de cada grupo e a SDD (distância de dispersão do somatotipo) dos grupos de judocas paranaenses em relação aos judocas brasileiros de alto nível, utilizando para tanto, os dados de ARAÚJO et alii (1).

RESULTADOS

Na TABELA 1, vemos os valores médios (média e desvio padrão), da idade, peso, altura, somatória das 7 dobras cutâneas, percentual de gordura (Faulkner) e tempo de prática de judô, dos grupos de judocas paranaenses, comparados também, com os dados de ARAÚJO et alii (1) de judocas brasileiros de alto nível.

Na TABELA 2, são apresentados os valores médios e desvio padrão, dos 3 componentes dos somatotipos (endomorfia, mesomorfia e ectomorfia) e as coordenadas X e Y, dos judocas paranaenses e brasileiros de alto nível.

Na TABELA 3, vemos a distância dos somatopontos (SDD) dos grupos de judocas paranaenses em relação aos judocas brasileiros de alto nível (1).

E, na TABELA 4, os tipos somatotipológicos, das 3 categorias de peso.

Nas FIGURAS 1, 2 e 3 estão plotados os somatotipos dos participantes de cada categoria e o valor médio de cada grupo de judocas paranaenses, como também, o valor médio dos judocas brasileiros de alto nível, para efeito de comparação. A FIGURA 4, nos mostra os somatopontos médios de cada categoria.

Na FIGURA 5, os resultados médios de cada categoria estão plotados num Compograma(2).

TABELA I

CATEGORIA	IDADE	PESO	ALTURA	Σ 7 DOBRAS	% GORD. (Faulkner)	TEMPO DE PRÁTICA
PLUMA *	17,43	58,03	163,97	48,97	10,64	7,99
	1,82	2,63	3,76	8,61	1,22	3,48
PLUMA **	22,37	59,18	164,02	—	—	9,80
	2,71	0,51	3,09	—	—	4,82
MEIO MÉDIO *	17,77	76,70	174,20	79,57	13,09	7,00
	1,46	2,83	4,99	20,94	2,47	3,08
MEIO MÉDIO **	25,54	76,88	174,22	—	—	10,80
	5,77	0,79	2,92	—	—	3,27
PESADO *	19,23	111,74	182,90	100,12	26,30	2,73
	1,09	11,93	3,26	31,84	3,31	2,91
PESADO **	21,60	110,35	188,65	—	—	9,25
	2,44	17,23	10,50	—	—	3,77

* JUDOCAS PARANAENSES

** JUDOCAS BRASILEIROS DE ALTO NÍVEL, DADOS DE ARAÚJO et. al. (1)

TABELA II

CATEGORIA	ENDO-MORFIA	MESO-MORFIA	ECTO-MORFIA	COORDENADAS X	Y	SDI
PLUMA *	2,18	5,46	2,37	0,19	6,37	1,67
	0,32	0,48	0,65			
PLUMA **	2,07	5,47	2,24	0,17	6,63	1,26
	0,21	0,37	0,83			
MEIO MÉDIO *	0,37	6,16	1,58	-179	7,35	2,66
	1,09	0,91	1,16			
MEIO MÉDIO **	2,12	6,07	1,44	-0,68	8,68	1,45
	0,24	0,26	0,60			
PESADO *	7,74	7,84	-0,72	-0,48	7,22	4,19
	1,11	1,49	0,77			
PESADO **	4,81	7,12	0,23	-4,68	9,10	5,02
	2,62	0,78	0,47			

* JUDOCAS PARANAENSES

** JUDOCAS BRASILEIROS DE ALTO NÍVEL, DADOS DE ARAÚJO et. al. (1)

TABELA III

	PLUMA	MEIO MÉDIO	PESADO
SDD			
JUDOCAS PARANAENSES/ JUDOCAS BRASILEIROS *	0,26	2,28	6,81

* DADOS DE ARAÚJO et. al. (1)

TABELA IV

	PLUMA	MEIO MÉDIO	PESADO
MESO-ENDOMORFO N°	—	—	2
MESOMORFO-ENDOMORFO N°	—	—	1
ENDO-MESOMORFO N°	3	6	2
MESOMORFO-BALANCEADO N°	2	—	—
ECTO-MESOMORFO N°	3	—	—
MESOMORFO-ECTOMORFO N°	—	1	—

FIGURA - 1

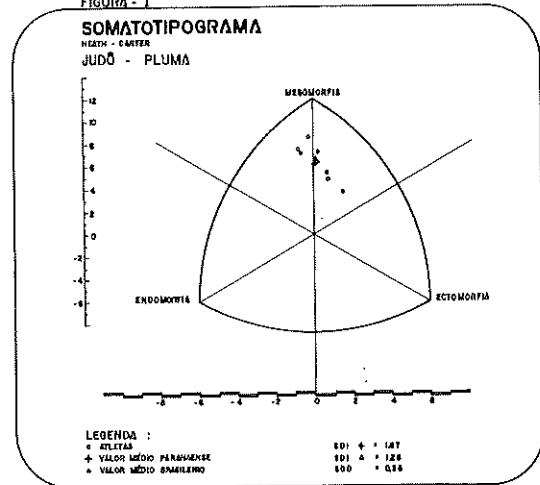


FIGURA - 2

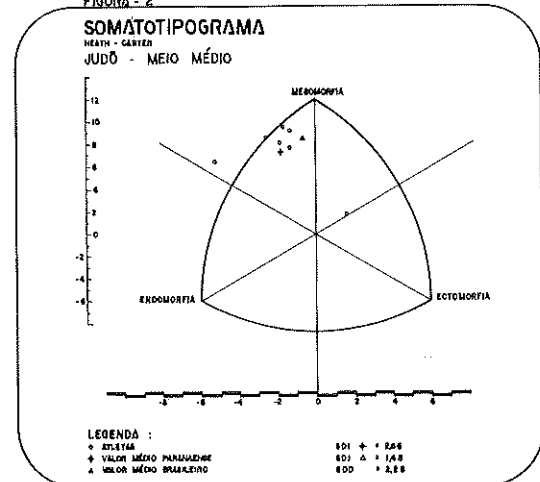


FIGURA - 3

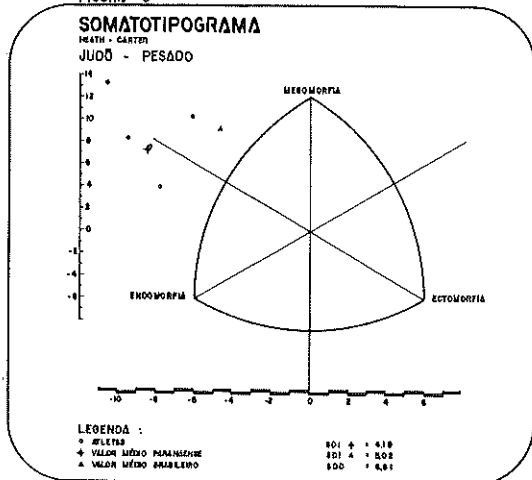


FIGURA - 5

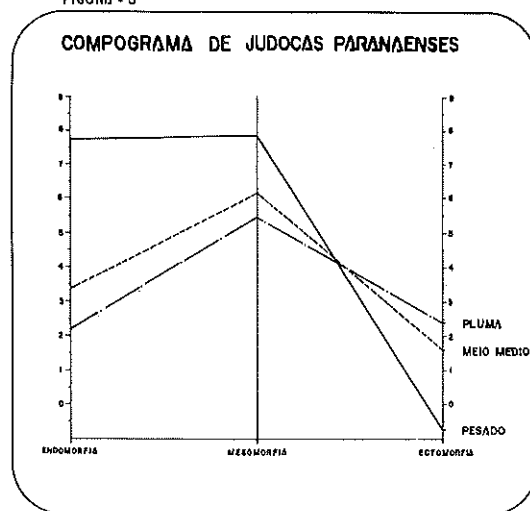
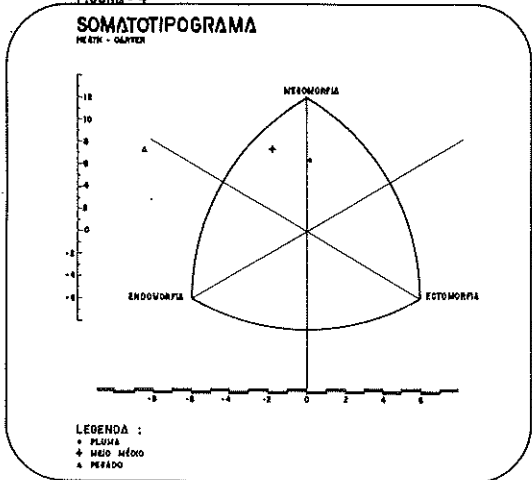


FIGURA - 4



ANÁLISE DOS RESULTADOS

Pelos resultados verificamos que os componentes, endomorfia e mesomorfia tendem a aumentar, da categoria pluma à pesado, e a ectomorfia a diminuir nesta mesma direção, aspecto este, identificado também, no estudo de ARAÚJO et alii (1).

A mesomorfia aparece sempre, como o componente mais desenvolvido, de onde pode-se inferir, ser o desenvolvimento músculo-esquelético primordial para um alto desempenho em judô.

Com relação à ectomorfia, foram encontrados valores negativos na categoria peso-pesado, fato comum em judocas desta categoria, segundo ARAÚJO et alii (1).

Através das Figuras 1 e 2, verificamos que a distribuição dos somatopontos dos judocas das categorias meio-médio e pluma, é relativamente homogênea, SDI 2,86 e 1,67 respectivamente. Na categoria peso-pesado (Figura 3), o SDI elevou-se

para 4,19, o que, aliado à pequena amostragem, dificulta uma melhor análise somatotípica.

Quanto ao aspecto da comparação dos judocas paranaenses com os judocas brasileiros de alto nível, podemos verificar pelas tabelas 2 e 3 e figuras 1, 2 e 3 que: o somatotipo do judoca paranaense da categoria pluma pode ser considerado o mesmo do judoca brasileiro de alto nível (SDD 0,26); para a categoria meio-médio a SDD 2,28, indica, considerando-se para efeito de significância o valor empírico de 2 unidades, utilizado por vários autores (1) (3) (6) (10), que os somatotipos diferem significativamente, o mesmo acontecendo, porém, de forma mais acentuada na categoria peso-pesado onde a SDD = 6,81.

Esta diferença, ou melhor a SDD elevada no somatotipo da categoria peso-pesado, deve-se ao elevado valor da endomorfia dos judocas paranaenses, como também, aos baixos valores, inclusive negativos, da ectomorfia. Como evidencia-se na tabela 1, o percentual de gordura desta categoria apresenta-se bastante elevado.

CONCLUSÃO

Desta forma, verificamos ser o somatotipo do judoca paranaense júnior, da categoria pluma o mesmo dos atletas brasileiros de alto nível, do que conclui-se, não ser a morfologia o fator determinante da diferença de performance. Para a categoria meio-médio, exceto para os valores da endomorfia, mais elevados nos judocas paranaenses, não verificou-se diferenças significativas.

Na categoria peso-pesado, verificamos que o valor da endomorfia dos judocas paranaenses é extremamente elevado, se compararmos com os dados de judocas brasileiros de alto nível. Vale ressaltar aqui dois aspectos: a) o pouco tempo de treinamento deste grupo, que possivelmente, tenha influenciado neste dado; b) os altos valores de mesomorfia alcançados por esta categoria de peso.

A indicação da diminuição dos valores da endomorfia dos atletas paranaenses da categoria pesado, com diminuição pura e simples do peso, seria temerária, uma vez que, se de um lado este percentual elevado de gordura prejudica o potencial aeróbio do atleta, o peso elevado pode

representar uma vantagem no caso de imobilizações e no sentido de dificultar a projeção. Porém, a indicação da diminuição dos valores da endomorfia, com a manutenção do peso, aumento da massa ativa, seria obviamente, recomendável.

BIBLIOGRAFIA

1. ARAÚJO, C.G.S.; GOMES, P.S.C. e NOVAES, E.V. O somatotipo de judocas brasileiros de alto nível. Caderno Artus de Medicina Desportiva, 1(1): 21-30, 1978.
2. ARAÚJO, C.G.S.; GOMES, P.S.C. e MOUTINHO, M.F.C.S. Compograma; um novo método de plotar somatotipos. Caderno Artus de Medicina Desportiva, 1(1): 43-46, 1978.
3. CALDEIRA, S.; VÍVOLO, M.A. e MATSUDO, V.K.R. Somatotipo em volibolistas brasileiras. In: Anais do VI Simpósio de Ciências do Esporte, São Caetano do Sul, p.227-238, 1978.
4. CARTER, J.E.L. The Heath-Carter somatotype method. San Diego State University. second edition, 1975.
5. GOMES, P.S.C. e ARAÚJO, C.G.S. Metodologia do somatotipo antropométrico de Heath-Carter. Caderno Artus de Medicina Desportiva, 1(1): 11-20, 1978.
6. GUEDES, D.P. Somatotipo em escolares. Revista de Educação Física, 1(2): 4-8, 1980.
7. HEATH, B.; J.E.L. CARTER. A modified somatotype method. Am. J. Phys. Anthropol. 27: 57-74. 1967.
8. MATWES, D.K. Medida e avaliação em educação física. Rio de Janeiro, Interamericana, 1980, p. 282-297.
9. MELLEROWICZ H. e MELLER, F. Bases fisiológicas do treinamento físico. São Paulo, EPU, 1979, p. 1-2.
10. VÍVOLO, M.A.; CALDEIRA, S. e MATSUDO, V.K.R. Estudo antropométrico da equipe nacional de vólibol feminino do Japão, segundo o método de somatotipo de Heath-Carter. In: Anais do VI Simpósio de Ciências do Esporte, 1978, p. 213-226.

Revista **unimar**
ÓRGÃO OFICIAL DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

LETRAS

* LET'S BRING CRIME FICTION INTO THE CLASSROOM

By

GIOVANNI BONARDELLI

*Depto. de Letras Anglo-Portuguesas da Universidade Estadual de Maringá
Caixa Postal 331 - Maringá, PR - Brasil*

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho consiste em introduzir ficção policial no currículo universitário, como um meio de estimular o interesse dos estudantes tanto na literatura, quanto na aquisição de melhor compreensão da língua inglesa.

Foi sugerido que a ficção policial apresentada para estudo, deveria incluir os trabalhos de autores literários eminentes, embora poucos críticos estejam totalmente conscientes do fato de que muitos e importantes escritores do século passado e atual exploraram este gênero literário, escrevendo contos policiais com sucesso.

ABSTRACT

The basic aim of this paper consists in the proposal of introducing crime fiction into the university curriculum as a means of rousing students' interests in literature as well as in the acquisition of a better understanding of the English language. It is suggested, moreover, that the crime fiction presented for study should include the works of celebrated literary figures, not many critics being fully aware of the fact that many of the distinguished authors of the past and present century have ventured into this field, writing crime or detective stories with unusual brilliance and success.

Let's bring crime fiction into the classroom. By crime fiction, we do not necessarily mean the kind of detective stories that have won wholehearted popular acceptance in this century, or the kind that abides by strict rules dictated by tradition in England with, for instance, its rigid insistence upon proof. We are not exclusively concerned with the "How?" and "Who?" In other words, it is not the solution of the puzzle that chiefly holds our attention. We are more particularly interested in the author's vision of life and, specifically, in the psychological motives that induce the criminal to commit a crime. Our purpose is the study of literature and the appreciation of the crime or detective story as a literary genre. While a great number of detective stories' chief appeal presumably⁽¹⁾ tends towards the satisfying of the readers' intellectual curiosity, the works of distinguished artists have a far greater impact in presenting human experience,

appealing to the readers' total faculties; the sensual, emotional, imaginative as well as the intellectual. As a result, these writers, in many cases, have come up with tales dealing with criminal psychology rather than with tales of detection. The intricate plot constructions construed by popular detective story writers are subordinated to artists' concern for characterization.

The prominent role given to the detective by popular writers of crime fiction is substantially reduced in the hands of literary artists. Many stories have been written where the very action of the criminal instigates a process of retribution that he is powerless to escape. If the detective plays a part in the detection of the criminal, he attracts less attention, his role becoming a more passive one.

One of the reasons for the popularity and success of the detective story in England and America has been friendly public regard for

the police and, up to recent times, support of the law. Of course, the role of the private amateur investigator gains more prominence than that of the official police in America. This may be due to the fact that local politics exerts a strong influence over police action, thus restraining their freedom to conduct investigations objectively. Nonetheless, it is not a question of one's friendliness towards the guardians of public safety that leads the literary artist to diminish the detective's part in the human drama. His presence, at times, is that of an observer, or that of a symbolic figure of human justice, ready to step in at the proper moment. He does not perform one of the essential tasks of a criminal investigator-providing explanations resulting from clever deductions based on an analysis of clues leading to the apprehension of the criminal. It is up to the reader to reach his his own conclusions as to the meaning of the story. Moreover, like G.K. Chesterton's Father Brown, the reader is drawn to search for an understanding of the "sinner's" motives rather than acquiesce in the demands of society for vengeance and retribution.

Nevertheless, crime fiction in the hands of noted authors has many links with the popular detective story, its deviations from the strict norms being more subtle than marked.

Aldous Huxley, in his "The Gioconda Smile", clearly demonstrates that he has mastered some of the techniques of the detective short story. It is the detective, in the form of a country rural doctor, that solves the murder; the criminal is mentioned early in the story: the poison used in the murder is not undetectable, and the crime, though motivated by psychological considerations, can be understood on a rational basis. The ending is an extremely surprising one, yet there is sufficient evidence available throughout the story to enable the reader to identify the murderess.

However, the author's primary purpose is to express his disgust with a decadent society, concentrating his attention on the evil-doings of a middle-aged gentleman, later on accused of a murder he did not commit. According to W.H.

Auden (²), suspects must be guilty of something as to have some resemblance to reality. In life people are not saints and are responsible for minor transgressions of the law. Not only is Mr. Hutton in "The Gioconda Smile" guilty of illicit amours, but provokes a woman into murdering his wife. Although not legally responsible for his wife's death, he has brought immeasurable pain to her during their years of marriage. Actually, the demonic pride of the suspect places him in the same category of the murderess.

The portrayal of a corrupt society is also reflected in William Faulkner's short story, "The Monk", which appeared in his first collection of detective short stories, *Knight's Gambit*. His main character reminds us of Bengy in *The Sound and Fury*, a mentally retarded individual who instinctively expresses his moral indignations at the evils of his surroundings. The detective in the story is a "knight" of the old aristocratic South. Unlike the detective in crime fiction, he is unable to restore order and justice. His antagonist is not the murderer but society. It is clear that the Monk has been the victim of the political ambitions of a prosecuting attorney and was convicted because of circumstantial evidence. Once in the penitentiary, he becomes an instrument for vengeance. His doglike fidelity and devotion to the warden of the prison takes a strange twist with the murder of his benefactor. A prisoner persuaded him that the warden was his real enemy, and therefore deserved to be killed. When the facts are brought to light by the "knight", Uncle Gavin, the murder is condoned on political grounds. The selfish interests of a materialistic society, as represented by the Governor of the State, outweigh all ethical considerations. In a real sense society remains unprotected, with a future potential murderer at large.

One of the fundamental rules in the traditional detective story is the concealment of the identity of the murderer up to the very end. In Edna St. Vincent Millay's extraordinary story, "The Murder in the Fishing Cat", the reader senses the smell of evil and the feeling of disaster

involving the protagonist (the murderer) in the opening paragraphs. The story has a Dostoevskian touch to it. The act of murder causes the mental disintegration of the protagonist. It was his wife that kept his restaurant alive. The Restaurant du Chat qui Pêche, famous for its eels, is now deserted, and Jean-Pierre, loses all interest in everything except eel in the tank. His former love for the woman he slew is transferred to the eel. His punishment reaches its climax when he is compelled, in a moment of rage, to cut to pieces the eel in the tank, thereby psychologically re-enacting the murder of his wife.

The internal forces that bring about the break-down of the murderer are more effective than those represented by society. The police are there as mere shadows, unaware of the existence of any crime.

"The Post-Mortem Murder", which was first published one year after *Main Street* appeared, emerged from Sinclair Lewis's inner compulsion to satirize American customs and social classes. In this story he ridicules the aspirations of a college professor in attempting to find fame and recognition. The amateur detective is the college professor, and the crime is an unusual one. There is an authentic murder in a literary sense, and suspense is maintained up to the solution of the crime.

In detective fiction love interest is generally disregarded so as to impel the reader to devote his whole attention to the solution of the puzzle. It is no wonder that professor Gates postpones his courtship and wedding plans in order to respond to the desperate pleas of an old dying editor of a small town journal to present to the world the unpublished manuscripts of a heretofore unheard of great American bard.

The description of the passage leading to the decrepit editor's residence, where the "buried treasure" is held, parodies Edgar Allan Poe's introductory paragraphs to his tale of terror, "The Fall of the House of Usher," with allusions to the barren terrain near Roderick's mansion: the

hot wood of dying pines," "the leaves of dry colour of brick dust", "the trunks that were lean and black." and the alleys "choking with a dusty odour of decay."⁽³⁾ When he reads the manuscripts, he also feels that he has discovered a new Tennyson, Thoreau, or Emerson. The detective, dedicated to the purpose of reconstructing the story of the great bard's life, thus engages himself upon a pursuit of clues and evidence.

The information contained in the alleged poet's diary should have led the sleuth to suspect the veracity of his papers. He was totally a disagreeable person, having abandoned his wife and child for no valid reason save for his yearning to die "for the glory of Greece and the memory of Byron."⁽⁴⁾ Jason Sanders, furthermore, asserted in his diary that he had received some encouragement from the great literary critic of his time, Edgar Allan Poe.

When the professor, assisted by the inestimable research provided by his friends in the history department, begins to publish the story of his life, including his heroic deeds in the struggle for the independence of Greece, he encounters opposition in the form of a letter testifying to his imprisonment in a State Penitentiary during the time he had supposedly been in Greece. Other letters follow including one which stipulated that Jason had actually stolen his imagery from Chinese lyrics. It is actually a case of mistaken identity. The murderer of his imaginary great American bard was no other than Jason Sanders himself, now an old man and a penitent minister of a local church. Like a true detective, the disappointed professor succeeds in tracking down the guilty party. His mission, however, ends up in failure, consequently abandoning the profession of crime detection and returning to his love interest. True to American crime fiction, moreover, Sinclair Lewis presents his "hero" as a man of action - the protagonist depicted as rushing into all sorts of directions to interview people and breaking into other people's homes to ransack their libraries.

Crime fiction has been rooted in the works

of important literary figures of the past, from Charles Dickens and William Collins in England, from Balzac and Voltaire in France, and Fenimore Cooper and Edgar Allan Poe in America. It was Poe who attempted to use the short story as a literary form and made deduction from observation its main interest later on; it was Sir Arthur Conan Doyle, along with Gaboriau in France, who gave the form a new distinction and succeeded in obtaining for it a new universal acceptance. Both Poe and Conan Doyle contributed towards spreading the reputation of the short detective story, and leading authors, to this day, continue to try their hand at it.

As we have already asserted literary writers in this field fail to maintain exclusively the solution of the murder puzzle as the dominant element in their stories. However, some form of suspense is always present, and can serve as a strong motivation to increase the students' interests in reading English. We may question Poe's theory regarding the advantages of literary works being read at "one sitting," but it is a fact that many students' sitting ability has been curtailed in recent years by the necessity to find work to pay for their university expenses. Moreover, the unity of impression can be aptly achieved by reading detective short stories.

Indeed, we may completely disagree with G.K. Chesterton's statement that the value of the detective story lies in the fact that it reflects "some sense of the poetry of modern life."⁽⁵⁾ or with Somerset Maugham's affirmation that future literary historians "will pass somewhat lightly over the compositions of "serious" novelists and turn their attention to the immense and varied achievement of the detective writers."⁽⁶⁾ Yet crime and violence have become an intrinsic part of our daily lives. There are probably few persons that, if not having suffered some horrible experience themselves, do not know of anyone whose car has not been stolen, her purse snatched, home broken into, or who has not been assaulted physically. Eminent writers do not lead their readers into some kind of day dream literature but

also portray the times in which they live.

One of the secrets for the success of crime fiction over the years lies in making readers Sherlock Holmeses on a minor scale. The reader is led to believe that, given the same opportunity, he could solve the problem of murder with the same facility as the detective. In other words, the reader's participation in the story is greatly enhanced. For students, striving to overcome the many obstacles in the learning of a foreign language and having only a limited time at their disposal, this personal involvement that crime fiction provokes could be put to a great advantage.

Of course, the knowledge of a language is not solely restricted to the acquisition of an extensive vocabulary. However, in recent years, many teachers of English have become increasingly alarmed by this deficiency on the part of students. In this respect, who can resist the temptation of not recommending, for light reading, one of the best loved detective fiction writers of this century - Agatha Christie. In her gentle Miss Marple she has created a pleasing woman detective of fiction, noted for her shrewd appraisal of human beings. The interest stirred up by her interesting plots and distinct characters would aid the student to enlarge his vocabulary and, through the directness and clarity of her language, to facilitate his understanding of some of the basic structures of English.

On the other hand, most of the reading presented to the student for his appreciation should be short stories written by eminent authors, primarily known for their literary values, thereby not only introducing the student into the field of literature but enabling him to obtain a better command of the English language.

REFERENCES

- * Based on a paper presented at the national Seminar sponsored by A.B.R.A.P.U.L. on the 29th of January of 1981.

(1) However, according to R. F. Stewart in his recent book, . . . *And Always a Detective*, the

presumption of "Scientific methods of detection, reasoned arguments, the application of logic "existing in detective stories is pure hokum".

- (2) *Ten Masters of the Modern Essay*, "The Guilty Vicarage." Harcourt, Brace & World, Inc. p. 209 1966.
- (3) The series of quotations were taken from "The Post-Mortem Murder", *Ellery Queen's Book of Mystery Stories*, Pan Books LTD, London and Sydney, 1957.
- (4) Ibid.
- (5) "In defense of the Detective Story," *The Defendant*, London, Dent, 1901.
- (6) "The Decline and Fall of the Detective Story," *The Vagrant Mood*, London, Heinmann, 1952, p. 110.

BIBLIOGRAPHY

- AUDEN, W. H., "The Guilty Vicarage." *Ten Masters of the Modern Essay*, Harcourt, Brace & World, Inc., p. 209, 1966.
- BROOKS, Cleanth, *William Faulkner: The Yoknapatowpha Country*, Yale University Press, New Haven & London, 1966.
- CHESTERTON, G. K., "In Defense of the Detective Story". *The Defendant*. London, Dent, 1901.
- MURCH, A. E., *The Development of the Detective Novel*, Peter Owen Ltd., London, 1958.
- QUEEN, Ellery, *Ellery's Queen's Book of Mystery Stories*, Pan Books Ltd., London and Sydney, 1957.
- STEWART, R. F., . . . *And always a Detective*, David and Charles Mc., North Pom Fret (vt), 1980.

CULTURAL IDENTITY AND FOREIGN LANGUAGE TEACHING: ATTITUDES TOWARDS ENGLISH-SPEAKING PEOPLE AND THEIR CULTURE

MARIA IGNEZ DO CARMO TILIO

Depto. de Letras Anglo-Portuguesas da Universidade Estadual de Maringá
Caixa Postal 331 - Maringá, PR - Brasil

RESUMO

O propósito deste artigo é investigar as atitudes de professores e alunos em relação ao ensino de uma língua estrangeira (Inglês) e de sua cultura, e a sua interdependência.

Constatou-se que as três populações deste estudo: a) mostraram-se bastante predispostas em relação à cultura e civilização dos povos de língua inglesa; b) não demonstraram sentimentos xenófobos e qualquer tipo de temor no que tange à preservação de sua cultura e identidade cultural face à exposição à língua inglesa e respectiva cultura. Portanto, acolhem com simpatia o estudo da língua inglesa e de sua cultura. Em resumo, professores e alunos de inglês parecem ter conseguido manter um equilíbrio entre a sua própria cultura e a estrangeira, o que foi considerado uma situação saudável, e a ausência de sentimentos xenófobos pode conduzir mais facilmente ao sucesso na aprendizagem da língua inglesa.

ABSTRACT

The main purpose of this article is to investigate teachers' and pupils' attitudes towards the teaching of a foreign language (English) and its culture, and to study their interdependence.

Evidence was forthcoming that the three populations of this study showed themselves quite open towards English-speaking people's culture and civilization. On the other hand, they did not seem to have any fears for their culture and cultural identity from exposure to the English language and culture. On the contrary, they welcomed the study of the English culture as well as that of the English language, and it can be safely concluded that they do not have anomic feelings. In short, Brazilian teachers and learners of English seem to have struck a balance between their own and the alien culture. This is thought to be a healthy state of affairs and the absence of anomic feelings should be conducive to success in learning English.

The results reported in this article are based on a research made in the state of Paraná, which had three different populations as its target. The first of these was formed by practising Teachers of English from two different educational levels: secondary school teachers from private and public institutions and university teachers (lecturers). The second class of people in this study was that

of university students, formed only by university leavers, i.e., those in the last semester of their English-degree courses. Finally, the third population was formed of pupils attending the 8th year of the First Degree, of the schools selected for our sample. After the choice and determination of the sampling design the research covered: 22 towns, 144 teachers, 131 student-

teachers and 3,109 pupils.

The scales used to gauge teachers' attitudes to English-speaking people and their culture and their anomic feelings are the same as those used for the student-teachers and pupils. In fact the scales were designed for pupils. They are modified forms of the scales prepared by Jakobovits for the University of Illinois⁽¹⁾. In introducing the Foreign Language Attitude Scale in a later work Jakobovits⁽²⁾ states,

"Students with favorable attitude toward the culture and people whose language they are studying are expected to be more successful in achievement (other factors being equivalent) especially in oral communicative skills."

Lambert, W.W. and Lambert, W.E.⁽³⁾ also point out the importance of favourable attitude towards the people and culture of the target foreign language:

"Learning a Foreign Language also seems to depend on the learner's attitudes towards the people who use that language and on his motives for studying it. With favourable attitudes toward the other group and an 'integrative' motive for studying their language (e.g. seriously wanting to learn about these people and their culture), a learner is more likely to be successful, regardless of his talent for languages, than if his attitude is suspicious or unfriendly and his motives 'instrumental' (e.g. needing the language to conduct business with the other group)."

The same must apply to teachers since the foreign language teacher "must have an informed insight into the culture of his students, and a similar understanding of the culture of which the language he is teaching is a part", as pointed out by Rivers⁽⁴⁾.

Not only are they the propagators of this foreign culture and language but they are expected to help any of their pupils who have negative attitudes. In many cases frank discussions and explorations may bring into the open certain misconceptions about the foreign culture and threats to cultural identity which can be corrected and alleviated. Moreover, as Broughton⁽⁵⁾ states,

"A consciousness of the cultural dimension in language teaching enables the teacher to recognise areas of cultural overlap, which afford easier cultural and conceptual learning. Furthermore, the educational premiss that foreign language learning tends to deanaesthetise the learner's attitude towards his mother tongue, can be extended to argue that consciousness of a foreign culture has a parallel effect of making the learner more aware of his own cultural values."

But before discussing both scales, English Attitude and Anomie, there are some points of social psychological and procedural significance which must be clarified.

First the contexts of the studies carried out by Jakobovits (1970) and especially by Lambert et al. (1972) in McGill University are completely different from the one prevailing in Brazil. Perhaps the most distinctive feature is the fact that in Canada the linguistic groups concerned are in close proximity to each other. This is equally so with Mexicans, Cubans or Puerto Ricans living in the United States and learning English as a Second Language. In this latter case they are bound to come into close contact with the target culture and their ties with their own culture might become loose, and as Lambert has pointed out this may lead to feelings of anomie. The situation in Brazil for the immigrants, as far as Brazilian culture and language are concerned, may be exactly the same, but it is quite different in relation to the teaching of the English language and culture. There is no community of native speakers of English of any

effective size, especially in Paraná. Therefore the question that poses itself is whether or not we can equate the situation prevailing in Canada or in the United States with the one prevailing in Brazil and more specifically in Paraná. In other words, are Brazilian students and teachers of English aware of the fact they are learning and teaching both a foreign language and a foreign culture?

TABLE 1: When teaching a Foreign Language do you feel it is important to teach also the culture and civilisation of the people who speak it?

Responses	N	%
1. Yes, very much (though difficult in the First Grade)	130	90.3
2. Sometimes	6	4.2
3. No, I don't	8	5.5
Total	144	100.0

How do teachers view the teaching of a foreign culture? Their responses to the latter question partially answer the former as well: 90.3% of the teachers (Table 1) think that the teaching of the foreign culture is very important, but they add to their answers "though difficult in the First Grade". This may mean that they see the teaching of the foreign culture and the foreign language as two separate things and activities. We felt that Brazilian teachers associate the teaching of foreign culture more with the teaching of literature than with that of the language. Therefore, when they remarked that the teaching of culture was difficult in the First Grade, they might be referring to the fact that the teaching of literature was difficult or impossible.

Further evidence of the place teachers give to teaching and to knowledge of the foreign culture was given in their rating of the most important characteristics of teachers of English as a foreign language: although 71.6% of them consider the knowledge and teaching of the foreign culture an

important characteristic of the Foreign Language teacher, only 18.8% placed it in the category of "very important". In fact it ranked near the bottom of teachers' most positive responses, as the penultimate characteristic of the list of 14 characteristics of the F.L. teacher. It can, therefore, be inferred that they not only regard the teaching of a language and its culture as two different things, but also that they consider the knowledge and teaching of the Foreign Culture important, but not as important as other activities and fields of knowledge.

Even so, there are writers like N.Brooks⁽⁶⁾ who maintain that;

"Language is the most typical, the most representative and the most central element in any culture. Language and culture are not separable; it is better to see the special characteristics of a language as cultural entities and to recognize that language enters into the learning and use of all other cultural elements."

A similar opinion was also put forward by G.Broughton⁽⁷⁾ in a recent paper, arguing that "since language and culture are interdependent, foreign language learning involves cultural learning." To support his point of view he quotes, amongst several writers and linguists, Lyons's, "Every language is integrated with the culture in which it operates; and its lexical structure (as well as at least part of its grammatical structure) reflects those distinctions which are (or have been) important in the culture."⁽⁸⁾

It follows from this that even if the foreign language teacher and learners do not come into direct contact with the foreign cultural group or with any native speaker of English, they are not immune from the influence of the foreign culture. If we ignore for the time being the arguments of Malinowski⁽⁹⁾ and consider such language features as the reading of passages or simple anecdotes about foreign people or the simplified texts most coursebooks include on the target language's people, their history, geography, art, customs

and places, it is possible to acknowledge the fact that teachers and learners still come into contact with or perceive features of the foreign culture, even if they are not very aware of the fact, and the teachers are not very well prepared to teach the foreign culture. Furthermore, in the case of Brazil, teachers adduced as the major reasons of pupils' interest in English their liking for English pop songs and the American influence and diffusion of the language through TV, cinema and radio, and the pupils themselves corroborate this information.

Besides, teachers and student-teachers have, at least, attended full courses on English and American Literatures, therefore, from their point of view, they have studied the foreign culture systematically.

In relation to this topic a teacher so expressed her opinion:

"The teaching of the Foreign Culture is for the pupils a great motivation for the learning of the language. The teaching of a foreign language can in no way be separated from the foreign culture and teachers should not only restrict its teaching to the texts included in the books. When reading a text, for instance, about Piccadilly Circus, or Big Ben in London, why not say something else about London, its people, walks of life,...? This depends entirely on the teacher and his interest to go beyond the little information supplied by the text. ... And their complaints that this information is not easily available are a poor excuse. There are lots of publications and even weekly or monthly magazines published regularly by our publishers at very accessible prices. It's only a matter of being willing to ... I think it is merely lack of good will and enthusiasm ..."

She thus summarised many aspects of the whole issue and subscribed to Rivers's point of view: ⁽¹⁰⁾

"The foreign-language teacher must be conscious of the existence of these four relations if he is to do justice to 'meaning' in the foreign language as well as to manipulative skill. Such a consciousness can come only through long study of the language and contact with speakers of that language, or, if this is impossible, extensive reading of all kinds of material in the foreign language (literature, magazines, newspapers) which show how people of that culture think and react currently. Ideally, the foreign language should be learned in as close association as practicable with the culture of the country where it is spoken, if its full 'meaning' is to be plumbed to any depth."

Given that Brazilian teachers and learners of English are not immune from the influence of the English culture, what are then their attitudes towards English-speaking people and their Culture? Table 2 summarises teachers', student-teachers' and pupils' responses to the "English Attitude Scale". The three populations' attitude was measured along a five-point scale. To be able to read and assess the results better the five-point scale was recoded into a three-point scale. It is also true that the scores of the extreme categories of strong agreement or disagreement were not very representative.

Looking at the scale as a whole it is possible to notice that the three populations expressed favourable attitudes towards English-speaking people and there was also a certain agreement between teachers' and student-teachers' highest scores for all the items of the scale but one. Pupils, on the whole, scored higher.

The items which received highest degree of favourability from the three populations are items B, D and E: over 60.0% of teachers and students get more interested in the study of the English language after contacts with native speakers; pupils slightly less than 60.0% for this item B.

All of them think they have produced outstanding artists and writers (item D) and acknowledge the influence of English culture especially through dance, music, fashion, etc. on their way of life (item E). It is a noteworthy fact that pupils scored higher for this latter (E), as well as for item A:

Table 2 — English Attitude Scale (in percentages)

Variables		T. — teachers		S. — student-teachers		P. — pupils		Total	
		Pos.		Dis-agree		N.O.		H	
		Agree		Dis-agree		N.O.		H	
A. The English-speaking people who have moved to this country have made a great contribution to the development of our society.	T.	35.7	32.2	32.2	143	100.0			
	S.	40.5	30.5	29.0	131	100.0			
	P.	66.2	21.2	12.6	3079	100.0			
B. The more I get to know English-speaking people, the more I want to be able to speak their language.	T.	70.0	16.1	13.3	143	100.0			
	S.	61.2	22.5	16.3	129	100.0			
	P.	57.6	26.1	16.2	3074	100.0			
C. English-speaking people are very democratic in their politics and philosophy.	T.	40.2	42.3	17.6	142	100.0			
	S.	31.0	54.3	14.7	129	100.0			
	P.	27.3	60.6	12.1	3058	100.0			
D. English-speaking people have produced outstanding artists and writers.	T.	95.7	0.7	3.5	141	100.0			
	S.	71.1	19.5	9.4	128	100.0			
	P.	79.5	14.9	5.6	3041	100.0			
E. The introduction of English folkways (*) to our society has influenced greatly our way of life.	T.	78.3	7.7	14.0	143	100.0			
	S.	61.2	15.5	23.3	129	100.0			
	P.	79.4	11.1	9.5	3064	100.0			
F. The English-speaking people have every reason to be proud of their race and their tradition.	T.	52.5	25.9	21.7	143	100.0			
	S.	44.2	28.7	27.1	129	100.0			
	P.	56.8	22.7	20.5	3068	100.0			
G. On the whole, English-speaking people are much more polite than the Brazilians.	T.	28.8	21.8	49.3	142	100.0			
	S.	13.3	28.9	57.8	128	100.0			
	P.	19.4	32.6	47.9	3071	100.0			
H. On the whole, English-speaking people have more culture (are more educated) than the Brazilians.	T.	60.6	16.9	22.5	142	100.0			
	S.	39.2	18.5	42.3	130	100.0			
	P.	45.8	25.3	28.9	3070	100.0			
I. English-speaking people are more generous and hospitable than the other foreigners.	T.	5.6	44.1	50.4	143	100.0			
	S.	5.5	40.0	54.6	130	100.0			
	P.	16.7	56.4	26.9	3065	100.0			

(*) I kept the word "folkways" as used by Jakobovits.

whereas 66.2% of the pupils think that English-speaking people have made a great contribution to the richness of Brazilian society, the teacher population's opinion, especially, seems to be fairly divided among the three categories. It is relevant to note that one-third of the teachers and student-teachers had no opinion or did not know anything about it. In fact their attitudes are quite understandable from the point of view that the influence of the other ethnic and racial groups in Brazilian society is more noticeable than the English-speaking people's since the proportion of English-speaking immigrants to the country is relatively small in comparison with that of other nationalities. On the other hand, pupils' highest agreement scores, and consequently much lower "no-opinion" score, may be viewed from the fact that they might have based their judgment

on the sort of influence they are in closest contact with, especially the English influence they like most, namely, tee-shirts with sayings in English, pop songs and singers, and American films and TV series, without bothering much whether they were introduced by English-speaking immigrants or not.

The three populations seem to agree also that English-speaking people have reason to be proud of their race and tradition (item F). In relation to their democracy in politics and philosophy (item C), a good number of them do not have much knowledge on the subject. For item H there was some slight disagreement: whilst over 60.0% of the teachers and 45.8% of the pupils think that English-speaking people "have more culture" than the Brazilians, the highest percentage score of the student-teachers for the item was for the disagreement category, though still nearly 40.0% of them also think the statement to be true. Further, the three populations showed a certain degree of disagreement to two items of the scale: they do not think that the English-speaking people are more polite than many Brazilians (item G) nor that they are more generous and hospitable than other foreigners (item I). In the latter case over 50.0% of the pupils and a slightly smaller percentage (44.1% and 40.0%) of the other two populations had no opinion or did not know about it, which is very significant. For the former (item G), it is possible that their own cultural identity and pride spoke louder. Nevertheless, this disfavour on both items does not greatly threaten their attitudes to the English-speaking people and culture and it is by no means significant that they have negative attitudes towards them either. One should not forget that on the whole they have little or no contact at all with natives of English-speaking countries and whatever their source of information on the English-speaking people and their culture was, it left a positive image which consequently led to positive and favourable attitudes towards them.

Teachers acknowledge the importance both of the foreign culture in the formation of their

pupils, as expressed in the aims for E.L.T., and of the English language itself. They think that knowledge of the English Language, the successful development of communicative skills in English, can help the individual to attain a better social and economic position in the community.

However, the successful development of communicative skills in a second language often involves a prior tendency to "identify" with people who are native representatives of the foreign culture. Such an identification process, on the one hand appears to facilitate the acquisition of communicative skills, while at the same time has the power to create feelings of dissatisfaction with one's own culture and "ways of doing things". Although these anomic feelings are more associated with the acquisition of a second language and more likely to appear in contexts where the linguistic groups are in close proximity to each other, teachers and learners of any F.L. are not immune from experiencing them. They can, undoubtedly, be avoided. Kabatchy⁽¹¹⁾ in his article considers the problem of how to preserve the identity of the learners' culture while teaching them a F.L., and ends by pointing out that,

"Students should be warned of the existing differences between the cultures of different nations; they must realise that things familiar to one nation may be unheard of among people of other countries and need special explanation."

As we do not know how well-informed on this aspect our populations are, an attempt was made to measure their reactions to their own culture after having been exposed to the foreign culture.

There are a number of scales available for this purpose, but I have used Jakobovits's "Anomie Scale"⁽¹²⁾ for our three populations as it seemed the best one for our purposes. Since teachers are also responsible for attempting to reduce the potentially negative effects of anomic reactions in their pupils if and when they appear, it is important to know if they themselves have any

of these anomic feelings. The three populations' responses were to a five-point scale and once again, we have recoded them into a three-point scale for the purposes of better reading and assessing the results. It may be observed from Table 3 that a majority of almost 80.0% of the teachers, nearly 60.0% of the teachers-to-be, and to a lesser

Table 3 ANOMIE SCALE
T = teachers
S = student-teachers
P = pupils

Variables	Pop	Agree	N.O.	Dis- agree	Total	%
A. A whole-hearted commitment to the study of a foreign language and the culture of its people endangers one's own cultural identity	T.	8.5	12.0	79.5	142	100.0
	S.	19.4	24.8	55.8	129	100.0
	P.	25.7	31.9	42.4	3052	100.0
B. Through your exposure to the English culture you have found that some aspects of Brazilian culture are not as good as you had previously thought	T.	27.3	28.7	44.1	143	100.0
	S.	21.5	23.1	55.4	130	100.0
	P.	36.6	36.0	27.4	3055	100.0
C. This realization has caused you concern and worry	T.	16.8	37.8	45.5	143	100.0
	S.	10.2	33.9	55.9	127	100.0
	P.	23.3	39.4	37.3	2995	100.0
D. This realization has interfered with your progress in English	T.	—	—	—	—	—
	S.	7.8	32.8	59.4	128	100.0
	P.	28.4	32.7	40.9	2996	100.0
E. You would rather have been taught the language and nothing of the English culture	T.	—	5.6	94.4	142	100.0
	S.	6.3	10.9	82.8	128	100.0
	P.	20.7	22.7	96.5	3037	100.0
F. Our lack of knowledge of foreign languages accounts for many of our difficulties (commercial or not) abroad	T.	55.2	20.3	24.5	143	100.0
	S.	64.6	12.6	22.8	127	100.0
	P.	66.4	17.2	16.4	3063	100.0

extent - 42.4% of the pupils, do not seem to have fears for their culture and cultural identity from exposure to English language and culture. Although a much smaller percentage of teachers and students seem to recognise the fact that their exposure to English culture made them realise that some aspects of Brazilian life are not as good as they had previously thought, a slightly higher percentage of them had no opinion about it. In the case of the pupils, the majority of them - 36.6% - feel the influence of English culture, but there was still a similar proportion who had no opinion. On the whole the pupil population was fairly evenly divided among the three categories and, as half of the two populations do not feel so and since this realisation practically does not exist for the three populations (item C), there are no reasons for anxiety or interference in the learners' progress in English.

Consequently and overwhelming majority of teachers - 94.4% - a slightly smaller percentage of student-teachers - 82.8% - and over 50.0% of the pupils welcome the study of the English culture as well as of the English language and more than half of

them acknowledge the fact that the lack of knowledge of foreign languages accounts for many of Brazil's difficulties abroad (item F). Apparently the pupils and student-teachers seem to be more aware of the fact since a higher proportion of them in comparison with the teachers, feel so.

It may, therefore, be safely concluded that our teachers, future teachers of English and pupils are not anomic, in the sense indicated.

Gardner and Lambert⁽¹³⁾ argue that as one becomes more proficient in the foreign language, it is also likely that one will start to become bicultural. This awareness of drifting away from one's own cultural group into the new or imported culture might lead one to experience feelings of disquiet. Such feelings are not healthy for further progress in learning a foreign language, but as they are not likely to occur among Brazilian teachers and learners of English there is no reason for any concern. To begin with it is widely recognised that Brazilian culture is an amalgam of the many foreign cultures which have fused with a Portuguese, Indian and African base. Furthermore, in this century new cultural groups moved into the country, including people from and with completely different cultural backgrounds as, for instance, the Japanese. Therefore Brazilians are quite used to being exposed to foreign cultures. This fact must have helped to develop in the Brazilian people the ability to encounter and assimilate new cultural influences without endangering their identity. Even the immigrants who have moved to the country seem to maintain a good balance between the two cultures. As Gardner and Lambert⁽¹⁴⁾ also point out, "... in this regard various findings indicate that becoming bilingual does not mean losing identity ..."

REFERENCE

1. NORTH EAST CONFERENCE (1970) Foreign Languages and the 'New' student: Reports of the Working Committees, Tursi, J.A. (ed.), Menasha: Wisconsin: George Banta Co. Ltd., (pp.147)
2. JAKOBOVITS, L.A. (1970) Foreign Language Learning - A Psycholinguistic Analysis of the Issues, Rowley, Mass.: Newbury House Publishers, (pp.336) - p. 262
3. LAMBERT, W.W. & LAMBERT, W.E. (1973) Social Psychology, 2nd. ed., New Jersey: Prentice Hall Inc., (pp. 173), pp. 81-2
4. RIVERS, W.M. (1968) Teaching Foreign-Language Skills, Chicago: The University of Chicago Press, (pp. 403) - p. 269
5. BROUGHTON, G. (1978) "Towards a Theory of Culture in Language Teaching". IN Englisch in der Sekundartufe Schoröedel, Hannover, (pp. 198-205) - p. 204
6. BROOKS, N. (1964) Language and Language Learning: theory and practice, 2nd. ed., New York: Harcourt, Brace & Wors, Inc. (pp. 300) - p. 65
7. BROUGHT, G., OP. CIT. - p. 198
8. IBID - p. 199
9. MALINOWSKI, B. (1972) "The Problem of Meaning in Primitive Languages" Supplement 1 to Ogden, C.K. and Richards, I.A., The meaning of Meaning, London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 10th ed., (1st in 1923) pp. 296 - 336
10. RIVERS, W.M. (1964) The Psychologist and the Foreign-Language Teacher, Chicago & London: The University of Chicago Press, (pp. 212) - p. 139
11. KABATCHY, V.V. (1978) "Cultural Identity and Foreign-Language Teacher", IN E.L.T. Journal, vol. XXXII, no. 4, July, (pp. 313-318) - p. 317
12. NORTH EAST CONFERENCE (1970) Op. cit.
13. GARDNER, R.C. & LAMBERT, W.E. (1972) Attitudes and Motivation in Second Language Learning, Rowley, Mass.: Newbury House Publishers, (pp. 316) p. 142
14. Ibid - p. 142.

PARALELO DE OBRAS DE EÇA DE QUEIROZ E JOAQUIM PAÇO D'ARCOS

NORMA CAVALHEIRO DE OLIVEIRA ARTIGAS

Depto. de Letras Anglo-Portuguesas da Universidade Estadual de Maringá
C. Postal 331 - Maringá - PR - Brasil

RESUMO

A autora pretende demonstrar a unidade ficcional do painel da sociedade lisboeta fixado na obra de Joaquim Paço D'Arcos.

"A Crônica da Vida Lisboaeta" é composta de seis romances: "Ana Paula", "Ansiedade", "O Caminho da Culpa", "Tons Verdes em Fundo Escuro", "Espelho de Três Faces" e "A Corça Prisioneira", os quais espelham a atual sociedade portuguesa.

Neste estudo comparativo do realismo oitocentista e do realismo novecentista, observa-se ainda as características peculiares do mestre do Realismo português, Eça de Queiroz, nomeadamente e especialmente através de A Capital, Os Maias e Alves & Cia.

ABSTRACT

The author intends to demonstrate the fictional unity of Lisbon society, as portrayed in the works of Joaquim Paço D'Arcos.

"A Crônica da Vida Lisboaeta" comprises six novels: "Ana Paula", "Ansiedade", "O Caminho da Culpa", "Tons Verdes em Fundo Escuro", "Espelho de Três Faces" e "A Corça Prisioneira", which reflect the Portuguese society of the nineteenth century.

In this comparative study of the realism of the eighteen hundreds and the nineteen hundreds special focus is given to the peculiar characteristics of the master of Portuguese realism, Eça de Queiroz, as notably shown in The Capital, The Maias and Alves & Cia.

O tema geral na obra de Eça de Queiroz é a sociedade portuguesa do século XIX, visto através da análise de três romances: "A Capital", "Os Maias" e "Alves & Companhia".

"A Capital", romance publicado post-mortum é a mais severa crítica à sociedade lisboeta; nela acompanhado por "Os Maias"; este sob o aspecto político nos dá uma visão do constitucionalismo emergente.

Em "A Capital" vemos Artur, personagem principal do romance que sonha com Lisboa, com os divertimentos e vida social que a capital lhe poderá proporcionar; almejando também o sucesso literário.

Com o recebimento de uma herança conseguirá parte do que deseja. O dinheiro proporcio-

nar-lhe-á viver em ótimos hotéis, freqüentar a alta roda, cheia de amizades interesseiras; menos a tão almejada posição nas letras.

No plano sexual e afetivo realiza-se parcialmente pois é abandonado por uma amante pretenciosa que só se interessa pelo seu dinheiro.

Quando necessita voltar a Oliveira de Aze-meis, donde viera, sente-se só, sem dinheiro, chegando irremediavelmente tarde para ver, pela última vez, a única pessoa que lhe dedicara afeto sincero, a tia Sabina.

Depois de conhecer a capital, o personagem central sente que o seu lugar é na cidade pequena onde encontrara amizades sinceras e desinteressadas.

A capital fora um sonho dourado que perde-

ra o encanto após verificar que só o dinheiro tem valor.

Sob o aspecto afetivo observamos uma oposição de valores morais se enfocarmos a sociedade provinciana; naquela o adultério é considerado como uma ligação comum e encarada naturalmente.

Em "A Capital" e "Ana Paula" observamos que seus figurantes (actantes) atravessam as mesmas ruas com a idêntica consciência (ou inconsciência) com que indelevelmente fazem a história da grande cidade.

Em "Os Maias" acha-se veiculada uma ideologia fortemente conservadora; uma visão anulada do Naturalismo da primeira fase pela concepção global Romântica.

Como visão de Portugal apresenta-nos apenas uma classe social dominante, ou seja a alta burguesia representada pela idealização dos ricos, vista através de Afonso e Carlos da Maia. Este último, produto dessa sociedade, onde é apresentado como um ser especial devido à origem, ao dinheiro, à inteligência e ao aspecto físico, o que o transforma num ser sem determinação, ocioso e sensual; um ser superdotado, influenciado sobremaneira pelo meio ambiente.

Vemos ainda: Ega é a consciência crítica do ridículo e da inutilidade da sociedade burguesa. Supõe-se ser uma personagem "a clef", ou seja, o próprio Eça de Queiroz; o Gouvarinho, político dependente de uma modalidade única de Política, o constitucionalismo; o Palma "Cavaleiro" com sua sordidez física e moral representa o jornalismo desvirtuado; o Alencar representa a sublitteratura, Dâmaso Salcede, o canalha, agressivo e cômico que é sempre visto no meio social, a aristocracia lisboeta, personificada pela Condessa de Gouvarinho de modo vicioso e moralmente decadente.

A atuação de alguns personagens dos romances que fazem parte da Crônica da Vida Lisboeta, assemelham-se com a de alguns actantes de "Os Maias".

Personagens símbolos que constituem o suporte das grandes famílias tradicionais observados em Afonso da Maia e Conde da Balsa;

Carlos da Maia e Leonel Sobral são os dandys da sociedade lisboeta; Maria Eduarda de "Os Maias" e Manuela de "Espelho de Três Faces" são as mulheres apaixonadas que rompem com o estatuto da burguesia.

O confronto entre Romantismo e o Naturalismo é fixado opondo as personagens símbolos das respectivas ideologias: Eusebiozinho encarna o temperamento gerado à sombra de um Romantismo dissoluto, retratado sobretudo na figura de Alencar que era elogiado pelo personagem central, denunciando a intenção de ridicularizar o próprio Romantismo.

Após a morte do avô, Carlos da Maia faz uma longa viagem aos países desenvolvidos, volta conquistado por um diletantismo crítico, compara a superioridade de outras civilizações com o declive decadente cada vez mais nítido da sociedade lisboeta.

A trama desenvolvida num plano duplo mostra-nos traços peculiares, sob muitos aspectos simbólicos, do Portugal de Eça de Queiroz, em oposição ao velho Portugal glorioso de Afonso da Maia, oferecendo-nos um espetáculo da pavorosa decadência deste país.

Em "Alves & Companhia" vemos uma sociedade que vai aos poucos perdendo a noção dos conceitos morais e encarando o adultério com naturalidade. A honra passa a um plano secundário e não mais é lavada com as armas do duelo, mas simplesmente arrefecida pelo passar do tempo, sendo este encarregado de resolver o problema.

Com o passar do tempo, o esquecimento parcial soluciona a situação, fixando-se assim o caminho que conduz à deturpação das relações entre a alta e média burguesias.

Observa-se uma semelhança na atuação de Machado, sócio de Alves, do romance "Alves & Companhia" e de Honorato Baptista de "A Corça Prisioneira" que se revelam como aproveitadores da sociedade.

O perfeito entrosamento entre as personagens e a sociedade de então, conseguem culminar os objetivos propostos pelo autor.

O autor critica a sociedade, aquela que se propôs mostrar, a alta burguesia, apenas com as tintas com que a quis pintar; poderia ter feito uma análise crítica mais ampla abrangendo as diferentes classes da vida social portuguesa.

Salvo melhor juízo, a análise crítica de Joaquim Paço D'Arcos é mais ampla, valiosa e mais minuciosa, dentro do campo da verossimilhança e sócio-literário, porque não se limitou a apresentar um prisma, mas sim todos os prismas da sociedade lisboeta novecentista, utilizando-se ainda das velhas fórmulas realistas-naturalistas. (Continua no próximo número).

- (9) GARAUDY, Roger - Um Realismo sem Fronteiras. Lisboa, Dom Quixote, 1966.
- (10) MENDONÇA, Fernando Manuel - O Romance Português Contemporâneo, Assis, 1966.
- (11) PAÇO D'ARCOS, Joaquim - A Crônica da Vida Lisboeta. Rio de Janeiro, José Aguilar, 1974.
- (12) QUEIROZ, Eça de - Obras de Eça de Queiroz (Os Maias) Vol. II, (Alves & Cia, A Capital) Vol. III, Porto, Lello & Irmão, s/d.

BIBLIOGRAFIA

- (1) AGUIAR e SILVA, Vítor Manuel - A Estrutura do Romance. Coimbra, Alameda, 1974.
- (2) ALBÉRES, R. M. - Histoire du Roman Moderne. Paris, Michel, 1963.
- (3) AMORA, Antonio Soares - Teoria da Literatura. São Paulo, Clássico Científica, 1964.
- (4) AUERBACK, Erich - Introdução aos Estudos Literários. São Paulo, Cultrix, 1969.
- (5) AZEVEDO FILHO, Leodegário A. de: - O Romance Português Dimensões de sua Modernidade, V Congresso Brasileiro de Língua e Literatura, São Paulo, 1973.
- (6) CASTAGNINO, Raul H. - Que é Literatura ? São Paulo, Mestre Jou, 1969.
- (7) CIDADE, Hernani - Lições de Cultura Luso-Brasileira, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1960.
- (8) FIGUEIREDO, Fidelino de - Historiografia Portuguesa do Século XX, 3ª ed., São Paulo, Nacional, 1966.

5ª. PARTE DO CÓDICE 200 DOS CÓDICES ALCOBACENSES

AGOSTINHO BALDIN

*Depto. de Letras da Universidade Estadual de Maringá
Caixa Postal 331 - Maringá, PR - Brasil*

RESUMO

O presente trabalho é a edição da 5ª. parte (obra) do Códice 200 dos Códices Alcobacenses, grande parte dos quais se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa.

Essa parte do Códice – como outras ainda o são – é inédita.

Além do trabalho de edição, foi anexo um glossário para melhor compreender o texto, uma vez que o mesmo é do século XIV ou XV.

Todo o texto está facsimilado para que se possa cotejar o trabalho de edição com o original.

A edição permite aos estudiosos realizarem estudos de filologia e de história da Língua Portuguesa da qual o texto retrata a fase arcaica em que se encontrava a mesma no tempo em que foi escrito o Códice.

ABSTRACT

This work is an edition of the fifth part of Codex 200 of Alcobacenses Codices, large portions of which are in the National Library of Lisbon.

This part, like the others, is still unpublished.

Besides the editing work, a glossary was added to improve the understanding of the text, since it was produced in the fourteenth or fifteenth century.

The whole text is also given in facsimile form to allow the comparison of the edited work with the original.

This edition will allow scholars to perform studies of philology and in the history of the Portuguese language, whose archaic phase is illustrated by the Codex.

PARTE DO CÓDICE 200 DOS CÓDICES ALCOBACENSES

O texto aqui editado pela primeira vez é a quinta parte do Códice 200 dos Códices Alcobacenses, grande parte dos quais está nos "Reservados" da Biblioteca Nacional de Lisboa.

O pergaminho tem 277 mm x 204 mm.

A letra é de estilo gótico do século XV. As iluminuras iniciais de cada capítulo apresentam as letras desenhadas em azul e as filigranas em carmim e, no capítulo seguinte, as letras em carmim e as iluminuras em azul. Assim sucessivamente até o fim.

Nenhuma das sete partes do Códice tem título. No início de cada uma há uma apresentação inicial, uma espécie de "tópico frasal" apenas. Por esta razão o texto que aqui apresento, como sucinto pábulo, à inteligente leitura dos estudiosos, não traz título.

O texto estende-se do fundo da folha 180 até o fim da 189v.

O anverso de cada folha tem somente número e o reverso, número seguido de um v(versu).

Presume-se que o texto seja original, isto é, que não seja tradução do latim, como se depreende do "Commentariorum de Alcobacensi Mstorum

Bibliotheca Libri tres" — Conimbricæ, ex Typographia Academico-Regia, MDCCCXXVII — 1827, de Fr. Fortunati A.D. Bonaventura, o qual não menciona nada a respeito, referindo que é tradução, em outras partes do Códice.

O estágio evolutivo da Língua Portuguesa adotada no texto é do século XIV ou XV — arcaica, portanto, segundo o sábio filólogo Serafim da Silva Neto, no seu "Manual de Filologia Portuguesa", 2ª edição, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1957, p. 290.

CRITÉRIOS DA EDIÇÃO

Antes da invenção do processo fotográfico, tão vulgarizado hoje, com recursos que beiram o o inverossímil, a edição diplomática era mais traba-lho de ourivesaria do que de paleografia, pois não era tarefa fácil a de reproduzir com fidelidade todos os sinais e letras empregados pelos copistas nos códices de antanho.

Hoje, graças aos processos que a tecnologia de reprodução nos propicia, a tarefa nos é sobremaneira facilitada.

É a razão por que, servindo-me de fotografias ampliadas do microfilme produzido pelo Laboratório Fotográfico da Biblioteca Nacional de Lisboa, em 1968, apresento o texto fotografado do original e — este é trabalho pessoal — a leitura do texto, em disposição justalinear, de tal maneira que o leitor possa cotejar e "fiscalizar" a leitura com o texto fotografado.

Todavia, houve necessidade de se adotarem alguns critérios nessa leitura, tais como:

a) desenvolvimento das abreviaturas e dos sinais adotados pelo copista (veja uma tabela desses sinais, com a correspondente significação, à página 91).

b) Escrita dos nomes próprios com letras iniciais maiúsculas, como é de hábito fazê-lo.

c) A enumeração das linhas de cada página, de 5 em 5, para facilitar qualquer localização de vocábulos e de outros fatos que pudessem interessar ao leitor, no texto.

d) A introdução de números no texto, entre

parênteses, a que correspondem notas explicativas ou a citações, especialmente dos textos da Sagrada Escritura.

e) A pontuação e a paragrafação, feitas segundo uma estrutura lógica e sintática que me pareceu razoável, não considerando, todavia a forma adotada como definitiva, embora me pareça a melhor, no momento.

f) A introdução de algum termo esclarecedor, isto com parcimônia, feito entre colchetes, como é de praxe.

g) Não atualização da grafia, para permitir ao leitor o cotejo real com o original, tendo, entretanto, usado o hífen, como partição de vocábulo no final de linha, e o apóstrofo, quando se processa uma sinalefa.

h) A adoção da grafia Jesu Cristo, adotada por J.J. Nunes em "Florilégio da Literatura Arcaica", Imprensa Nacional, Lisboa, 1932 e pelo douto Padre Augusto Magne, na edição do "Boosco Deleitoso", vol. 1, INL, Rio de Janeiro, 1950, muito embora outros editores abalizados tenham adotado Jhesu Cristo ou Jesu Christo.

Além desses critérios, julguei de utilidade, mais do que necessidade, a referência dos textos da Bíblia, trabalho este hercúleo e de paciência beneditina, pois não é tarefa cômoda a de localizar no âmago abissal de centenas de suas páginas — luminosas todas — de citações referidas no texto sem que, no entanto, fosse explicitada a localização.

O que encanta, e causou-me isto verdadeiro prazer intelectual, é o verificar que as citações feitas no texto são coincidentes com o que consta da Bíblia. Por exemplo: "*E por esto diz no liuro de Danjel, VII capitulo. . .*". Realmente é no capítulo VII do livro de Daniel, do Antigo Testamento, que encontramos a citação. E isto dá-se sempre, exceto em raras ocorrências em que há apenas permuta de autoria; por exemplo, na folha 181, o texto diz que "*no Auangelho de Sam Johã, em o segundo capitulo*"; a passagem citada está no Evangelho de S. Mateus, no capítulo XI. Na mesma página se diz "*como diz no Apocalise. . .*". Na verdade a passagem citada está na II Epístola

de S. Paulo a Timóteo. Mas, com raras exceções, as passagens referidas coincidem com o texto da Vulgata, traduzida pelo Padre Matos Soares, Edições Paulinas, 34^a. edição, S. Paulo, 1976, de que me servi para as referências.

Por dever de consciência devo dizer que deixei de referir algumas citações, por serem indefinidas e vagas demais, o que dificultaria demasiadamente sua localização na Bíblia e, sem pejo de dizê-lo, por não ser eu perito — longe disso — em Escriturística. O que fiz, fi-lo com bastante dose de diletantismo, muito mais do que de eruditismo. Mas terá sua valia, nem que fosse como recompensa das horas intermináveis que empreguei, na leitura proveitosa de ricas e numerosas páginas dos Livros Santos, que encerram o sacramento perpétuo da mensagem divina aos homens de todos os tempos.

Isto posto, descerro ao amável leitor a cortina do texto para que se delicie com as vinte páginas do Códice, almejando-lhe que o proveito filológico, bem como o ascético, sejam reais e enriquecedores, secundados pelo agradecimento penhorado que sinto pela honra que me dará, lendo esta modesta contribuição para a ciência filológica, no campo da Literatura Portuguesa Arcaica.

ABREVIATURAS E SINAIS

pro	PRO	out	OUTRA
deus	DEUS	caplo	CAPITOLO
que	QUE	vj	SEXTO
qua	QUA	escrip	ESCRIP
segundo	SEGUNDO	q	QUA
per	PER	delta	DECTA
jesu	JESU	ar	ARTIGO
cristo	CRISTO	nij	QUATRO
os	OS	p	PEDRO
pri, por	PRI, POR	q	QUI
capitolo	CAPITOLO	spu	SPRITU
capitolo	CAPITOLO	mja	MISERICORDIA
ser	SER	mia	MISERICORDIA
gre	GRE	ma	MISERICORDIA
capitolo	CAPITOLO	cligo	CLERIGO
livro	LIVRO	mado	MADEIRO
capitolo	CAPITOLO	tpo	TEMPO
par, pra	PAR, PRA	x	DECIMO
ter	TER	xj	DECIMO PRIMEIRO
gra	GRA	xij	DECIMO SEGUNDO
scri	SCRI	xij	DECIMO TERCEIRO
te	TE	th	TESOURO
quinto	QUINTO	sta	SANTA
tro	TRO	explor	EXEMPLO
con	CON	xvij	DECIMO SEXTO
mente	MENTE		
quarto	QUARTO		

q'o homẽ lee os lixros ou oque ouue em p'rogatõ doutra m
 aneira em boo solaz lbe da assi como leite com que q'esta no cora
 com Como saiba amar e seup adã e como se saiba chegar ael
 E que pense q'nto he de boo e de mesura e de grande misericord
 ia he aq'elles que se dam ael e uiaao pa el E que gram galardõ
 da aaqueles q'o suẽ e p'seuerõ e seu suico E sto lbe da como
 pastor grande e boo. amor dedã q' he no coraõ cõ q'se anche
 muito e se faca mor g'oso e muy grande flo jaõ he aq'lla q'o g'ada
 e amor e of'az esta e staui e forte e dalbe eff'orco e conhocimento
 sobriedade, aq' cousas q' s'om necessarias pa sua saluacõ. Muito
 faz aohomẽ mester de auer esto e aq'ellas cousas q' q' f'azer
 pa auer d'ap'zer adã e pa auer o seu amor e por lbe f'azer suico
 cõ q' lbe p'ra. Ca o n'osso j'migo odia boo nom acusa q' tam
 fortemete ne tam afficada aia pa nos enperençer Como q'
 ndo pode f'azer. q' aquel trabalho q' tomamos ou aquel bem
 q' fazemos sem meolo e sem cor dura e sem p'cedo e sem aten
 pamẽto. por tal q' nom posamos merceer de cobrar aquela
 gloria. que el e os seus compunheiros merceerõ p'der. Ca
 maior p'ugoo he atentacõ em q' nos pom. por o bẽ que
 f'azemos q' nõ aq' nos da pa comer sobeja. Ca esta uea homẽ
 logo e aouta e cubrese e nom se guarda o homẽ dela. Ca por r'ez
 to maior p'cedo he e maior p'ugoo oque nos da por muy
 grande begilia e q' nom oque nos uem por muito dormir

¶ q' se comeca os trinitados q' salã por q'ntas maneiras. leua d'ã
 petar os homẽes. Quiss' doe. vii. capitulos das vii obras da mja

A que se começã os trautados que falã por quantas maneiras leixa Deus
pecar os homeês. Outrossy dos XII capitulos das XII obras da misericordia

Deuedes dellas q de leua peccar o home ppor qto na
 a primeira razõ he apegada e fundada em na al
 teza da deuidade. puiça e sabedoria de de pte
 da he fundada. na dita razõ q he ajusta de de pte
 ra he fundada. em misericordia da multidão de de pte
 aita e postumeia em gloria dos santos
 Oplõ q da primeira fazõ da deunal puiça.

A primeira fazõ he dize q era apegada e fundada
 na deunal puiça e sabedoria de de pte. Este segº
 q diz santo agostinho. de tamanho mal pte como.
 for peccar lucas. Ordenou de q fuisse tanto bem como
 he otiamento do home. Ca o home for ordenado pte
 paia as celas do paraiso q estauo uazias pollo tamen
 to q os anjos ouuerõ por seu peccado. E de tamanho.
 mal tamanho for opeccado do primeiro home. Orden
 oude tanto bem como for aecamaõ e ouimento de ihu
 xpo. Qual uco por saluar a humanal linhage e este
 for o maior milagre q de fez. E por em diz santo grego
 no. Que bem auenturada for aquela culpa do
 primeiro home. q mereceo auer. tal e tamanho pte
 dor e liuidor como for ihu xpo. Onde nom he gra
 de sabedoria. se hui mestre faz boa obra de boa ma
 teia. Graia. he grande sabedoria. se deul marte
 faz boa obra. Graia. he de entender q a sabedoria de de
 ordenou opeccado q he maa cousa. ppor bem dos estolle

[Capítulo I] [Introdução]

- 1 Devedes de ssaber que Deus **leixa** pecar o homẽ por quatro rrazo-
es: a primeira rrazõ he arreygada e fondada em na al-
teza da devjndade, **provjnça** e sabedoria de Deus; a segum-
da he fundada na direita rrazom que he a justiça de Deus; a terçei-
5 ra he ffondada em a misericordia da **multidoẽ** de Deus; a qu-
arta e **postumeira** em a gloria dos santos.

Capítulo II. Da primeira razão da devjnal **provença**.

- A primeira razom he, dixe, que era arreygada e fondada
na devjnal **provença** e sabedoria de Deus. A esto, segundo
10 que diz Santo Agostinho, de tamanho mal asy como
foy pecar Luçafel, ordenou Deus que saisse tanto bem como
he o **criamento** do homẽ. Ca o homẽ foy ordenado per **arre-**
pairar as **celas** do paraisso que estauõ uazias pollo caimen-
to que os angos ouuerõ por seu pecado. E de tamanho
15 mal, **camanho** foy o pecado do primeiro homẽ, orden-
ou Deus tanto bem, como foy a ãcarnaçõ e ouijmento de Jesu
Cristo, o qual ueo por saluar a humanal **linhagẽ**, e este
foy o moor mjlagre que Deus fez. E porem diz Santo Grego-
rio: “Oh! que bem-aumentada foy aquela culpa do
20 primeiro homẽ, que mereçeo auer tal e tamanho **rremj-**
dor e liurador como foy Jesu Cristo”! ⁽¹⁾ Onde nom he grã-
de ssabedoria se huĩ meestre faz boa obra de boa **ma-**
teria, mais he grande sabedoria, se de ujl materia
faz boa obra. Mais he de entender que a sabedoria de Deus
25 ordenou o pecado que ha maa cousa, por bem dos **escolheitos**,

de quatro maneiras. **P**rimeira pagabam sua ganancia e
se todos criaturas q'ham razom fizesem de taes q'noni po
derão pecar. **S**egunda como nom gabom onuido. por ser calado
maiz aquel q' fala muy bem e se calla. **E**ste he de louura
E por em dize sam gregorio. **E**n os mo. **Q**ue q'z
diz. amittura dos angos e arcangos e de todos los outros
angos boos. **M**ais fizesem taes q' se pode sem mudar por
tal q'os q' não q'ssem estar e ser firmes. **C**ausa. **E**os q' q'ssem
estar tanto ouuessem maior meuro e maior gloria quanto
omouimento q'elles podia auer. **R**efrearem e fizessem com
grande estudo de sua uoontade. **S**egundo por acere
tu acenta dos estolheitos. **E**a mais dyna e mais onrida
mente tem o regno elty. q'oguanha por sua uirtude
de forca ou de sabedoria. **E**a nom oq' oguanha por em
hy do pobo. **S**er como mais iustamente guanha o home
oque a por. **E**a nom oque ha p' outre. **O**nde se os santa
fros taes q' não poderão pecar por sua. **E**ntão aueriam o
reyno p'duziul. **M**ais por q' poderão pecar cō aenham
q'os estolheos dā e cō sua uirtude p'pa ajuntados em hui
guanhão iustamente o reyno de dā pelegrando por el
cō diabo. **E** por ende dise ihu xpo no auangelho de
sam joha e os eg. cap. des os dias de sam johan baut
ista aca. **O** reyno de dā soffre forca. **E**os mgos oare
uato. **O**nde osinal do home mgos he q' ha cora. **S**er
como diz no apocalise. **N**em hui nom fu corado s'
aluo aquel q' bē pelegar e contender. **E** por ende pe
lea forte. **E** por q' o home meresta muito bem nō

- 1 de quatro maneiras: a primeira pera **gabar** sua gabança, ca se todas criaturas que ham rrazom fezera Deus taaees que nom poderõ pecar, assy como nom gabom o mudo por seer calado, mais aquel que fala muj bem e se calla, este he de louuar.
- 5 E porem disse Sam Gregorio em os “Moraes”: que Deus fez a natura dos angos e arcanjos e de todollos outros angos **boos**, mais feze-os taaes que se podessem mudar por tal que os que nõ quesesem estar e seer firmes caisem, e os que quesesem estar, tanto ouuesem moor merito e moor gloria, quanto
- 10 o **moujmêto** que elles podiã auer, refreasem e ficasem com grande **estudo** de sua uoontade”. O segundo por acreçẽtar a onra dos escolheitos, ca mais **dina** e mais onradamente tem o **rregno** el rei que o guanha por sua ujtude de forca ou de sabedoria, ca nom o que o guaanha por **em-**
- 15 **liçõ** do poboo. Asy como mais justamente guanha o homẽ o que a por sy, ca nom o que ha per outrẽ. Onde se os santos forõ taaees que nõ poderõ pecar por sua enliçõ aueriam o reyno **perduravjl**. Mais porque poderõ pecar com a enliçom que os escolheo Deus e com sua ujtude propria ajuntados em huĩ,
- 20 guaanharõ justamẽte o rreyno de Deus pelegando por el cõ o diaboo. E **por ende** dise Jesu Cristo no Auangelho de Sam Johã, em o segundo capitulo, “des os dias de Sam Joham Bautista aca o **rreyno** de Deus soffre força e os rrigos o areuatõ”(2). Onde o sinal do homẽ rriço he que ha coroa, assy
- 25 como diz no Apocalise: “Nem huĩ nom sera coroado saluo aquel que **hẽ pelegar e contender**”(3). E por ende peleia forte e por que o homẽ meresca mujto bem nõ

ahy. fimo aquel q pelega z uente os peradoos. E o tteru
 ro pa affirmar au: hude oos estolheita. Ca aomplade de
 lles he guarda z guanhadeta de todallas outzias uirtudes. Il
 sst como mostra sam gregorio e os moxade. Onde. **U**n
 apelega contru os peradoos he dada qos simtos z consent
 ca de por aomplade seia guarda ilst como. **U**n. oapo
 stolls desst meosino du. lo autoridades. **U**n qd por. s ag
 rundeza das reuelacoos non me exalte co uua gloria
 foyme dado oestimolo da carne. **U**n. Pero como q: q el estodi
 sese. **U**n. Non creamos q el pecou mortalmente. **U**n. Qual pa aca
 bar affirmosina dos estolheito seg aas uezes uemos qhe
 puentoso q algua cousa se destrua por q de poia se ffraca z
 mais forte z mais ffrmosa. **U**n. Cusi leira de os justos. **U**n. Cusi
 algua uiez por q de poia se leuante aiais fortes z mais
 ffrmosos. **U**n. Por esto diz no luf de daniel vis qd. qos bem
 e sinados caero e tal q sejam confirmados z estolheitos z
 qbrantados ataa tempo asinado. **U**n. Desta guisa caeo p
 meiramente. santa maria mouidanela z de poia for en
 tendida. de amor z de caridade z estolheita de santidade
 acabada z e braqada de hesprandor de piedade. **U**n.
Un. plo iij di da segunda razõ fonda na religiom.

A segunda cousa dist. q era fundada em ffigidom
 q q dize. **U**n. com direita da justica de de por tal
 razõ. q como de seia justor direito, asua justica
 nom poder: a seer de qatada se peado z uitude nom

- 1 ahy saluo aquel que pelega e uençe os pecados. E o terceiro pera affirmar a uirtude dos escolheitos. Ca a omjldade delles he garda e guanhadeira de todallas outras uirtudes. Assy como mostra Sam Gregorio ã os “Moraes”, onde diz:
- 5 “A pelega contra os pecados he dada aos santos e consente-a Deus por a omjldade seja gardada”. Asy como diz o Apostollo de sy meessmo “Duas Autoridades”, XII capitulo, “por que a grandeza das rreueleções non me exalçe cõ uaa gloria, foy-me dado o estimolo da carne”⁽⁴⁾. **Pero** como quer que el esto disese nom creamos que el pecou mortalmente. [Quarto] O qual, pera acabar, a ffremosura dos escolheitos segundo aas uezes ueemos que he proueitoso que algũa cousa se destrua por que depois se ffaça mais forte e mais fremossa, e asi leixa Deus os justos caer alguã uez porque depois se leuantẽ mais fortes e mais
- 10 fremosos. E por esto diz no liuro de Danjel, VII capitulo, que “os bem ãsijnados caerõ ã tal que sejam confirmados e escolheitos e **quebrantados** ataa tempo asijnado”⁽⁵⁾. E desta **gujsa** caeo primeiramente Santa Maria Moudanela e depois foy **ençendida** de amor e de caridade e escolheita de santidade
- 15 acabada e ãbrãquecida de **rresprandor** de piedade.

Capitolo III. Da segunda rrazõ fondada na rreliuom.

- A segunda cousa, disy, que era fondada em rigidon que quer dizer razom direita da justiça de Deus por tal rrazõ que, como Deus seja justo e direito, a sua justiça
- 25 nom poderia seer decrarada se pecado e uirtude nom

ouiesse em os homees. Ca a justiça ha em sr̃ duas ptes
 a primeira galardoar obem e segunda dar pena ao mal. Esta
 segunda parte da justiça. nom podera ser de da
 rida. se nom ouiesse peccado po e os maus auonda o
 galardom do bẽ. q̃ nom dar pena ao mal. Onde diz
 moyses no dento nomyno. Eu soo dẽ q̃ uigito as mal
 dades dos padree em os filhoes. itaa a terceira seccao
 Em q̃rta. E fago misericordia em multos milha
 res. Seguintes. Mais daquelles que me amam

Capitol iij da terceira razõ da misericordia de dẽ.

A terceira razõ he fundada. na gñde multudom
 da misericordia de dẽ. Ca se hi peccado non ouie
 se. a misericordia de dẽ. nom se podia de q̃rar. nẽ
 q̃u mester por obra. Ca a misericordia he dada de mezdade
 de non pode ser e nehuia manera sem peccado. E seg̃
 q̃ ante da fisica nom se pode de q̃rar p obra. se nõ ou
 uesse hy e fimidade. E a uirtude da mezmha. nom se
 podia de q̃rar. se nom onde ha p̃go de morte. E porẽ
 cousa cõuinhaui he. q̃ onde ha g̃m uirtude q̃ se de q̃rar
 por grandes obras. Onde dẽ he muy louuado em aq̃
 tũas de misericordia. Ca seg̃ diz o pfeta em ossalmo
 a mercador e misericordioso he onoso senhor. E diz
 mais adiante. as obras da sua. misericordia som so
 bre todas as misericordias. e sobre todas as obras. Esta
 misericordia he achada singularmẽte e nouo testamto

- 1 ouesse em os homeës. Ca a justiça ha em sy duas partes:
a primeira, galardóar o bem; a segunda, dar pena **pollo** mal.
E esta segunda parte da justiça nom poderia seer decla-
rada, se nom ouese pecado. Pero ã os mais auonda o
- 5 **galardom** do bẽ que nom dar pena ao mal. Onde diz
Mouses no Denteronomjno: “Eu soo Deus que **uigito** as mal-
dades dos padres em os filhos atta a terceira jeeraçõ
e em quarta. E faço misericordia em muitos mjlha-
res **segentes** mais daquelles que me amam ⁽⁶⁾).
- 10 Capitól IIIJ. Da terceira rrazon da mjsericordia de Deus.

À terceira rrazõ he fondada na grande multidom
da misericordia de Deus. Ca se hi pecado non oue-
se, a misericordia de Deus nom se podia declarar, nẽ
era **mester** por obra. Ca a misericordia he decta de **mezquinda-**

15 **de** non pode seer ã nehũa maneira sem pecado. E ssegundo
que a arte da **fisica** nom se pode declarar per obra sse nõ ou-
uese hy ãfirmidade, e a uirtude da **meezinha** nom se
podia declarar senom onde ha prigoo de morte. E porẽ
cousa **cõujnhauji** he que onde ha gram ujrtude que se declare
por grandes obras. Onde Deus he muj louuado em as scri-
turas de misericordia. Ca, segundo diz o profeta em o ssalmo:

20 “**Amerçeador** e mjsericordiso he o noso Senhor”⁽⁷⁾. E diz
mais adeante: “As obras da sua misericordia som **so-**
bretodalas misericordias e **sobre todalas** obras”⁽⁸⁾. E esta
mjsericordia he achada sengularmente ã o Novo Testamento

em quatro pedras. A primeira é aqlla molher cananea. A segunda
da em santa maria mandallena. A terceira é o publicano danada.
É o ladro q' foy qualificado co' xpo. A quarta é todo contra na este-
ra dos an'gell'os. q' foy tanta a sua misericordia. q' ligou
mente lhe p'dou seuz peccados. Segundo no testamento ue-
lho foy de moysen q' p'menham'nt' é d'auy. A segunda é a co-
l'eteana é nabuca da. a sua s'nta é ter azerbua.

Capitulo v da quarta parte da gloria dos santos.

A quarta parte he fundada na gloria dos santos. Ca-
segundo mostra santo agostinho é o l'ui da cidade de de-
sua. O qual conhece h'ui hom' por ou' d'nde se nun-
ta ou'ese enfimidade nã fia tam manifestam'te. A l'ui da
saude. Dnde se ha nom ou'ese mont' ruina p'zina. O hom-
tanto co' auida. como lhe p'ze. A l'ui por o'om'eto dos pec-
dos m'ifesta a alta uirtude dos santos. D'nde se af' como
os santos fezerõ em esta uida penitencia acabada de seuz
peccados. A l'ui da sua agonia. sobre o auangelho de samu-
eas. q'ndo pensõ a penitencia de santa maria mande-
na. O l'ui me que chorou. Ca f'zõ outra cousa. E esto se
entende da uergonça q' he na penitencia. Ca santa maria
mandallena. nom ou'ue uergonça de chorar e oconuirt-
e m'ente compa' h'ui x'p' e seuz d'istipulos. Dnde se ha
sua no edesustico. no n'ly q'p. q' ha hi uergonça q' trage
ao hom' peccado. A l'ui como aqlla. p'por q' e col'ir o hom-
seu peccado q' affeito. E ou' uergonça q' trage o hom-

Gloria

- 1 em quatro pesoas: a primeira é aquella molher cananea⁽⁹⁾; a ssegunda em Santa Maria Maudallena⁽¹⁰⁾; a terceira é o publicano⁽¹¹⁾; a quarta é o ladrão⁽¹²⁾ que foy crucificado cō Cristo. Ssegundo esto todo conta na **estoria** dos Auangelhos que foy tanta a sua misericordia que **ligeira-**
- 5 **mente** lhe perdoou seus pecados⁽¹³⁾. E ajnda no Testamento Velho foy demostrada primeiramēte ē Dauy⁽¹⁴⁾. A segunda ē Jacob⁽¹⁵⁾. A terceira ē Nabucadanador⁽¹⁶⁾. A quarta ē rei Azechias⁽¹⁷⁾.

Capitollo V. Da quarta rrazō da gloria dos santos.

- .A quarta rrazō he fondada na gloria dos santos. Ca
- 10 segundo mostra Santo Agostinho é o liuro da “Cidade de Deus”, “uū contrairo conhece huū homē por outro onde, se nunca ouuese enfermidade, nō seria tam **manifestamente** alegria nē saude. Onde, se hi nom ouuese morte, nunca praziria ao homē tanto cō a ajuda como lhe paz. E assy; por o tormēto dos pecados,
- 15 **meenfesta-se** alta uirtude dos santos”. Outrossy, asy como os santos fezerō em esta uida penjtença acabada de seus pecados, ssegundo diz Sam Gregorio, sobre o Auangelho de Sam Lucas: “Quando penso é a penjtença de Santa Maria Maudalena mais me conuē chorar ca fazer outra cousa”. E esto sse
- 20 entende da **uergonça** que he na penjtença ca Santa Maria Maudalena nom ouue **uergonça** de chorar é o conujte é mentre comja Jesu Cristo e seus discipulos. Onde diz huū **saibo** no Ecclesiastico, no IIIJ capitulo: “que ha hi uergonça que trage ao homē pecado, asy como aquella por que écobre o homē
- 25 seu pecado que ha ffeito. E a outra uergonça que trage o homem

agloria assi como aqlla por q confessa o home todos seus
peccados por q abondade de uinal moormen se declara em
sua misericordia segundo adoutina do apostollo

Cylo vi do p'mero artigo q cousta he misericordia

Porem estando amadinella ascadamente certadu
da misericordia. som dede q'ar doze artigos das
quaaes. Op'meno he. q cousta he misericordia
Diz q comunalmen qae uptudes som armaduras da alma
segundo adoutina do apostolo. q diz. q assi como o home
q esta desarmado q non pode estar na batalha. Iste. aalma
sem uptudes. non pode crustar o diabo. Essom quarto ma
neira das armas. Das quaaes huia pa cometer. Iste. como
alunca. Sutras outras som pa defender. Iste. como o est
udo. Sutras som pa talhar. Iste. como o corteio. Sutras
som pa nehuia cousta. Iste. como o q sobre sinuaca. que som
pa conhecer. Ou demonstrar aueridade. que he ou auohe
Essi. bem p esta gisa som quatro maneiras de uptudes.
Das quaaes alguas. enclinando aalma pa cobycar ben
assi. como acatidade. Sutras som tam solamente. pa fugir
aomal. Iste. como apenitencia. Sutras pa amar de couf
as. Iste. como a iustica. q se q alua part' he cousta q pua
omal. Seg' aoutra he galardoa do bem. Sutras nem
aahua ne aoutra part' Iste. como afe e acientia q non
som por respeito do bem. Sutras som por respeito de uer
dade. Segundo esto. som quatro maneiras de leis

- 1 a gloria⁽¹⁸⁾ assy como aquela por que confessa o homẽ todos seus pecados, porque a bondade deuinal moormente sse declara em sua misericordia, segundo a doutrina do Apostollo⁽¹⁹⁾.

Capitolo VJ. Do primeiro artigo — que cousa he mjsericordia.

- 5 Porem, estando a Madanella aficadamente çercada da misericordia, ssom de decrarar doze artigos, dos quases o primeiro he que coussa he misericordia. E diz que cõmunalmente que as uirtudes som armaduras da alma, segundo a doutrina do Apostolo, que diz que “assy como o homẽ
- 10 que esta desarmado que nom pode estar na batalha, asy a alma sem uirtudes non pode contristar o diaboo. E ssom quatro maneiras d’armas das quaaes hũas pera cometer, asy como a lança. Outrossy outras som pera defender, asy como o escudo. Outras som pera talhar, asy como o coijtelo. Outras
- 15 som pera nehũa cousa, asy como os sobre sinaaes, que som pera conhecer ou demostrar a uerdade quẽ he ou cujo he. E assy bem per esta gisa ssom quatro maneiras de uirtudes das quaaes algũas enclinando a alma pera cobijça e ben assy como a caridade. Outras som tam solamente pera fugir
- 20 ao mal, assy como a penjtẽcia. Outras pera amar as cousas, asy como a justiça que, segundo a hũa parte he cousa que priua o mal; segundo a outra, he galardoar do bem. Outras nem aa hũa nẽ aa outra parte. Asy como a ffe e a çiençia que non som por respeito do bem, mais som por respeito de uer-
- 25 dade. E ssegundo esto som quatro maneiras de leis

deuinaaes. **I**sr como parece em muitas maneiras e acp
tup. **I**lguaq manda o bem. **O**utras deffende o mal. **O**utras
q nen hui nem out. **O**uas demonstra uerdade. **I**sr como em
de leis humanaes se acha segurada. **I**lmsicordia he uir
tude q nom he do bem. **E**por ende segundo q diz s^{to} agostinho.
sobre o uangelho de san joã 2 diz. **A**ss. q n
do alguu em trespete 2 uirtuosamente do seu ppio mal
estonce he penitencia. **O**uas qndo do mal doutrẽ estõ
ce he misericordia. **E**por ende he dta misericordia de co
paco. **D**a qual diz san lucas em os amurano que se do
ia do chagado. moueu se p misericordia.

Oplo vii quantas maneiras som de misericordia.



Segundo ar he qntas som as maneiras da mis-
icordia. **O**nde diz segundo adoutina de santo de on
lo. q som. m. maneiras dos bees corporaes q som diti
ne s^{to} racionais. **O**utras q som da alma. entaleituales ou
tras q som dos angos sobre naturaes. **O**utras q som bees
deuinaaes. **E**segundo esto se destinge. quatro maneiras
de males. **E**ass. som quatro maneiras de misericordia. a
terca dos males. **D**os quaaes o pmeiro he dos males
corporaes qndo nos doemoz dos males corporaes.
do mal q uee ao p^oximo 2 das suas afficoes. **I**sr como
ouue misericordia affilha. de farao de mousee. que
andaua em omar em na arca. em q for deitado qndo
naceo. **E**a segunda he dos males fucionaaes qndo auem

- 1 deujnaaes, assy como parece em muitas maneiras ã a Escrip-
tura. Algũas manda o bem, outras deffende o mal, outras
que nenhuu nem outro, mais demostra uerdade. Asy como em
as leis humanaes⁽²⁰⁾ se acha segurada a mjsericordia he ujr-
5 tude que nom he do bem. E **por ende**, segundo que diz Ssanto
Agostinho sobre o Auangelho de Sam Johã e diz assy: “Quan-
do alguũ emtreteçe o uirtoossamente do seu propio mall
estonçe ha penjtença. Mais quando do mal doutrẽ, estõ-
çe he mjsericordia”. E **por ende** he decta mjsericordia de co-
10 raçõ, da qual diz Sam Lucas em o ssamaritano que se do-
ia do chagado, moueu-sse per mjsericordia⁽²¹⁾.

Capítulo VII. Quantas maneiras som de mjsericordia.

- O ssegundo artigo he quantas som as maneiras da misericor-
dia. Onde diz, segundo a doutrina de Santo Deonj-
15 sio, “que som quatro maneiras dos bees corporaes que som da car-
ne rracijonaaes, outros que sòm da alma **entaleituaes**, outros que som beẽs
tros que som dos angos sobre naturaes, outros que som beẽs
deujnaaes”. E ssegundo esto se destingue quatro maneras
de males; e assy som quatro maneiras de mjsericordia a-
20 çerca dos malles, dos quaaes o primeiro he dos males
corporaaes quando nos doemos dos males corpoaaes;
do mal que uẽe ao proximo e das suas affriçoẽs. Assy como
ouue mjsericordia a ffilha de farao de Mouses⁽²²⁾, que
andaua em o mar em na arca em que foy deitado quando
25 naçeo. E a segunda he dos males raçionaaes, quando auemos

no joz pessa dos maaes das alme qndo som emcyadas p
malicias de peccados qz quaaes ihu xpo premio por o seu pre
cioso sangz jssy como sedes de piedade de sam ffigantisto e em
esta maneira ouue misericordia ihu xpo a sam p. qndo o o
lhou segundo se lee e o auangelho de sam lucas jltretera
maneira dos malles enteleitoaueq he qndo auemos tust
eza dos malles dos angos q pdero grandes beas jssy co
mo ysaias pffeta ouue gram tusteza qndo pdeo uyo
q os angos da paz chorauo amargosimete por q aqles
cuas guardas eram. Gram condemnados e nom auia
agloria do paraiso pa q foro cuados jiquarta mane
ira dos malles sobre naturaes. he qndo nos doemos
Da pauxom De ihu xpo ✕

Caplo viii quantaes son as outras obras da misericordia

Otreiteno ar he qntas son as outras obras da misericor
dia corporaues. Dizemos q som sete. das quaaes
he apmerna. faturar os famyntos jsssegunda dar de
beuer aos q am sede jltretera albergar os q om mester
pousada jiquarta dar de uisita aos nuus jqnta uisitar os
enfemos jssesta suar aos emcarcerados jssetima soterrar
os mortos. Das seie pnceiras fala sam mateus no au
angelho xrb q q sam ppostas e de mandadas por deus
no dia do juizo. Da setema q he soterrar os mortos a
uema no liuro de tobias. Dqual grabado espicial
mente de todas estas obras de misericordia Onde

- 1 **nojo** e pessar dos maales das almas, quando som em çujadas por
malícias de pecados, as quaaes Jesu Cristo rremijo por o seu pre-
çioso sangue. Asy como se diz da piedade de Sam Ffrançaico e em
esta maneira ouue misericordia Jesu Cristo a Sam Pedro, quando o o-
5 lhou, segundo se lee ē o Auangelho de Som Lucas⁽²³⁾. A terceira
maneira dos malles **enteleitoaaes** he quando auemos trist-
eza dos malles dos angos que perderō grandes bees. Assy co-
mo Ysayas proffeta ouue gram tristeza quando perdeo tres, o
que os angos da paz chorauō amargosamēte porque aqueles
10 cujas gardas eram, eram condanados e nom aujã
a gloria do paraíso pera que forō criados. A quarta mane-
ira dos malles sobre naturaas he quando nos doemos
da paixom de Jesu Cristo.

Capitolo VIIIJ. Quantas son as outras obras da mjsericordia.

- 15 O terceiro artigo he quantas som as outras obras da misericor-
dia corporraaes. E dizemos que som sete, das quaaes
he a primeira: fatar os famijntos; a segunda: dar de
beuer aos que am sede; a terceira: **albergar** os que om mester
pousada; a quarta: dar de ujustir aos nuus; a quinta: ujsitar os
20 enfermos; a sesta: seruigr aos emcarçerados; a setima: soterrar
os mortos. Das seis primeiras fala Sam Mateus no Au-
angelho, XXV capitolo⁽²⁴⁾, que seram propostas e demandadas por Deus
no dia do juzo. Da seitema, que he soterar os mortos, a
uemos no liuro de Tobias⁽²⁵⁾, o qual gabado espiçial-
25 mente de todas estas obras de misericordia, onde

asseu filho misericórdia lhe leuou no seu testamento. dizendo
 ser misericordioso em quanto poder. Estas obras de misericó-
 dia. são segundas em o gene. Por os sete anos q' são la-
 cob por sua mulher lia. A qual he figura dauid. autua z
 sem estas sete obras de misericórdia. se aprie. Dizemoz q' e-
 sta uida autua tem os olhos languinhos. Assim como tñh
 a lia pollo poe das cousas trefeas.

Capitolo ix qñtas sñm as obras da misericórdia espirituas

Quarto ar he qñtas sñm as obras da misericórdia spū-
 ales. Dizemoz q' sete sñprimeira he ensinar. os q' nō
 sabē nada. cerca as cousas de de. Segunda he assellu-
 os q' am mester asselho sñteceira he mostrar z guiar os q' des-
 uiam da carreira de de. A quarta he castigar os q' peccam sñnta
 he cōsollar os tñtes. A sexta he cōsollar os temerosos. A sete-
 ma he efforçar os que sñm depeço z sñtaco coraçō. Assim co-
 mo fez amadre dos manreboz. Estas obras de mis-
 for job acabado. Por em Diz. misericórdia z as suas
 obras creceō com mgo dez amilha menente. Estas
 obras sñla o apostofo e multas maneiras espirituas abnente do
 tesbloatentes qñto q' Estas obras de misericórdia fo-
 ro segundas por os vii anos. q' sñuio iacob por sua molli-
 tudal aqual for seguri dauid cōtempatiua por q' era
 sñmofa. Assim como assñcia das cousas de de. Ca e estas
 sete obras de misericórdia. Esta toda auid. com
 tempatiua.

- 1 a sseu filho misericórdia lhe leixou no seu testamento, dizendo:
“ssey misericordioso emquanto poderes”⁽²⁶⁾. E estas obras de misericórdia forõ seguradas em o Genesy por os sete anos que serujo Jacob por sua molher Lia⁽²⁷⁾, o qual he segura da uida autiua.
- 5 E em estas sete obras de misericórdia se **conpre** e dizemos que ã esta uida autiua teem os olhos **langanhossos**, assy como tinha Lia pollo poo das cousas terreaes.

Capítulo IX. Quantas son as obras da misericórdia escriptoas.

- O quarto artigo he quantas som as obras da misericórdia spirituaes. E dizemos que sete: a primeira he ensinar os que nõ sabẽ nada çerca as cousas de Deus; a segunda he conselhar os que am mester conselho; a terceira he mostrar e guiar os que des-ujam da carreira de Deus; a quarta he castigar os que pecam; a quinta he cõsollar os tristes; a sesta he cõsollar os temerosos; a setema he esforçar os que som de pequeno e ffraco coração, assy como fez a madre dos **mançebos**⁽²⁸⁾. E destas obras de misericórdia foy Job acabado e porem diz: “a misericórdia e as suas obras creçerõ com migo **des** a minha manençe”⁽²⁹⁾. E destas obras fala o Apostolo ã mujtas maneiras espiccialmente ad
- 20 Tesolocitentes, quinto capitulo⁽³⁰⁾. E destas obras de misericórdia forõ seguradas por os VIJ anos que serujo Jacob por sua molher Rachel⁽³¹⁾ a qual foy **segura** da uida **cõtenperatiua** porque era fremosa, asy como a sçiência das cousas de Deus. Ca em estas ssete obras de misericórdia esta toda a uida com-
- 25 tenperatiua.

Cplo x de camanha he amiscordia de noso senhor de ne;

Quinto as he de camanha he amiscordia de dā. **E**re
zemos q he sem conto illy como asabedoria de dā. **C**i
segundo dyz santo agostinho. ē olui da cidade de dā
todallas cousas q som em dā. som iuguaes. **M**ais he de
entender. q som em quatro maneiras. **P**rimo q algũa
cousa seer sem conto. segundo q ahy quatro maneiras
de cantidade ahyia he entensua. segundo como di
zemos. este digo he mayor q aqul. **E**segundo esto
so dā he sem conto. ahy outra cantidade. q dizem en
tensua segundo dizemos hui maior he maior q outro
Essol q he mayor q alua. **E**segundo esto hui
ceco he mais alto q os outros. em qnto he anos sem
conto. ppor q he muy grande. ahy outra cantidade
segundo amultidom. segundo aqual dizemos. q ha
hy mais angos q homēes. **E**segundo esta qntidade
as estrelas som sem conto. qnto anos. **M**ais ahy
outra cantidade. q he alongamēto de tempo illy co
mo dizemos. q oano he moor q omees. **E**segundo e
sto os angos 2 as almas som sem conto 2 nom podē mo
rer 2 som p durar 2 amiscordia de dā. **E**ntende de q
he ensnada intēsiue. ē qual qz pecado mortal. **E**a
operado he en sy enfyndo 2 maao ppor q qnto maior
he apesda q precebe aenjuia por operado. **S**eguesse
qo pecado ē sy sega enfyndo. **S**segundo he infina
ta intēsiue. **E**a se todolos pecadores q som ifinda

1 Capítulo X. De camanha he a mjsericordia de Noso Senhor Deus.

O quinto artigo he de **camanha** he a misericordia de Deus. E dezemos que he sem **conto**, asy como a sabedoria de Deus. Ca, segudo diz Santo Agostinho, e o liuro da “Çidade de Deus”:

5 “**Todallas** cousas que som em Deus som juguaaes”. Mais he de entender que som em quatro maneiras. Dizemos algũa

cousa seer sem conto, segundo que ahy quatro maneiras de cantidade: a hũa he **entensiua**, segundo como dizemos: este clerigo he mayor que aquel; e ssegundo esto

10 soo Deus he sem conto. Ahy outra cantidade que dizem **entẽsiua**, segundo dizemos: hũu madeiro he maior que outro, e o ssol que he mayor que a lua. E ssegundo esto hũu çeeo he mais alto que os outros, em quanto he anos sem conto, porque he muj grande. Ahy outra cantidade

15 segundo a multidom, segundo a qual dizemos que ha hy mais angos que homẽes. E ssegundo esta quantidade as estrelas ssom sem conto quanto a nos. Mais ahy outra cantidade que he alongamẽto de tempo. Assy como dizemos que o ano he moor que o mes. E ssegundo e-

20 sto os angos e as almas som sem conto e nom podẽ morrer e som perdurauijs. E a mjsericordia de Deus entendede que he ensinada **jntẽsiue** em qualquer pecado mortal. Ca o pecado he en sy enfiando e maa, porque quanto maior he a pesoa que rreçebe a enjuria por o pecado, ssegue-sse

25 que o pecado e sy sega enfiando. O ssegundo he jnfinita **jntensiue**. Ca sse **todos** pecadores que som infjndos

fossem ajuntados em hui tam ligeiramente auerua de mercede de l'ee
fazendo penitencia como d'hiu s'o. E o terceiro he ensendo amia
de de q'nto he a multidom. Ca se em hui om'e meefino fosse a
juntados todos os peccados. de todos os outros hom'es. E do sp'it
mal'nos se se tomase ad' a alma del mercede e piedade. Quanto e
feyto segundo plangimento de t'po. Ca posto q' os diabolos ffo
sem taes q' non ouiesem comeco e des ocomeco peccassem. E ag
ora se repreendesem auerua amia de de. E por ende por q'
era tanta e tam grande amia de de. D'ia offerta. s'enho:
de aue mercede de mi'. Segundo atua grande mi'. E segundo
a multidom das obras della. destruy as minhas maldades.
Oplo xj q' tam boa e tan benyna he a misericordia de de

Deste ar' he q' tam boa e tan benyna. he a misericordia
de de. E dezemos amia. q' abundade e aaltera da
sua mi'. se de q'nto e n'f maneyra e l'p'mena por q'
lensa q' tade grande deuida por peq'na pena. Onde deue
des saber q' onosso s'enho de p'por grande deuida de peccado m
ortal por oqual deue auer o hom'e pene p'du'ual s'f'f' como
dis'e no auangelho. Tu ao hom'e pena corporal em este m
undo. Tu no purgatorio. aqual nom he nada a p'f'p'ito
da pena do Inferno. E he muyto menos q' h'ia pouca da
u'gua. a p'f'p'ito de toda a auga do mar. E s'f'f' l'ensa onosso
s'enho grande deuida de peccado muy de grado. Ca maior
he a obligac'o da culpa q' da pena. E por ess'o dis'e no auan
gelho. de sam mateus. q' h'ui s'enho oune mercede de h'ui

- 1 ffossem ajuntados em hũu, tam ligeiramente aueria Deus merçee delos
fazendo penitência como dhũu soo. E o terceiro he enfindo. A misericordia
de Deus quanto he aa multidom ca se em hũu omẽ meesmo fosem a-
juntados todollos pecados de todollos outros homẽes e dos spiritos
5 malinos, se se tornasse a Deus auiria del merçee e piedade. O quarto ẽ-
fenjto, segundo perlongamento de tempo, ca posto que os diaboos ffo-
sem taaes que non ouuesem começo e des o começo pecaçem, e ag-
ora se rreprendesem, aueriam a mjsericordia de Deus. E **porende** porque
era tanta e tam grande a mjsericordia de Deus, dizia o proffeta: “Ssenhor
10 Deus, aue merçee de mĩ, segundo a tua grande mjsericordia e ssegundo
a multidom das obras della destruj as mjinhas maldades”⁽³²⁾.

Capitolo XI. Que tam boa benjna he a mjsericordia de Deus.

- O ssesto artigo he que tam boa e tam **benina** he a misericordia
de Deus. E dezemos ajnda que a bondade e a **alteza** da
15 sua mjsericordia se decrara ẽ quatro maneiras: a primeira porque
leixa e queta Deus grande deujda por pequena pena. Onde deue-
des saber que o Noso SShenhor Deus por grande deujda de pecado m-
ortal por o qual deue aaueer o homẽ pene perduraujl, assy como
dise no Auangelho⁽³³⁾ da ao homẽ pena corporal em este m-
20 undo ou no purgatorio a qual nom he nada a rrespeito
da pena do inferno. E he mujto menos que hũa pouca d’a-
ugua a rrespeito de toda a **auga** do mar. E assy leixa o Nosso
Sshenhor grande deueda de pecado muj de grado. Ca mayor
he a obrigaçõ da culpa que da pena. E por esso dise no Auan-
25 gelho de Sam Mateus que hũu ssenhor ouue merçee de hũu

seu q'he de uia tres mil marcos 2 q'tou ael 2 ardu sua deuuda
 cossegundo se de q'ra m' grande deuuda leira por peisno no
 go 2 de boamente Ca ell meesmo comuda .ao. pecadore com
 opdom Dizendo no auangelho .pidide 2 recebere dea Ot
 teio se de clara .q'nom tanssolament leira de grande deuuda
 q'ndo amerce do peccador mais ainda dalhe grm pdom .qn
 dolhe da asua agraca 2 esta graca he fora q'deue o nome muto
 desegai Mais q' todallas outras cousas Enom tam solly
 mente lhe da todo esto Mais dalhe todo seu Reino Ot
 teio dalhe ass meesmo E por esto Disse o apostollo .
 de paudre todallas cousas anoz deu q'ndo nos deu ofeu
 fillo Quarto se de q'ra q'nom tam sollamett leira ade
 uida 2 danos doos .mais ainda seudano meesmo tem e pou
 to Ca muy grande dano he amorte uyl 2 desonrada iquill
 el por nos q's dar a seu fillo ppor e toda grsa auer mercee
 de nos E por tanto disse Si postollo a seu fillo ppio
 nom p'dou de E por q' amiscordia de ds he tam beny
 na 2 tam boa Diz opffera no salmo .ffazi benynamé
 te at aa misericordia senhor

Eplô xij como se pode guanhax amiscordia de ds

Quinto .ij. he como se pode guanhax ania de ds
 Dezemos q' de quatro gissas s'primeira por ma
 heua de mercee i'ssr como sedamos todas nosos b'as
 amos dos simas os pobres E por esto disse ihu x
 no auangelho de sim matheus be auenturados

- 1 sseruo que lhe deuja tres mil **marcos** e **quetou** a el e a toda sua deuida
(³⁴). E o segundo se decrara mujta grande deuida leixa por pequeno **rro-**
go e de boamente, ca ell meesmo conuida aos pecadores com
o perdom, dizendo no Auangelho; “Pidide e rreçeberedes”(³⁵). O ter-
5 ceiro se declara que nom tan ssolamente leixa Deus grande deujsa
quando a **merçee** do pecador, mais ajnda da-lhe gram perdom quan-
do lhe da a sua agraça e esta graça he joya que deue o homẽ mujto
desejar mais que todallas outras cousas. E nom tal solla-
mente lhe da todo esto, mais da-lhe todo seu reyno. O ter-
10 ceiro da-lhe assy meesmo). E por esto disse o Apostollo:
“Deus Paadre todallas cousas a nös deu quando nos deu o seu
Filho”. O quarto se decrara que nom tam sollamente leixa a de-
ujda e da-nos does, mais ajnda seu dano mesmo tem ã pou-
co. Ca muy grande dano he a morte ujl e dessionrada, a qual
15 el por nos quis dar a seu Filho. Porẽ toda gisa auer merçee
de nós. E portanto dise o Apostollo”: A sseu Filho propio
nom perdoou Deus”. E porque a misericordia de Deus he tam benj-
na e tam boa, diz o proffeta no salmo: “Ffazi benjnamẽ-
te a tua mjsericordia, Senhor”

- 20 Capitulo XII. Como se pode guanhar a mjsericordia de Deus

O setimo artigo he como se pode guanhar a mysericordia de Deus.
E dezemos que de quatro gissas: a primeira por ma-
neira de merçee, assy como fe damos todos nosos bẽes
a nossos irmaaos os pobres. E por esto disse Jesu Cristo
25 no Auangelho de Sam Mateus: “Bẽauenturados

som os misericordiosos. Ca misericórdia auejá. Este
 for o conselho q deu daniel anobura danasda. Contra o
 qual for dada sentença por d. Dizendo Nimm teus pe-
 cados por esmollue 2 tuas maldades em misericórdia dos po-
 bres. Segundo se pode guaañar por maneiua de p-
 domiss. como se pdoamos aos homees q fzerom al-
 guu peccado cõtra nos. E por em dizemos na oracom
 do pater noster. pdoamos as nosas diuedas. Jssy co-
 mo os nos pdoamos a nosos deuedores. Edisse d. no
 auangelho. se pdoades aos homees. pdoauos hu uoso
 pudre uosso peccados. E por esto disse no auangelho
 de sam mateus q nos que aauer mercee de nosos suos
 Jssy como d. ha mercee de nos. Tercero se pode gua-
 añar cõ uerdadena contricõ. que nos doamos dos
 peccados 2 q os cõfessomos. ffazendo uerdadeno emen-
 da 2 penitencia. E por d. d. p opffeta ezechiel e
 qual q ora qd peccador gema seu peccado su. Jssy
 Ed. ainda opffeta q d. nom menos preza o cora-
 cõ qtr. ito 2 humildoso. Quarto se pode guaañar
 pmaneira de offerenda 2 doracõ e os sacrificios da
 noua ley muito mais q aqilles q era na uelha ley.
 Em os qãce dour maneira purgaua o home os pe-
 cados. segundo q diz o apostolo e apostola adebreos.
 E por disse daniel q no aua e seu tpo sacrificio p
 q podessem guaañar misericórdia de d. D. aia
 auanna de guaañar por contricõ de co-
 racion.

- 1 som os misericordiosos, ca misericórdia auerã⁽³⁶⁾. E este foy o conselho que deu Daniel a Nobucadanassor contra o qual foy dada sentença por Deus, dizendo: "Rijmij teus pecados por esmollas e tuas maldades em misericórdia dos pobres"⁽³⁷⁾. O ssegundo se pode guanhar por maneira de perdom, assy como se perdoarmos aos homees que fizeram alguí pecado cõtra nos. E porem dizemos na oraçom do pater noster: "Perdoa a nos as nossas diuedas, assy como os nos perdoamos a nossos deuedores"⁽³⁸⁾. E disse Deus no
- 10 Auangelho: "Se perdoardes aos homẽs, perdoar-vos-ha uoso Padre uossos pecados"⁽³⁹⁾. E por esto dise no Auangelho de Sam Mateus que nos conuẽ aauer merçee de nosos seruos assy como Deus ha merçee de nos"⁽⁴⁰⁾. O terceiro se pode guanhar cõ uerdadeira contriçõ que nos doamos dos
- 15 pecados e que os cõffesemos ffazendo uerdadeiro emenda e penitência. E porẽ diz Deus per o proffeta Ezechiel: "Ë qualquer ora que o pecador gemer seu pecado sera ssaluo"⁽⁴¹⁾. E diz ajnda o proffeta que "Deus nom menospreza o coracõ contrito e humjldoso"⁽⁴²⁾. O quarto se pode guaanhar
- 20 per maneira de offerenda e d'oracõ ã os sacrificios da noua ley muito mais que aquelles que era na uelha ley, em os quaes doutra maneira purgaua o homẽ os pecados, segundo que diz o Apostolo ã a pistola ad ebreos⁽⁴³⁾. E porẽ dise Danjel que nõ auja ã seu tempo sacrificiõ per
- 25 que podessem guaanhar a misericórdia de Deus, mais auian-na de guaanhar por comtricom de cõracom⁽⁹⁾.

Caplo xiiij de como se pode pder amiscordia de dā.

Ortauo. ar. he como se pode pder amiscordia de dā. Dizemos q por quatro maneiras. A primeira he por maneira de maa xpstaridade e de nom fazer penitencia. Ca ocoiaçō q nō faz penitencia. nom faz tesouro da misericordia de dā. Mais faz tñ. da sua rra segun do diz oapostollo. E por esto pdeo lucifer amia de dā. Ca nunca quis fazer peendēcia. E por esto lucifer. e os seus som chamados uassos da rra de dā. Assim como os anjos boos. som dā uassos de misericordia de dā. Se gundo se pde por maneira de dureza e de nom qrer ue idaderamente. Ca supo sem mīa auerā aquelles. q nom fezerē mīa. E por esto disse opffeta no salmo. dā nom auerā mercee atodos aqlles q obrā mal. E de sta gressa pdeo amia de dā pharao. Terceno se pde pmanera de eusia e de spoqssia. Ca nom pde sseer qaqueles q huā uez fore alomeados e gostare abondi de da palaua de dā e as uirtudes do outro mundo e canom ē pecado q seia renouados outra uez. saluo p apenitēcia. Assim como disse oapostolo adē breos. G. q. e esto he ueidade. saluo pmanera de mīlagre. Assim como for sam pedro ē aparrō de ihū xpo. Quanto pdesse. pmanera de nom se qrer ohoimē apreprender ē affim da sua uida. E esto he pecado Contra o spū santo. So qual disse no sō sñhor ihū xpo no auu gelho de san mateus. qnō se pdauido em este mudo

1 Capítulo XIII. De como se pode perder a misericórdia de Deus.

- O oytavo artigo he como se pode perder a misericórdia de Deus. Dizemos que por quatro maneiras: a primeira he por maneira de maa cristayndade e de nom ffazer
- 5 penitência, ca o coração que nõ faz penitência nom faz tesouro da misericórdia de Deus, mais faz thesouro da sua yra, segundo diz o Apostollo. E por esto perdeo Luciffel a misericórdia de Deus, ca nunca qujs fazer **peendêça**. E por esto Luçifer e os seus som chamados **uassos** da yra de Deus. Assy como os
- 10 angos boos som dectos **uassos** de misericórdia de Deus. O segundo se perde por maneira de dureza e de nom creer uerdadeiramente, ca juizo sem misericórdia auerã aquelles que nom fezerẽ misericórdia. E por esto disse o proffeta no salmo: “Deus nom auerra merçee a todos aquelles que obrã mal”⁽¹⁾. E de-
- 15 sta gissa perdeo a misericórdia de Deus pharaao⁽⁴⁴⁾. O terceiro se perde per maneira de **erisia** e de **jpoquessia**, ca nom pode seer que aqueles que hũa uez forẽ **alomeados** e gostarẽ a bondade da palaura de Deus e as uirtudes do outro mundo e cairom ã pecado que sejã rrenouados outra uez, saluo per
- 20 a penjtência, assy como dise o Apostolo ad ebreos, VI capitolo⁽⁴⁵⁾, e esto he uerdade saluo per maneira de **mjlagre**. Assy como foy Sam Pedro ã a **payxõ** de Jesu Cristo. O quarto perde-sse per maneira de nom se querer o homẽ arreprender ã a **ffim** da **ssua** **ujda**. E esto he pecado contra o Spirito
- 25 Santo, do qual disse Nosso Senhor Jesu Cristo no Auãgelho de Sam Mateus que nõ sera perdoado em este mudo

niem no outro oque peem no spū santo 2 p esta gisa pde amfa
de de as alinae dañice q more e pecado mortal. Dos qaes o sta
pfeta ue asi adize em psta feda. Non auerit ia mandell
ee mia aiaie oluiduer stupor. co qnde oluidan ca.

Caplo xiiij de como se deia fazei misericordia

Ohomo as he de como se deue fazei mia. Primeiro
qiro circosstanciae som faladas e aescritura segun
do as qaes se deue fazei mia. Item he q a faza ho
mem de sua uontade 2 sem necessidade. Ca por oq homem
fazei o frugudamete nom merete gualardo. E por en
de. sam paulo. q a esmola se nom deu fazei co tsta ou
por necessidade. Ca oq odu de grado mostu q aia deue
segundo se deue fazei alegremete 2 sem cordado. Ca
as obiaes de caridade sam desir delectosae 2 de gnde prizer
E por ende dise sam paulo. q ohome deue auer mia. co
alegrua 2 dar co cunplea. Terceiro se deue fazei amia
ligeuamete 2 sem tardancia. Ca oq se faze amida parece ser
ffito de uoatade. E por tal como este merete ohome ga
lardo. E por dise fillamio e os pnbios falando du esmol
a. q a quel q pode dar por amor de de oque lhe pede. Non
deue fazei dper uante. Quanto deue deffazer mia liber
alment. 2 dar por ofeu de todo aqlo q lha sobeia do que
am mester pa sr. E por esto dise nro senhor ihu xpo
e auangelho de sam lucas. Daz de p esmola todo q
nto uos sobega. E sperdees limpos de todo. E todus estu

1 nem no outro o que peca no Spirito Santo e per esta gisa perdẽ a misericordia
de Deus as almas daquellẽs que morẽ ã peccado mortal. Dos quaes o santo
profeta uẽ asi dizer em pesoa de Deus: "Nom auerei iamais d'ell-
es misericordia, mais olujdarey seus coraçoẽes cõ grande **olujdança**"

5 Capitulo XIII [I]. De como se deue fazer a misericordia.

 O nono artigo he de como se deue fazer misericordia. Dizemos
que quatro circostançias som faladas ã a escriptura segun-
do as quaes se deue fazer misericordia: a primeira he que a faça ho-
mem de sua uontade e sem neçesidade. Ca por o que homem

10 fazer constrangudañete nom mereçe gualardõ. E porem
diz Sam Paulo que a esmola se nom deue fazer cõ tristeza ou
por neçesidade⁽⁴⁶⁾. Ca o que o da **de grado** mostra que ama Deus.
O ssegundo se deue fazer alegremẽte e sem coidado, ca
as obras de caridade sam de sy deleitosas e de grande prazer.

15 E por ende dise Sam Paulo que o homẽ deue auer misericordia cõ
alegria e dar cõ **cimpleza**⁽⁴⁷⁾. O terceiro se deue fazer a misericordia
ligeiramẽte e sem **tardança**. Ca o que se faz ainda parece seer
ffeito de uoõtade. E por tal como este mereçe o homẽ ga-
lardõ. E porẽ dise Sallamõ ã os Proverbios, falando da esmol-

20 a: "Que aquel que pode dar por amor de Deus o que lhe pedẽ, nom
deue **fazer**⁽⁴⁸⁾ dizer: uai-te"⁽⁴⁹⁾. O quinto deue de ffazer misericordia liber-
almente e dar por o seu Deus todo aquelo que lhes **sobeia**, do que
am mester pera sy. E por esto dise Noso Senhor Jesu Cristo
ẽ o Auangelho de Sam Lucas: "Dade por esmola todo qua-
25 nto uos **ssobega** e sseeredes linpos de todo"⁽⁵⁰⁾. E todas estas

fforçançae deue auer na misericordia Com toda bõa e stã
entença sse nom em outra gĩa nom affaça

Oplo 18 que som aqilleq. aque deue fazer misericordia

O Segno af he que som aquelles. aq deue de fazer
nia E deuenos q ha hr quatro estados. q a deue
Peteber e outros nom Opprimeno he dos q mo
nom no santo payaiso fletos nom deue o home misicor
dia ppriamente Ca nom ham enss ne hua mengua
segundo diz no apocalisse Segundo estado he dos q
estam e esta uida Ca a estes he pzo daue misericordia
aiaie aos q som ficos xpsaas Ca a outros nem hua
he ia muito mais. aos q esta e graca de ds Por esto
dise sam paullo. ffacamos bem a todos Em o memento
q som de nossa fe Steceno estado he da q lles q estam
em purgatorio Ca estes deuenos fazer misericordia
Ca esta e meqndade e pode ser ajudados denos E de sto
auemos ex plo e oluzo dos matabeuos de iudae Esta
mia he fforçida tanto q nto he moor o mestre da q lles
por que ofazemos Quarto estado he da q lles q moro
no inferno e destes nom deuenos daue merice Ca
som uasos da ira de da segundo q diz no apotalisse
Ca estes no som assinaados da leteri tau

Oplo vi q couise som aqllae. de q deuenos fazer misericordia

- 1 circoslanças deue auer na mifericordia com toda boa e santa
enteenço, sse nom em outra gissa nom a ffaça.

Capitulo XV. Quẽ son aquelles a que deuẽ fazer a misericordia.

- 5 O **dezeno** artigo he quẽ som aquelles a que deuẽ de ffazer
misericordia. E dezemos que ha hy quatro **estados** que a deuẽ
rom no santo paraiso; nestes nom deue o homẽ mifericor-
dia propriamente ca nom ham em ssy nẽ hũa **mengua**,
segundo diz no Apocalisse. O ssegundo estado he dos que
10 estam ẽ esta uida, ca a estes he rrazõ d'auer mifericordia
mais aos que som fiees cristaaos. Ca a outros nem hũus
he ia mujto mais aos que estã ẽ graça de Deus. E por esto
dise Sam Paulo: "Ffacamos bem a todos e moormente aos
que som de nossa fe". O terceiro estado he daquelles que estam
15 em purgatorio, e a estes deuemos fazer misericordia
ca estã ẽ mezquendade e podẽ seer ajudados de nos e desto
auemos exemplo ẽ o liuro dos Macabeuõs de Judas⁽⁵¹⁾. E esta
misericordia he froriçada tanto quanto he moor o mestre daqueles
por quẽ o fazemos. O quarto estado he daquelles que morõ
20 no inferno e destes nom deuemos d'auer merçee, ca
som uasos da yra de Deus, segundo que diz no Apocalisse⁽⁵²⁾.
Ca estes nõ som assijnaados da **letera tau**⁽⁵³⁾
23 Capitulo VJ [XVI]. Que cousas som aquellas de que deuemos fazer misericordia.

Dizenos magos he q coufise som aqlae de se ne
 mos fazer mia e dezenos q mia segundo adout
 na de sam agorio. q som quatro maneiras de bees
 de huius som de dentro de nos assi como som os bees
 da alma de outros acerca denos assi como som os
 bees do corpo de outros som fora denos assi como som
 os bees da uentura de outros som em cima denos assi
 como som os bees de de e primenamente deuenos de fa
 zer misericordia dos bees q som de dentro denos. doendo
 nos do mal e da puzza do nosso primo. qndo outro
 be lhe nom podemos fazer e por em dz sam ioh an
 que uiz seu irmaao. em alguu mester e lhe caxa siue
 entranhas Como pode este dizer. q acuidade de de e
 el e segundo se deue fazer dos bees q som acerca deno
 trabalhando por nossas maaoz. por q posamos fa
 ez esmolla. aos pobres do noso meefmo be ganhado e
 segundo esto diz oapostolo. se alguu ahr ante uo
 outros. q nom tenha de q fazer esmola. trabalhe com
 sag maaoz e alguas boas coufas. em tal q tenha que
 da aos pobres q estam em mester e terceiro se deue
 fazer dos bees q fora denos. fazendo comuues nossas
 zoas rezas co os pobres. segundo o conselho q nos do
 noso saluador e no auangelho de sam lucas. onde dy
 guanhade amigas co as rezas maas. por q uos to
 lha em sag moradas e as moradas do paraíso som
 dos pobres e nom dos ricos. segundo diz no au
 lho de sam mateus Bem auenturado som os pobres

- 1 O **onzeno** artigoo he que cousas som aquelas de que deue-
mos fazer misericordia. E dezemos que misericordia, segundo a doutri-
na de Sam Gregorio, que som quatro maneiras de bees:
Os huũs som de dentro de nos, asy como som os bees
5 da alma. Os outros açerca de nos, asy como som os
bees do corpo. Os outros som fora de nos, asy como som
os bees da **uentujra**. Os outros som em cima de nos, assy
como som os bees de Deus. Primeiramente deuemos de ffa-
zer misericordia dos bees que som de dentro de nos, doendo-
10 nos do mal e da proueza do nosso proximo, quando outro
bẽ lhe nom podemos fazer. E porem diz Sam Johan:
“Quem uir seu irmaao em alguũ mester e lhe **carar** suas
entranhas, como pode este dizer que a caridade de Deus ẽ
el? ”(⁵⁴). O ssegundo se deue fazer dos bees que som açerca de nos,
15 trabalhando por nossas maaos, por que posamos fazer
esmolla aos pobres do noso messmo bẽ guanhado. E
ssegundo esto diz o Apostolo: “Se alguũ ahy **antre** uos
outros que nom tenha de que fazer esmola, **trabalhe** com
sas maaos ẽ algumas boas cousas em tal que tenha que
20 da aos pobres que estam em mester”. O terçeiro se deue
fazer dos bees que fara de nos, fazendo comuues nossas **r̃ra-
zoẽs**(⁵⁵) requezas com os pobres, segundo o cõsselho que nos da
Noso Saluador ẽ no Auangelho de Sam Lucas, onde diz:
“Guaanhade amigos cõ as rrequezas maas, por que uos **to-
25 lhã** em sas moradas”(⁵⁶). Ca as moradas do paraíso som
dos pobres e nom dos rricos, segundo diz no Auãge-
lho de Sam Mateus: “Bem-aenturados som os pobres

de uoontade. Ca seu he o ferno de de. Quanto se de
ue fazer dos bees q som e cima denos. Iste como som os co
pacos e os sacrificios. Esta misericordia tanto he mais
alta. Ca aq outras q nco he feita de maiores bees. Sa
qual mia falou sam iohã. Dizendo progade adẽ huius.
por os outros por q se adẽ saluos. Esta he a cõsmolla
que fẽz onã. segundo contra noliro dos matabeus.

Eplo xviij quantos sã os priuilegios dos homees misericordiosos.

Dezeno dizego he qntos sã os priuilegios
dos homees muy misericordiosos. Dizemos que
quatro. O primeiro he q esta uirtude de natura
e de cõsã q som de natura som mais onãdas. Em
aig plõgadas q aq outras. E por esto nom se pde
tam aginha pder. Easi dize job. des aminha menun
ice creto cõ migo amia. O segundo he q os homees
misericordiosos. nãta pã a sabendas. Ca tal pecado
como este. Nom uẽ saluo de dizeza de coraõ a qual
nom he em os homees misericordiosos. E por esto di
zem q os homees misericordiosos. ãm coraõ de carne
E os auees ãm coraõ de pedra. O terceiro priuileg
io he. q os misericordiosos uẽ ligentemente apcem
denta. Ca am a alma e auoontade piadosa. E por
ẽ muito aginha. fazẽ aqillo q dise o pãta. tãdẽ
uos coraões. todo mal e pecado. O quarto priu
legio he os misericordiosos amalabes. ou nãta pde

- 1 de uoontade, ca seu he o reyno de Deus”⁽⁵⁷⁾. O quarto sse de-
ue fazer dos bees que som ã cima de nos, assy como som os co-
raçoos e os ssacriffiços. E esta misericordia tanto he mais
alta ca as outras, quanto he ffeita de mayores bees, da
5 qual misericordia falou Sam Johã, dizendo: “Rrograde a Deus huũs
por os outros por que sejades saluos”. E esta he a essmolla
que fez Onjas, segundo conta no liuro dos Macabeus⁽⁵⁸⁾.

Capitolo XVIIJ. Quantos son os priuilegios dos homeẽs mjericordiosos.

- 10 O dezeno [dozeno] artigoo he quantos som os priuilegios
dos homeẽs muj misericordiosos. Dezemos que
quatro: o primeiro he que esta uirtude de natura
e as cousas que som de natura som mais onradas e m-
ais **perlongadas** que as outras. E por esto nom se podẽ
15 tam aginha perder. E asy dizia Job: “Des a mjnha menin-
içe creçeo cõ migo a misericordia”⁽⁵⁹⁾. O ssegundo he que os homeẽs
misericordiosos nunca pecã **a sabendas**, ca tal pecado
como este nom uẽ, saluo de dureza de coração a qual
nom he em os homeẽs misericordiosos. E por esto di-
20 zem que os homeẽs misericordiosos am coração de carne
e os cruees am coração de pedra. O terçeiro priuileg-
io he que os misericordiosos uẽe ligeiramente a peem-
dença, ca am a alma e a uoontade piadosa. E por-
ẽ mujto **aginha fazẽ** aquello que dise o proffeta: “Tirade de
25 uosos coraçoos todo mall e pcado”. O quarto priuj-
legio he os misericordiosos a malabes⁽⁶⁰⁾ ou nunca se perdẽ.

Qu'il nen huii nuncia se pde se non oque em asim de sua vida
 nom faz peccenda. Eos misericordiosos sempre se meprende
 muito. Unde diz santo agostinho no livro da cidade de de
 q' ¹¹⁰ q' segundo q' huius dizem. nuncia se pde outro. saluo
 os q' som misericordiosos. E esto se prua por auangelho. q' fall
 a do dia do juizo. que diz que de demandara Contra. aos q'
 nom conpinom as obras da misericordia. E sam bernardo
 da testemunho que nom se lee. em as santas espturas. que
 por maaos q' fose omiscordioso. q' nuncia se pde se. E ali da
 se proua per tres pessdas na uelha ler. Pporrimeno por no
 bem mata q' for q'ru peccador pero for misericordioso q' nido
 uendero alosep. E por e em sua fim moreo gabido. E segun
 do se proua no testimonho das patuarias. E segundo de
 dauy. q' as suas misericordias conta por isaias. pfeta. como
 q' q' peccou muito. E tereno por sedechias. que for mais
 misericordioso q' os outros. E por esto e assim se tor
 nou ad e. E prouase doutros testemunhos em onouo te
 stamento. Dos quacs for oprimeno. sam mateus. q' ffor
 otereno. E o segundo de zacheu. E segundo diz sam lucas
 E otereno de santa maria madanela. que comproue
 obras da misericordia apar de ihu xpo. Segundo se most
 no auangelho de sam lucas. E por em se os misericordi
 osos non som pdoados. Comuem q' aiam ainda pedu
 nuul. Jaqual nos traga. Dque uque. Erena por
 sempre em secula seculorum. Amen.

- 1 Ca nenhũu nunca se perde senon o que em a fim de sua uida
nom faz peendença. E os misericordiosos senpre se arreprende
muito. Onde diz Santo Agostinho no liuro da "Cidade de Deus":
"Que segundo que huũs dizem nunca, se perde outro, saluo
- 5 os que nõ som misericordiosos". E esto se proua por o Auangelho que falli-
a do 'dia do juizo, que diz que Deus demandara conta aos que
nom conprirom as obras da misericordia⁽⁶¹⁾. E Ssam Bernardo
da testemunho que nom se lee em as santas Escpritas que
por maaõ que fose o misericordioso, que nunca se perdesse. E ajnda
- 10 se proua per tres pessoas na velha ley: o primeiro por Rro-
bem Macar que foy grã pecador, pero foy misericordioso quando
uenderõ a Josep⁽⁶²⁾. E porẽm em sua fim moreo gabado, segũ-
do se proua no testemunho das patriarcas. O segundo de
Dauy, que as sas misericordias conta por Ysaijas profeta como
- 15 quer que pecou mujto⁽⁶³⁾. O terçeiro por Sedechias que foy mais
misericordioso que os outros reys. E por esto ẽ a ffin se tor-
nou a Deus⁽⁶⁴⁾. E proua-se doutros testemunhos em o nouo te-
stamento, dos quaes foy o primeiro Sam Mateus, que ffoy
o terçeiro⁽⁶⁵⁾. E o segundo de Zacheu, segundo diz Sam Lucas⁽⁶⁶⁾.
- 20 E o terçeiro de Santa Maria Madanela, que compro as
obras da misericordia a par de Jesu Cristo, segundo se mostra
no Auangelho de Sam Lucas⁽⁶⁷⁾. E porem se os misericordi-
osos non som perdoados, comuem que aiam uida perdu-
rauil, aa qual nos traga o que ujue e rrena por
- 25 ssenpre em *secula sesulorom. Omem.*

GLOSSÁRIO

Segue um rol de vocábulos com a respectiva significação contextual. Pareceu-me útil ao leitor a aneção desses vocábulos, alguns dos quais estranhos ao uso atual da língua, o que dificultaria a compreensão do texto. Não pretende ter sido exaustivo e muito menos perfeita. É apenas um modesto subsídio que ofereço ao amável leitor. Embora em muitos vocábulos conste o étimo que lhe serviu de base para a forma atual, esse estudo etimológico não mereceu todo o apuro técnico que, em outro trabalho, poderia ser de maior rigor e profundidade.

acabado (184v/1 17): perfeito, admirável, digno, vistoso.

aficadamente (183/1 5): (lat. FIGICARE, freq. de FIGERE): finear; persistente, obstinado, atormentado, aflito, angustiado.

aginha (189/1 23): (lat. vulg. AGINA < AGERE): orifício onde se move o fiel da balança; atividade, pressa, à pressa, com pressa, com facilidade, de leve, com agilidade, como o fiel da balança.

ahy (185/1 10,14): (lat. HABERE): há, existe (v. esp. hay).

albergar (184/1 18): (germ. herberg, através do prov.): acomodar, agasalhar, hospedar, dar refúgio.

alomeados (187/1 17): (lat. ILUMINARE): iluminados, inspirados.

alta (182v/1 15): sublime, nobre, considerada.

alteza (180v/1 3): altura, sublimidade, elevação.

amerceador (182/1 22): disposto a perdoar, compassivo, beneficente, bondoso.

arca (183v/1 24): (lat. ARCA): cofre, arca, caixa (para guardar dinheiro), cesto.

antre (188v/1 17): (lat. INTER): entre, no meio de.

armadura (183/1 8): proteção, armadura, aquilo que serve para defender.

arrepairar (180v/1 13): substituir, completar, ocupar de novo, dar provisão.

arreygada (180v/1 2): (lat. RADICARE): enraizada, baseada.

artigo (183/1 6): (lat. ARTICULU): fig. secção, divisão, parte de frase, afirmação, sentença. Forma semi-erudita.

a sabendas (189/1 16): propositadamente, sabendo o que se faz, conscientemente.

ataa (181v/1 18): (ár. háttā): até (v. esp. hasta); por diferenciação dos tt em st).

augua (185v/1 22): (lat. ACQUA): água; por interversão: agua/auga. O fenômeno era muito freqüente no português arcaico e mesmo hoje, ainda se ouve na fala popular, especialmente em Portugal. No texto alterna-se com auga. (l 22).

autiua (184v/1 4): (lat. ACTIVA): ativa, prática, em ação (antônimo de passiva)

auondar (182/1 4): (lat. ABUNDARE): abundar, transbordar, correr copiosamente, ser rico.

benina (185v/1 13): (lat. BENIGNA): bondosa, benigna, compassiva. É forma semi-erudita; entretanto, foi abandonada, prevalecendo, no uso atual, a forma erudita.

boos (181/1 7): bons.

camanha (185/1 2): (lat. QUAM MAGNA): quão grande. Alterna-se com tamanho (180v/1 10).

celas (180v/1 13): aposentos, lugares, quarto pequeno, cela.

cimpleza (187/1 16): (lat. SIMPLICE): simplicidade, simpleza, inocência, candura, ingenuidade.

conpre (184v/1 5): (conprir < lat. COMPLERE): cumprir, encher, completar, acabar.

contender (181/1 26): (lat. CONTENDERE): porfiar, lutar, rivalizar, combater.

conto (185/1 3): Conta, limitação.

conuinhausl (182/1 19): conveniente, próprio, adequado.

côtenperatiua (184v/1 22): contemplativa; derivado da faculdade de mirar-se com desvanecimento, levado pela formosura.

- coytelo** (183/1 14): (lat. CULTELLU): cutelo pequenô, faca, navalha.
- criamento** (180v/1 12): criação.
- de grado** (187v/ 1 12): voluntariamente, de boa vontade.
- dezeno** (188/1 4): (lat. DECIMU): décimo; a forma atual décimo é restituição erudita; existem hoje ambas as formas: décimo e dezena, todavia, com valor semântico diferente.
- dina** (181/1 12): (lat. DIGNU): digna; forma totalmente evoluída; a forma atual digna é restituição erudita.
- dozeno** (189/1 11): (lat. DUODECIMU): décimo segundo. Esta forma foi interposta por mim, por analogia com as anteriores: dezeno (188/1 4) e onzeno (188v/1 1). No texto aparece dezeno, quando a seqüência ordinal devia ser “dozeno”, razão que me levou a interpor essa forma.
- emlição** (181/1 15): (lat. ELIGERE): eleição, escolha, votação.
- emçujadas** (184/1 1): manchadas, sujas, enodoadas.
- ençendida** (181v/1 19): (lat. INCENDERE): abrasada, incendiada, inflamada, aquecida.
- entaleituaaes** (183v/1 16): (lat. INTELLECTU): intelectuais. Alterna-se com enteleitoaaes (184/ 1 6).
- enteençõ**: (188/1 2): (lat. INTENTIONE): intenção.
- entensiua** (185/1 8): intensa, forte, comprida. Na mesma página alterna-se com entêsiua (1. 11).
- erisia** (187/1 16): (lat. HAERESIS): opinião, sistema, doutrina, seita; aqui heresia, discordância de doutrina geralmente aceita.
- escolheitos** (180v/ 1 25): (lat. EXCOLLIGERE; lat. v. EXCOLLÈRE): escolhido, eleito (v. escorrer = esco-reito; colher = colheita).
- estado** (188/1 5): (lat. STATU): classe, situação.
- estonçe** (183v/1 8): adv. então.
- estoria** (182v/ 1 3): (lat. HISTORIA): narração de fatos históricos, história. (A forma estória é a evoluída; história é restituição erudita; há quem faça distinção semântica: estória = narração de ficção; história = narração de fatos acontecidos).
- estudo** (181/1 11): (lat. STUDIU): aplicação, zelo, dedicação, esforço.
- fisica** (182/ 1 16): (gr. physica; lat. PHYSICA): medicina, ciências naturais.
- gabar** (181/1 1): exaltar, elogiar, engrandecer.
- galardon** (182 / 1 5): galardão, prêmio, recompensa, dom (Do ant. alemão widarlön, por metátese, evoluiu para galardon; ver esp. gualardon/galardón. fr. gerdon, it. guiderdone).
- gujsa** (181v/ 1 17): jeito, modo, razão, maneira, forma. (Do ant. al. wisa, al. Weise; v. fr. guise, it. guisa); no texto alterna-se com gissa (188/ 1 2).
- jtêsiue** (185/1 22): intensamente; é latinismo. Na mesma página alterna-se com jtensiue (1 26).
- ipoquessia** (187 /1 16): (gr. hypocrisia): afetação de qualidade ou virtude que não se tem; fingimento, falsidade, simulação; falsa devoção, hipocrisia.
- languhossos** (184v/ 1 6): (lat. LANGUIDU): enfraquecido, débil, lânguido, fraco, inativo, indolente, cansado.
- leixar** (180v/ 1 1): (lat. LAXARE): deixar, permitir; (v. fr. laisser, it. lasciare).
- ligeiramente** (182v/1 4): (lat. v..LEVIARIU): prontamente, à pressa, sem detença; (v. fr. léger; it. leggiero/ leggero, esp. ligeiro).
- linhagẽ** (180v/1 17): (lat. LINEA): linhagem, geração, descendência (v. fr. lignage).
- lettera tau** (188/1 22): O Senhor mandara marcar com o tau “a fronte dos homens que gemem e que se doem de todas as abominações que se fazem no meio dela (Jerusalém)”. Todos os que tivessem sido assinalados com o tau seriam poupados; os demais seriam mortos. E assim foi feito. (Ez. 9, 4-6; 11).
Tau (T), letra do alfabeto grego; por semelhança com uma cruz, viria talvez a ser símbolo do cristianismo; cruz, sinal de salvação, entre os cristãos.

- malino** (185v/1 5): (lat. MALIGNU): maligno, (restituição erudita), mau, perverso.
- mançebos** (184v/1 16): (lat. MANCIPIU): jovem, moço, adolescente.
- marcos** (186/1 1): dinheiro, moeda. (nota: o Evangelho de S. Mateus fala em 10 mil talentos - 50 kg de ouro).
- materia** (180v/1 23): (lat. MATERIA): matéria, motivo, razão, obra, trabalho, assunto, tema.
- meenfesta-se** (182v/1 15): (lat. MANIFESTARE): manifestar-se.
- meezinha** (182/1 17): (lat. MEDICINA): remédio, mezinha.
- mengua** (188/1 8): (lat. v. * minuire < lat. MINUERE): míngua, falta, carência, necessidade.
- mentre** (182v/1 22): (lat. DUM INTERIM), forma abreviada de DEMENTRE: enquanto, entretanto, durante o tempo que.
- mercee** (186/1 6): (lat. MERCEDE): perdão, dó, compaixão, comiseração.
- mester** (182/1 14): (ser) mester = ser preciso, necessário.
- mezquindade** (182/1 14): (ár. miçine, através do esp. mezquindad): mesquinhez, baixeza, desgraça, miséria; No texto alterna-se com mezquendade (188/1 16).
- moujmento** (181/1 10): (lat. MOTU): movimento (de alma), sentimento, comoção, paixão, desvario, agitação.
- multidõe** (180v/1 5): (lat. MULTITUDINE): multidão, abundância.
- nojo** (184/1 1): (lat. INODIARE): pesar, mágoa, desgosto, pena, compaixão.
- oluidança** (187v/1 4): (lat. v. * oblitare < lat. dep. OBLIVISCI) esquecimento, olvido.
- Omem** (189v/1 25): deve ser Amen (< hebr. amén).
- onzeno** (188v/1 1): (lat. UNDECIM): décimo primeiro; a forma onzeno, modernamente está em desuso, é arcaísmo.
- peendêça** (187/1 8): (lat. PAENITENTIA): penitência; no texto, alterna-se com penitência (187/1 5, 187v/1 16).
- pelegar** (181/1 26): (lat. PALU: "exerceri ad palum" — Sêneca, Ep. 18,6) = "exercitar-se no pelourinho, aguerir-se, lutar, combater, batalhar, pugnar, brigar.
- pera** (183/1 8,9,10: prep. para.
- perduraui** (181/1 13): (lat. PERDURABILE): eterno, perdurável, que dura sempre.
- perlongadas** (189/1 13): (lat. PRAELONGARE): estendidas, alongadas, postas em destaque, distinguidas, enobrecidas.
- pero** (181v/1 9): (lat. PER HOC): porém, contudo, todavia, no entanto.
- pollo** (182/1 1): por lo; por assimilação regressiva total e justaposição.
- por ende** (183v/1 5, 9): (lat. v. porinde < lat. c. PROINDE): por isso, por esse motivo, por causa disso. No texto, alterna-se com porende (185v/1 8).
- postumeira** (180v/1 6): (lat. POSTREMUS): último, derradeiro.
- prouinça** (180v/1 3): (lat. PROVIDENTIA): providência, sabedoria suprema. No texto, alterna-se com provença (180v/1 7,9).
- quebrantados** (181v/1 17): (lat. CREPARE): anulados, desfeitos, quebrados. O vocábulo latino CREPARE, na sua evolução, sofreu vários fenômenos, dentre os quais, metátese, até constituir-se na forma quebrar: crepare > crebare > cebrare / > quebrar).
- quetar** (186/1 1): baixo lat. jurídico *quitare < QUIETU < QUIESCERE estar tranqüilo), livrar-se, desobrigar-se, pagar, tornar-se quite (v. fr. quitter).
- regno** (181/1 13): (lat. REGNU): reino. É latinismo. No texto, alterna-se com rreyno (181/1 23).
- rremjdor** (180v/1 20): (lat. REDIMERE): redentor; É restituição erudita; o substantivo remidor, hoje é arcaísmo).

resplendor (181v/1 20): (lat. SPLENDERE): resplendor, brancura, candura, candidez, candieza.
rrogo (186/1 2): (lat. ROGARE): súplica, pedido, apelo.
saibo (182v/1 23): (lat. v. SAPIDU): sábio, letrado.
sas (188v/1 25): (lat. SUA): sua. É forma contraída, hoje em desuso.
secula sesulorum (189v/1 25): barbarismo gráfico da forma latina SAECULA SAECULORUM - (pelos séculos dos séculos - , para sempre.
segentes (182/1 9): (lat. SEQUI, dep.): seguintes, subseqüentes.
segura (184v/ 1 22): (lat. SECURU): assegurado, protegido, sossegado.
sobeia (187v/ 1 22): (lat. SUPERARE): sobra, sobeja (do esp. sobejo). No texto, alterna-se com ssobega (187v/1 25):
sobre sinaes (183/ 1 15): divisa de armas, sinais.
sobretodalas (182/1 24): sobre todas as. Na mesma linha, alterna-se com sobre todalas.
todosol (185/1 26): todos os. Na fase arcaica da língua portuguesa era costume aglutinar-se o indefinido com o artigo plural.
tolhã (188v/ 1 25): (lat. TOLLERE): receber, exaltar, celebrar.
uassos (187/1 9): (lat. VASU): vaso.
ventujra (188v/1 7): lat. VENIRE > VENTURA > lat. v. ventuira): fortuna, sorte, destino, acaso, ventura, algo que sobrevém.
uergonça (182v/ 1 20): (lat. VERECUNDIA): vergonha, pejo, acanhamento, constrangimento. (v. esp. verguenza).
uigito (182/ 1 6): vingo, cobro, castigo.

BIBLIOGRAFIA

1. BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — Demanda do Graal. Editorial Verbo, Lisboa, 1968.
2. CINTRA, Luís Filipe Lindley — A Lenda do Rei Rodrigo — in Cronica Geral de Espanha de 1344. Editorial Verbo, Lisboa, 1964.
3. VASCONCELOS, José Leite de — Estudos de Filologia Portuguesa. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1961.
4. ——— Lições de Filologia Portuguesa. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1959.
5. ROSSI, Nelson et alii — Livros das Aves. Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1965.
6. VASCONCELOS, Carolina Machaelis de — Lições de Filologia Portuguesa. Nova Edição da Revista de Portugal, Lisboa, 1956.
7. SILVEIRA, Sousa da — Lições de Português. Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1960.
8. NUNES, José Joaquim — Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica. Imprensa Nacional, Lisboa, 1932.
9. OLIVEIRA, Corrêa de, MACHADO, Saavedra — Textos Portugueses Medievais. Coimbra Editora Limitada, Coimbra, 1964.
10. SILVA NETO, Serafim da — Manual de Filologia Portuguesa. Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro, 1957.
11. ——— Textos Medievais Portugueses. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 1956.
12. BALDIN, Agostinho — Espelho dos Monges. Tese de doutoramento, edição mimeografada, Maringá, 1974.
13. MAGNE, Augusto — A Demanda do Santo Graal. Vol. III: Glossário. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1944.
14. ——— O Livro de Vita Christi, 2 vol. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, s.d.

REFERÊNCIAS

- (1) *"O felix culpa, quae talem ac tantum meruit habere Redemptorem"* (Exultet, da vigília pascal). Texto atribuído a Santo Agostinho.
- (2) Mt. 11, 12. O texto é do Evangelho de S. Mateus e não de S. João.
- (3) 2 Tim, 2, 5.
- (4) 2 Cor. 12, 7.
- (5) Dan. 7, 21-22.
- (6) Ex. 20, 5-6 e Num. 14, 18.
- (7) Ps. 144, 8.
- (8) Ps. 144, 9.
- (9) Mt. 15, 21-29; Mc. 7, 25-30.
- (10) Lc. 7, 37-38.
- (11) Lc. 5, 27-28.
- (12) Mt. 27, 38; Mc. 15, 27; Lc. 23, 40-43; Jo. 19, 18.
- (13) Lc. 23, 40-43.
- (14) II Sam. 12, 13.
- (15) Gen. 35, 9-12.
- (16) Dan. 4, 34.
- (17) II Reis, 19, 1.
- (18) Ecli. 4, 25.
- (19) Ef. 2, 4.
- (20) ~~a~~ significa anulação feita pelo copista, por engano de cópia.
- (21) Lc. 10, 33-35.
- (22) Ex. 2, 6.
- (23) Lc. 22, 61.
- (24) Mt. 25, 36.
- (25) Tob. 2, 9.
- (26) Tob. 4, 8.
- (27) Gen. 29, 20.
- (28) II Macab. 7, 1-41.
- (29) Job. 31, 18.
- (30) I Tess. 5, 14.
- (31) Gen. 29, 30.
- (32) Ps. 50, 3.
- (33) Jo. 7, 47.
- (34) Mt. 18, 27.
- (35) Mt. 7, 7; Lc. 11, 9.
- (36) Mt. 5, 7.
- (37) Dan. 4, 24.
- (38) Lc. 11, 4; Mt. 6, 12.
- (39) Mt. 6, 14.
- (40) Mt. 18, 33.
- (41) Ezeq. 18, 21.
- (42) Ps. 50, 19.
- (43) Hebr. 10, 5-9.
- (44) Ex. 7, 14; 11, 10.
- (45) Hebr. 6, 4-6.
- (46) 2 Cor. 9, 7.
- (47) 2 Cor. 9, 7; Ecli. 35, 11.
- (48) ~~fazer~~ deve ser supresso, por engano de cópia.
- (49) Prov. 3, 28.
- (50) Lc. 11, 41.
- (51) II Macab. 12, 43-46.
- (52) Apoc. 14, 10.
- (53) Ez. 9, 6.
- (54) I Jo. 3, 17.
- (55) ~~razões~~, significa engano de cópia feito pelo copista; deve ser desconsiderado.
- (56) Lc. 16, 9.
- (57) Mt. 5, 3.
- (58) II Macab. 3, 32.
- (59) Job. 31, 18.
- (60) Mau grado incansáveis pesquisas não consegui

identificar até o presente, o significado desta palavra que escrevi **a malabes** por analogia com **a sabendas** l. 16 acima. Parece-me ter uma denotação adverbial e quando obtiver maior êxito na pesquisa encetada, será dado a conhecer o significado contextual dessa palavra. “Data venia” do benévolo leitor.

- (61) Mt. 25, 42-44.
- (62) Gen. 37, 22.
- (63) II Sam. II, 27.
- (64) Crôn. 36, 12; Jer. 37, 16; 52, 11.
- (65) Lc. 5, 27-28.
- (66) Lc. 19, 1-10.
- (67) Lc. 7, 37-38.

